

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Osmar Trindade
Secretário
Luiz Carlos Merten;
Redação
Baru Derquin, Jorge Meditsch, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Rafael Guimarães, Tomás Pereira, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Rosvita Saueressig, Luiz Carlos Ferré, Ariosto Teixeira (Brasília), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paulo Marconi (Salvador), Sílvia Costa e Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), Jacó Filho (Londres), José Reis e Miriam Costa Corrêa (arquivo e pesquisa), Mozart dos Santos (laboratório).
Gerência Administrativa
Jorge Crippa
Gerência Industrial
Francisco Alba
Comercial
Francisco Kleber Bressane e Hermínio Pereira
Circulação e Assinatura
Egídio Dalmina

Industrial
Ivan Carlos Ferreira Franco, Hélio Pinho, Júlio César Romano, Paulo Ricardo Nobre, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubiratan Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Henrique Bittencourt (revisão), Atil Vinetton Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva (montagem), Paulo Roberto de Azeredo Sá (chefe), Carlos Milton de Goz Rios (subchefe).

À venda somente a partir da edição nº 13.
Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90000 — Porto Alegre — RS
Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605
Distribuição exclusiva em todo o território nacional:
FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 — PBX 268-9112 — CEP 20563, Rio de Janeiro.
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Affonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsov (Conselheiros de Administração), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademir Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Alfonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccardi, Anibal, Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armindo Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Koleczka, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroeder, Cintia Leal, Clárcia Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Perreira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Matias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélcio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iaraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneidr, José Erasmo Nascimentos, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lillian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Arteché, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Verissimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Baires, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otília Goulart, Paulo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarso Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schimitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Maneira, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Tonello, Severino Goes, Silmar Müller, Sílvia Costa, Sílvia Ferreira, Sílvia Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaire Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaun, Waldoar Teixeira, Walter Firmo, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Caro leitor,

Foi um fato novo para a redação do Coojornal: não imaginávamos que alguém pudesse ser intimado a prestar depoimento sem que lhe fosse esclarecido que estaria depondo na condição de indiciado. Coisas do chamado sigilo dos Inquiridos Policiais Militares. Foi assim que ocorreu no começo de março. Rafael Guimarães e Rosvita Saueressig — que sequer são autores da reportagem sobre os relatórios do Exército publicada em fevereiro — foram intimados para “prestar esclarecimentos no caso em que são indiciados Carlos Mar Echeverria de Quadros e outros”.

Antes, a intimação dizia que era um IPM e informava quem era o encarregado, é claro. O texto, no entanto, não poderia ser mais subjetivo quanto ao que o IPM se propunha. Algumas horas depois da intimação, pelo esforço de um repórter do Jornal do Brasil, soube-se que os dois intimados eram indiciados (e outros) também. Mais que isso: o oficial de relações públicas do III Exército disse ao JB que eles eram “cúmplices de co-autoria”.

Por aí começaram as irregularidades do IPM, que culminaram com a terminante negativa de ser dada vistas dos autos ao advogado dos jornalistas e aos próprios intimados para depor e uma série de diligências paralelas envolvendo a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, a empresa editora do Coojornal.

Aliás, neste aspecto — deliberadamente ou por ignorância inadmissível para quem conhece o regime em que vivemos —, os organismos de informação do governo mostraram-se, mais uma vez, estranhamente desinformados sobre o comportamento de uma empresa que existe há quase seis anos e edita, há mais de quatro, um jornal de circulação nacional (no ano passado, divulgamos documento dos órgãos de informação, com origem no SNI, pela qual pedia-se investigação sobre a suspeição de o Coojornal receber dinheiro dos Tupamaros...)

Ainda bem que as aberrações já não conseguem unanimidade. Em Porto Alegre, no mês passado, comentando a primeira nota oficial do Ministério do Exército que acusava o Coojornal de distorcer fatos e fazer sensacionalismo com os relatórios sobre a guerrilha, uma alta patente militar reagiu espantada: “Quem redigiu essa nota não conhece o jornal e, pior ainda, acho que sequer leu a reportagem à qual a nota se refere. Caso contrário não teria escrito o que escreveu”.

...

O Exército abriu um IPM. Nós estamos tentando abrir um debate. A partir da página 26 desta edição, publicamos as opiniões do presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Seabra Fagundes; do historiador Hélio Silva; do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho e do general da reserva Pery Constant Bevilacqua. A pergunta que foi feita a todos é a mesma que reproduzimos na capa: É crime publicar documentos do Exército? Na sequência, uma idéia do que foi o julgamento do caso dos papéis secretos do Pentágono, nos Estados Unidos, publicados por dois grandes jornais americanos e que a ABI, movida pelos acontecimentos de agora, pretende mandar reproduzir no Brasil.

...

“De manhã, os cadáveres fazem parte da paisagem da Baixada Fluminense”. Esta é uma das tantas frases de efeito que já foram feitas sobre a Baixada, uma região em permanente conflito social e onde a matança já não assusta ninguém. O repórter Jorge Oliveira ficou quatro dias nesse lugar.

...

Uma idéia do acréscimo de custos dos componentes para se fazer um jornal: de janeiro do ano passado a fevereiro deste ano, os acréscimos, em 13 desses componentes, variaram entre 108,1% (papel jornal) e 808,5% (papel para foto-composição). Claro, isto está sendo dito para justificar um reajuste no preço do Coojornal, que a partir de maio passará a custar Cr\$ 40,00 (100% em relação a abril do ano passado) e Cr\$ 440,00 pela assinatura de 12 edições.

O EDITOR

Tiragem desta edição: 34.500 mil exemplares.



O PTB ontem e sua proposta do momento

“A doutrina do PTB radica-se no socialismo reformista. Considera possível transformar a sociedade capitalista pela via evolucionista, reformista, da conciliação e colaboração de classes. Não se conhece nenhum caso histórico que lhe tenha dado razão, muito antes pelo contrário.”

No Brasil, como o Partido Social Democrático, o PTB é um partido que nasce dos esforços governamentais. Vendo a impossibilidade de manter a ditadura, Getúlio Vargas concebe a existência de duas forças que possa controlar: uma, ligada às oligarquias e às forças dominadoras, outra, popular.

O PTB aparentemente é modelado pelo homônimo inglês. O Labour Party é reformista, deixando há muito tempo a sua tradição revolucionária do passado e servindo ao jogo de poder da burguesia britânica. A obra de Getúlio é tentativa aparente destinada aos mesmos fins, mas a diferença aparece logo na composição partidária.

Quem dirige no começo são pessoas ligadas à política governamental operária, tais como Segadas Viana (que será ministro do Trabalho) e outros, que concebem o movimento operário como controlado e subordinado às classes dirigentes. Por sua vez, pelegos, isto é, líderes sindicais formados durante o Estado Novo e que não representam as verdadeiras lideranças operárias, entram maciçamente no PTB.

A obra social de Vargas (via Lindolfo Collor) inspira-se no modelo corporativista de Mussolini e Nacional-Populista, tentando cooptar a classe operária à burguesia nacional que precisa deste apoio para seu projeto de industrialização mais ou menos autônomo.

O PTB de Vargas busca tomar o lugar do PC e dos grupos de esquerda, perseguidos sistematicamente. Nascido como áulico de Vargas, o PTB se distinguirá pelo culto do chefe: Vargas ontem, Brizola hoje. Todavia, historicamente navegou nas águas da ambigüidade. Nem poderia ser diferente. Busca-se erigir um partido de massas, mas com direção elitista, um corpo proletário com uma cabeça burguesa. Busca-se valorizar o trabalho sem negar os “direitos” do capital, afirma a prioridade da função social da propriedade privada, sem definir justificativa e alcance desta propriedade privada, diz da responsabilidade do Estado para com o povo sem questionar a natureza de classes deste Estado e deste povo.

Usa e abusa do termo “povo” e “nação” sem precisar-lhe o conteúdo. Quem é povo no Brasil atual? Requentou seu programa inicial, quando bem poderia ter aproveitado melhor as “Bases e Sugestões” de Alberto Pasqualini, pelo menos. O programa é mera lista de propósitos redigidos com flexibilidade tal que nenhum partido oficialmente tolerado deixaria de subscrevê-los. Não se nega sua validade. Questiona-se um enfoque mais preciso.

Por exemplo, no item “Extinção dos órgãos de repressão política”, falta evidentemente explicitar o que entende por tal. Estaria disposta o PTB a extingui-los pura e simplesmente? Por que não divulga isto com todas as letras? O item 3.2 fala em “aumento substancial do salário mínimo de forma a assegurar que o poder de compra do trabalhador lhe garanta, e à sua família, condições dignas de vida” — será muito interessante ver se os patrões que estão no PTB repassarão (“socializarão”) estes reajustes aos clientes ou se contentarão com taxa de lucro menor, perdendo a concorrência a outros patrões. É possível que socializem ou estatizem suas fazendas, lojas e firmas. Atenderão às reivindicações salariais de seus empregados? Quem e com que critérios decidirá da justiça ou não destas reivindicações? A análise poderia ser maior e melhor. Porém, paro aqui. Que os fatos me desmintam.”

Ernesto Cassol
Erexim, RS
ASSINE O
COOJORNAL!
33 Feyzil

GOLD VALE OURO. HELLER NEM TANTO

GOLD VALE OURO, de Joseph Heller, Editora Nova Fronteira, 452 páginas, Cr\$ 330,00.

Basta olhar uma foto de Joseph Heller para se identificar o tipo de autor que ele é. Vê-se um homem simpático, bem escafoado, usando, como bom americano, uma gravata berrante sobre uma camisa idem. Mas de americano não são os olhinhos apertados, nem o canino saliente, digno de um Drácula. Neste canino é preciso se fixar. É como ele que Joseph Heller escreve. Mordendo fundo, a si mesmo e ao leitor.

Bruce Gold, o anti-herói de Heller, é um professor de inglês, intelectual *manqué*, cujo sonho é tornar-se Secretário de Estado, como Kissinger, aliás satirizado impiedosamente no livro. Para chegar a Washington, este novo Ulisses deve percorrer uma trajetória de não poucos obstáculos: precisa livrar-se da esposa e dos filhos, ficar numa boa com o tirânico pai e os neuróticos irmãos; casar com a filha de um político que pode ajudá-lo e sobretudo, manter-se lúcido em meio a esta conjuntura maluca. O método de Heller para descrever esta odisséia é muito simples. Desenrola seu romance através de cenas (aliás, o livro está pronto para ser levado à tela), seu forte sendo o diálogo. Não há uma frase que não seja de um humor áspero, de uma ironia agressiva e até patética. É fácil deduzir porque Heller é autor de poucos livros: a produção de obras de alta voltagem como esta demandam longo tempo de elaboração, para se chegar ao nervo da coisa, ao essencial. Não há tergiversações, não há descrições de paisagens ou coisa no estilo. Tanta densidade chega por vezes a atrapalhar a leitura, principalmente para o leitor que está acostumado às amenidades, aos derivativos a que costumam recorrer os escritores de *best-sellers*.

Bruce Gold é judeu, e grande parte de seu drama diz respeito à condição judaica. Entretanto, Heller não é listado habitualmente entre os escritores judeus. Irving Howe, autor do monumental *World of our Fathers*, o crítico que mais entende de literatura judaica nos Estados Unidos não o inclui em sua antologia. A adesão de Heller ao grupo judeu é um pouco tardia. Os judeus são populares neste momento, diz um de seus personagens, mas isto talvez já não seja mais verdade, ainda que se leve em conta o tom irônico da afirmativa. Houve época em que ser judeu era *in*. Os judeus lideravam o movimento contra a guerra do Vietnã, os judeus eram campeões dos direitos civis. O estado de Israel, apoiado pela maioria do judaísmo norte-americano tinha saído da Guerra dos Seis Dias com a imagem de um novo David, vencedor do Golias árabe.

Aos olhos da opinião pública as coisas mudam, e rapidamente. A guerra do Vietnã acabou, os judeus tiveram com os negros amargas confrontações, não só por serem comerciantes e donos de apartamentos — exploradores, portanto — como pela marcada simpatia de setores da comunidade negra pelos muçulmanos. O domínio militar israelense nos territórios ocupados, o envolvimento com governos reacionários, a intransigência nas negociações, a vitória dos direitistas nas eleições (fato que paradoxalmente facilitou a paz na região) tudo isto contribuiu para deteriorar a imagem de Israel e, por supersimplificadora extensão, a do judaísmo, isto quanto aos liberais e quanto à esquerda; do outro lado, sempre se pode contar com o anti-semitismo nunca extinto: um judeu é sempre bom para que a gente se livre dele quando a direita assim o exige, diz o mesmo personagem de Heller, um assessor presidencial.

De qualquer forma os escritores judeus têm desempenhado um importante papel na literatura norte-americana. Basta lembrar que em anos recentes dois deles



ganharam o Nobel (com todas as restrições que se possa fazer ao prêmio): Saul Bellow e Isaac Bashevis Singer. Este papel se deve a uma dupla e, bem ao gosto de Heller, contraditória situação dos judeus nos Estados Unidos. De um lado, como emigrantes ou filhos de emigrantes, são *outsiders*, capazes de detectar os conflitos da sociedade americana com uma perspicácia de que só é capaz o estrangeiro com larga tradição de antenas ligadas, como é o caso dos judeus, para quem estar alerta era questão de sobrevivência. Descobrir como ganhar o dinheiro, quando cair fora: objetivos vitais. Na ausência de pogroms, porém, os judeus se integraram na comunidade norte-americana a ponto de nela representarem hoje uma ponderável corrente de opinião. Se ainda se constituiu em subcultura é porque nos Estados Unidos as raízes étnicas são preservadas, até como motivo de orgulho. Os judeus têm, pois, motivos para se sentirem gratos ao liberalismo que é a essência da democracia europeia e americana. O liberalismo os emancipou, libertou-os do papel aviltante que desempenhavam, como usurários, pequenos comerciantes e artesãos, no regime feudal, em que estavam sempre sob ameaça de extermínio físico. O capitalismo em ascensão forneceu-lhes uma oportunidade sem precedentes: na esteira da Revolução Industrial, Rotschild, por exemplo, construiu seu império. Mas a relação dos judeus com o liberalismo capitalista não deixou de ser contraditória: Marx é uma prova disto. Além disto, nem todos os judeus são Rotschild. O judaísmo ociden-

tal é hoje tipicamente classe média. Portanto, ao retratar o ambiente em que vive, o escritor judeu está na realidade descrevendo a classe média. Em cores berrantes, porque o judeu é sempre um pássaro colorido.

Não se trata aqui do tradicional humor judaico típico, que é antes melancólico que agressivo; é o humor do perseguido, do humilhado, uma defesa contra o desespero. Este humor encontra sua mais completa expressão no ídiche, um idioma hoje em extinção, mas no qual foi descrito o imortal Tevie, o Leiteiro, personagem de Scholem Aleichem. Como Tevie, o Portnoy de Philip Roth é um anti-herói, mas os problemas de Tevie são com Deus; os de Portnoy são discutidos, em bom inglês e a peso de dólar, com seu analista.

Alguns escritores judeus descrevem a classe média com um olho terno e outro irônico. Heller, não. Ele sorve até o fim o seu amável cálice, ele não tem contemplação. Disposto a pôr a nu o ridículo, o patético, o hipócrita, ele vai às últimas conseqüências. As vezes resvala para o trocadilho, para o humor fácil. Na sua preocupação de sátira, de não dar o braço a torcer ao meloso, ao sentimental, ele torna seus tipos excessivamente caricaturais. Gold vale ouro, mas Heller quase, mesmo porque a cotação do vil metal esteja muito inflacionada. Se este livro amargo não atinge toda a verdade, pelo menos chega muito perto. O que, convenhamos, já é bastante, neste tempo de mentirinhas.

MOACYR SCLiar

Lançamentos

A SITUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA MULHER — O livro reúne a primeira palestra e uma entrevista concedida por Zuleika Alambert, integrante do Partido Comunista Brasileiro, logo após sua volta do exílio. E inaugura os Cadernos do Centro da Mulher Brasileira. Global Editora, 46 páginas.

REVOLUÇÃO NA REVOLUÇÃO — Reedição da polêmica obra do jornalista francês Régis Debray que acompanhou Che Guevara na tentativa de iniciar a guerrilha na Bolívia. Centro Editorial Latino-Americano, 110 páginas.

ENSAIOS DE ANTROPOLOGIA INDÍGENA E CAIÇARA — Publicação dos primeiros trabalhos da antropóloga Gioconda Mussolini, escritos entre 1944 e 1953. Na primeira parte, ela estuda a concepção da doença e da morte entre os índios brasileiros e na segunda retrata as populações caiçaras. Editora Paz e Terra, 290 páginas.

FIO DE LÃ — Poesias de Isabel Maria Sampaio escritas nos últimos 10 anos. O livro reflete o engajamento político da autora, suas metas, expectativas e fracassos e recorda companheiros mortos e exilados durante o período obscuro da primeira metade dos anos 70. Edição do Autor, 80 páginas.

DIREITO NUCLEAR — Segundo número da Revista da Associação Brasileira de Direito Nuclear, contando uma série de artigos que objetivam debater o uso de energia nuclear no Brasil. Seus editores dizem: "Se é necessária a poluição relativa para ser atingido um estágio de progresso mais elevado, esse detrimento deve ser aceito". Associação Brasileira de Direito Nuclear, 122 páginas.

O PCB NO QUADRO ATUAL DA POLÍTICA BRASILEIRA — Entrevistas concedidas ao repórter Pedro del Picchia com seis membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro: Armênio Guedes, Hércules Correa, Lindolfo Silva, Luiz Tenório de Lima, Salomão Malina e Zuleika Alambert. Editora Civilização Brasileira, 86 páginas, Cr\$ 140,00.

TREM DE FERRO, A FERROVIA DO CONTESTADO — Pesquisa do jornalista catarinense Nilson Thomé sobre a instalação das estradas de ferro no sul do país. O livro contém ilustrações, mapas e fotografias históricas das ferrovias e mostra a importância dos três no desenvolvimento da região. Editado pelo próprio autor, 158 páginas.

OITENTA — Segundo número da revista editada em Porto Alegre, contendo vários artigos sobre política, ciência e cultura, destacando um perfil de Marcello Mastroiani, uma entrevista com Costa Gravas, e um texto de D. H. Lawrence sobre amor e sexo. L&PM Editores, 272 páginas.

Querida Família:
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr\$ 70,00

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão
Edt. Boercher Friedrich Klein Walter Horn Harry Westermann
DEBATE 1
COLEÇÃO COOPERATIVISMO
Cooperativismo e Competição
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo Selo Debate nº 1
Cr\$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojournal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte(s) livro(s):

..... exemplar (es) — Querida Família

..... exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao

preço total de Cr\$, 00.

Nome

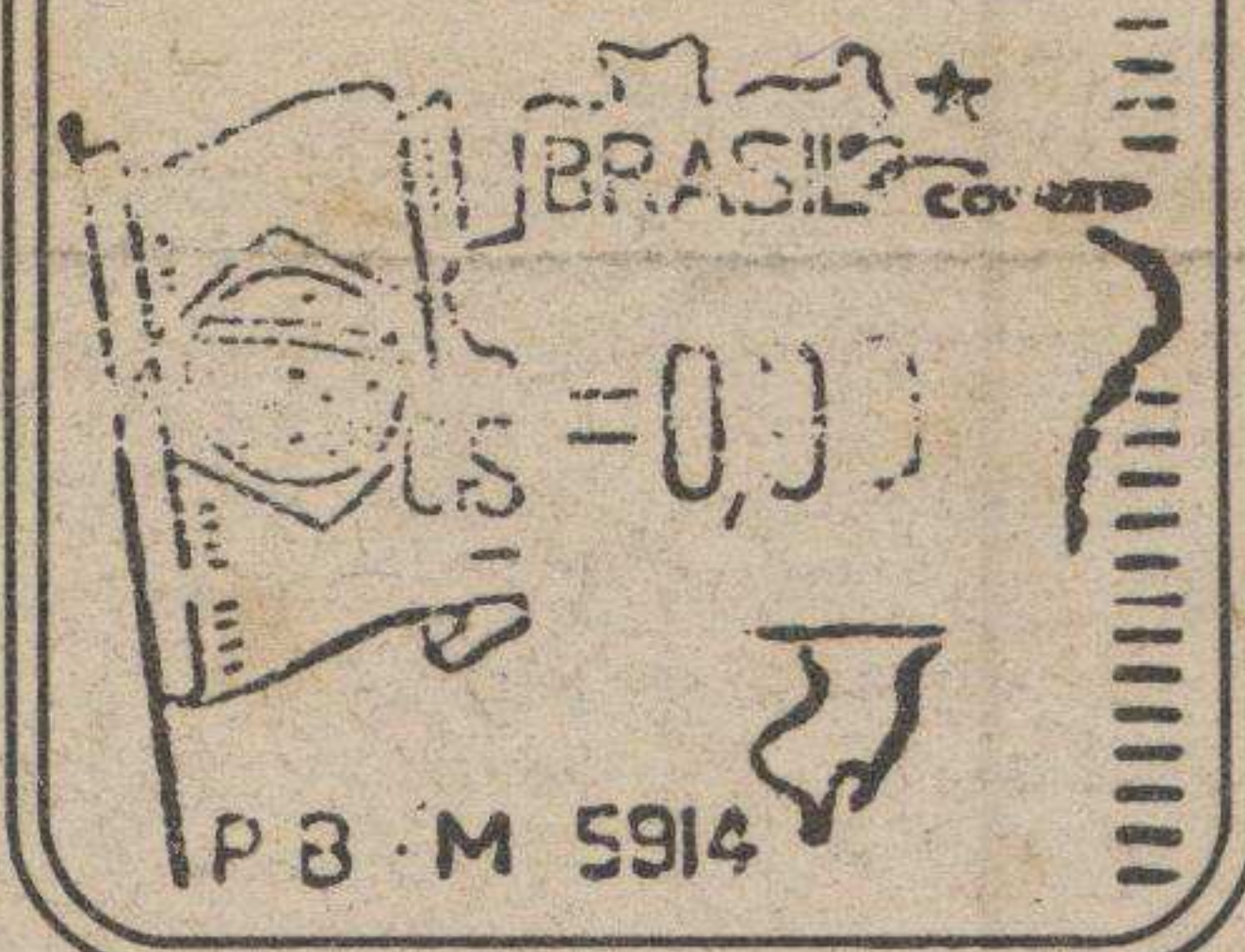
Rua Bairro

Cidade

CEP

Assinatura _____

■ Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).



verdadeira usina, lá chegam as grandes empresas para o trabalho impatriótico da devastação.

Milhares de toras baixam o Solimões; centenas de milhares de outras toras estão à beira ou perdidas nas margens dos igarapés porque não conseguiram trazê-las para o grande rio. É a Amazônia que morre, tendo como um dos seus últimos defensores a figura de Evandro Carreira, inimigo do Projeto Jari, das madeiras e dos destruidores da fauna amazônica.

Não sei se Carreira conseguirá chegar ao Palácio Rio Negro. É excessivamente contra as madeiras — que hoje mandam na Amazônia — e as brigas intestinas no PMDB amazonense (Fábio Lucena, Mário Frota e outras figuras) farão tudo para lhe impedir a chegada ao governo.

Oxalá, pois, Evandro Carreira não mude de partido nem troque de bandeira. A Amazônia necessita de seu amor".

Jorge Baleeiro de Lacerda
Francisco Beltrão, PR

A Hora do Povo dá sua versão

"Foi com surpresa que encontramos no **Coojornal**, número 50, órgão de uma cooperativa de profissionais de jornalismo, duas matérias extremamente comprometedoras do espírito jornalístico e da veracidade que sempre reinou neste mensário.

Uma delas, assinada por Maurício Tragtemberg, amontoa contra nosso semanário, combatente das causas populares, que ora editamos, uma série de calúnias e sandices.

O fariseu, como bem o classificamos, tem a petulância de vir se lamuriar de "violências" dos vendedores do *Hora do Povo*, quando é público e notório que as violências partiram dos adeptos e correlatos da "oposição sindical de São Paulo", com a qual, aparentemente, ele se alinha. Sendo que, nossos apoiadores usaram apenas de seu legítimo direito de defender a livre venda deste órgão da imprensa popular.

O despautério deste indivíduo — que se assina professor — chega ao cúmulo de arremeter inúmeras sandices de calibre contra a história e seus personagens.

Entretanto, o motivo maior da nossa estranheza não foi o teor das linhas, que já tínhamos visto publicadas no *Em Tempo*, mas sua impressão num órgão de uma cooperativa de profissionais de imprensa.

Este órgão publica um ataque calunioso a um jornal sem se dar ao trabalho de exercitar a prática mais corriqueira do jornalismo, ou seja, ouvir o outro lado, especialmente sendo um jornal. Para corrigir.

A outra correção, que julgamos necessária para estabelecer a verdade dos fatos, diz respeito à matéria sobre a imprensa alternativa, nas páginas 5 e 6 do mesmo número 50. A matéria comete também um grave erro jornalístico, qual seja, usar fontes desinformadas. A referência à *Hora do Povo* é totalmente inverídica.

Nossa venda nunca foi de cinco mil exemplares como diz a matéria. Nossa atual tiragem é de 46 mil exemplares, com uma venda em torno de 30 mil, que cresce semanalmente. Dado importante inclusive porque contradiz a atual crise da imprensa alternativa, objetivo do artigo. Fato, aliás, que já tivemos oportunidade de contestar em entrevista à revista *Isto É*.

Certos de que este órgão dos profissionais de imprensa de Porto Alegre se apressará em reparar estes deslizos, nos subscrevemos, enviando-lhes nossas saudações democráticas".

Ricardo Lessa, editor da *Hora do Povo*
Rio de Janeiro, RJ

"Parabéns. Foi um furo sensacional"

"Embora com algum atraso, desejo dar os parabéns a este jornal e à equipe que conseguiu publicar o relatório militar confidencial das operações Registro e Pajussara. Foi um furo sensacional. Quem desse que esses desassombrados jornalistas conseguissem relatório semelhante da guerrilha do Araguaia! Tenho um filho que desapareceu lá, provavelmente morto (muito provavelmente) e, do mesmo modo que os outros familiares, não sei até hoje que destino foi dado àqueles bravos guerrilheiros.

Faço votos de que continuem sempre lutando para levar ao povo o conhecimento da verdade."

Julia Gomes Lund,
Rio de Janeiro, RJ

Bom material para os historiadores

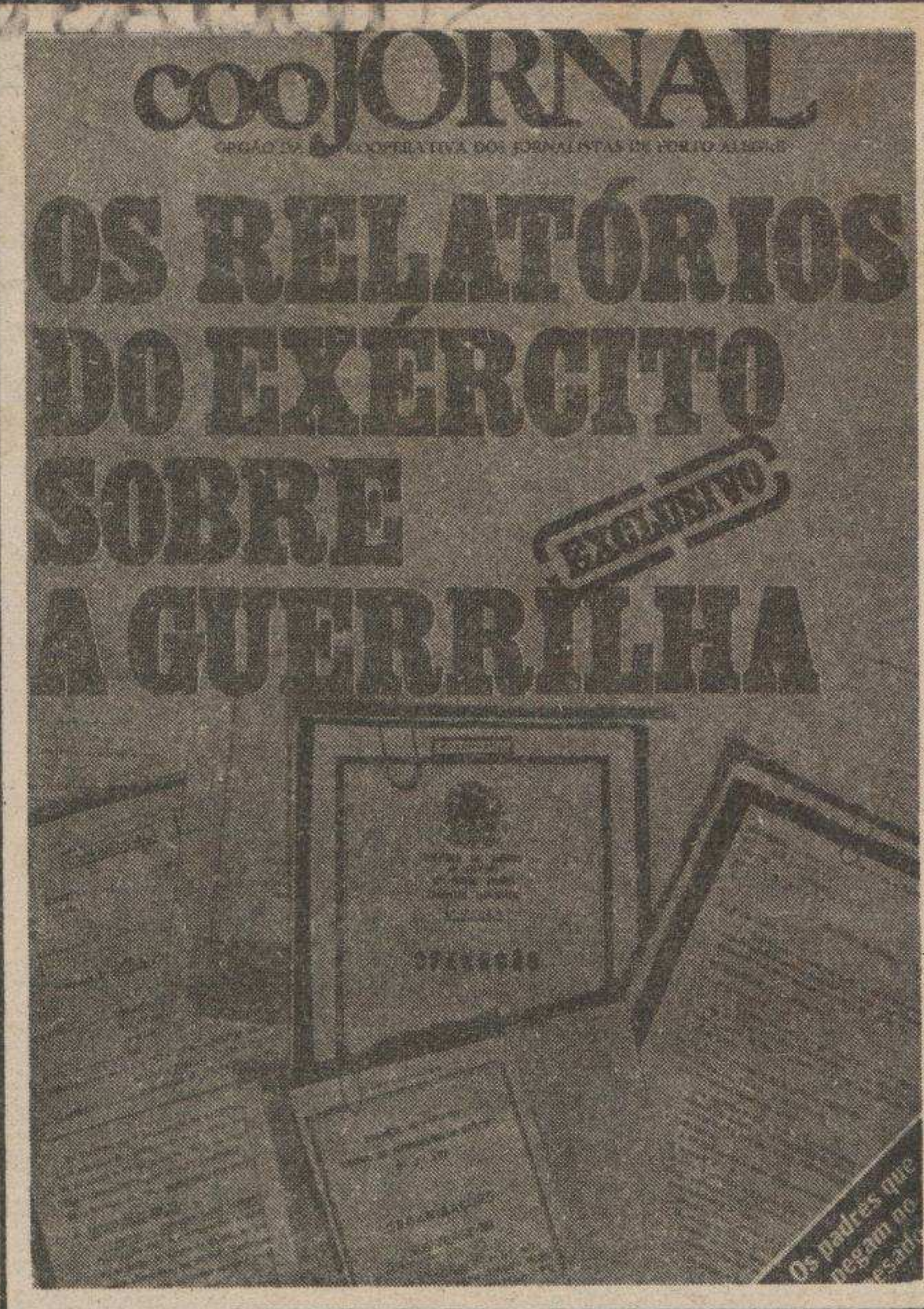
"Escrevo para cumprimentar o **Coojornal** pelo grande furo de reportagem que deu com a publicação dos relatórios secretos sobre as guerrilhas no Brasil. O material é impressionante e muito elucidativo. Achei importantíssimo porque vem revelar à opinião pública brasileira uma outra versão daqueles acontecimentos, ou melhor, boa parte da história daqueles acontecimentos, pois antes não se conhecia quase nada sobre isto.

Depois de ler este trabalho de vocês, fiquei me perguntando por que o próprio Exército não divulgou estes fatos há mais tempo. Tenho certeza de que eles são importantes e que não comprometem absolutamente quem quer que seja. Os historiadores brasileiros têm agora um bom material para fazer suas pesquisas e narrarem estes episódios sem mistificações ou meias verdades. Parabéns ao **Coojornal** e a seus repórteres."

Carlos A. Gomes
Porto Alegre, RS

Jornalismo deve servir à verdade

"Em nome do Conselho de Administração da Cooperativa dos Jornalistas de Natal Ltda. vimos transmitir ao **Coojornal** e a seus jornalistas nossa integral solidariedade diante dos recentes episódios. Em nosso ponto de vista, a reportagem sobre o Vale do Ribeira representou mais um momento importante na história do **Coojornal**, na medida em que veio trazer à luz do dia uma série de fatos até agora inteiramente desconhecidos pela opinião pública. A integridade das fontes e o respeito à liberdade de informação devem



ser rigorosamente respeitados, garantindo-se também condições para o exercício do jornalismo investigativo.

Confiamos em que, se o caso chegar à Justiça, o posicionamento do Judiciário seja consagrador do caráter especial do exercício do jornalismo, cuja tarefa essencial é a de servir à verdade.

Acreditamos, por último, que todas as entidades representativas dos jornalistas brasileiros estão acompanhando solidariamente as preocupações do **Coojornal** nesta oportunidade."

Dermi Azevedo
Presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Natal Ltda.
Natal, RN

"Quero saber da História do país"

"Estava eu posto em sossego, de meus anos colhendo os amargos frutos da 'abertura', quando vos vi atacados violentamente pelo Ministério do Exército, de quem nunca ouvimos dizer que tenha atacado com a mesma violência o Projeto Jari e os outros roubos de que esta Nação tem sido vítima. Tampouco ouvimos dizer — dada a nossa desinformação na matéria, já que o Exército deve ser um poço de sigilo, conforme nos assegura seu chefe máximo — que tenha pensado em impedir a posse do ladrão número um deste país, o senhor Paulo Salim Maluf. O Exército deve ter feito notas violentíssimas contra o Jari, o Maluf e outros indivíduos e corporações que se caracterizam por praticar atividades nocivas à soberania nacional, que está sob a guarda do nosso glorioso Exército. Mas, deve tê-las elaborado sob sigilo, sem divulgação também, eis que não fiquei sabendo de nada.

Estou com vocês e não abro (não como um pára-quadras, conforme sói estar conosco o João). Quero saber da História de meu país, e, como leitor do **Coojornal**, estou particularmente interessado nos discursos que nos interditarão quando o obscurantismo era maior ainda do que hoje".

Deonísio da Silva
Ijuí, RS

O aborto e os interesses em sua discussão

"O artigo de Jacqueline Pitanguy de Romani (Aborto, o direito de opção, publicado no *Jornal do Brasil*) foi bem sucedido na sua intenção de estimular o debate em torno da questão do aborto: a polêmica que se lhe seguiu — cartas, artigos e manifestações de instituições sociais — comprova que de fato o aborto é uma questão social.

As tomadas de posição sobre o tema estão impregnadas de princípios ideológicos e juízos de valor, relativos a interesses de forças político-sociais, os quais nem sempre são explicitados no debate.

Como feministas, importa-nos aprofundar o debate sobre aborto nesta linha, qual seja, o de identificação dos interesses que estão por detrás de cada discurso. Para tanto, faz-se necessário sair do plano das conceituações vagas, recorrendo aos fatos sociais vigentes, aos princípios que embasam cada posição e, em particular, aos atores dos fatos, no caso as mulheres.

O artigo de Jacqueline é nosso, das mulheres feministas, e tem o mérito de se pautar pelo princípio proposto: explicitar uma posição, referendada por uma realidade presente — a da opressão das mulheres, exercida, em particular, pelo controle da sexualidade — e defender claramente um interesse — por uma sexualidade que respeite o direito ao prazer, ou seja, "o direito a uma sexualidade consciente, o direito à maternidade como opção, o direito de vivermos em harmonia com o corpo e não sob sua ditadura."

Neste sentido não se avança muito a discussão apelando para colocações do tipo de que ser a favor do aborto é não respeitar a vida ou insinuar que nós, feministas, opomos sexo a amor. Não temos o mesmo conceito de vida, nem de amor, que nossos opositores.

Em nome de quem se defende a "vida" do embrião, vegetativa e abstrata, deixando em segundo plano a vida da criança real e da mulher? Onde fica o direito da criança real escolher que vida deseja: nascer em uma sociedade não opressora, em uma classe não explorada, em uma família onde seja desejada? Onde fica o direito da mulher à realização pessoal, sexual, profissional?

Em nome de quem defender o aumento da vida possível em lugar de assegurar boas condições à vida real? Veja-se a miséria de grande parte da população brasileira e os milhões de crianças abandonadas.

Por que os mesmos que gritam tão alto pedindo a penalização do aborto voluntário das mulheres não usam da mesma energia para denunciar as causas de milhares de abortos "naturais", a saber: más condições de trabalho, desnutrição, falta de assistência médica pré-natal adequada, violência por parte dos maridos, dupla jornada de trabalho? Serão estes abortos decentes somente porque não são livres?

Não temos uma visão mística e ascética sobre o amor, nem consideramos que em essência ele seja oposto a sexo. Para nós, são dimensões que se entrelaçam nas relações entre os seres, as quais podem assumir formas múltiplas.

Este é um debate que apenas se inicia."

Mary Garcia Castro
Rio de Janeiro, RJ

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.



Faruk El Khatib, o gênio do erotismo

Por NORBERTO STAVISKI

Desde o dia 29 de fevereiro circula em Curitiba um novo jornal diário: O *Correio de Notícias*, antigo matutino paranaense, desativado há alguns anos, cujo título foi comprado pela família El Khatib, proprietária da Grafipar — Gráfica Editora Ltda., responsável também por outras 20 publicações periódicas, além de livros e coleções.

Há seis anos, a Grafipar era uma pequena e obscura editora de livros paradidáticos, que enfrentava dificuldades para saldar os compromissos assumidos com a compra de novos equipamentos. Até que surgiu nas bancas de todo o país a *Peteca*, revista de quadrinhos eróticos, em formato de livro, de baixo custo e preço barato (Cr\$ 30,00), que em pouco tempo estava vendendo 90 mil exemplares por quinzena.

Logo viriam outros 19 títulos, todos com a mesma receita: misturar sexo e desenhos eróticos em qualquer história, seja um *western*, policial ou de terror. Hoje, a Grafipar edita 1 milhão de exemplares mensais dessas revistas e é com este faturamento que pôde lançar agora o *Correio de Notícias*.

APENAS UM CINEMA

Said Mohamad El Khatib, imigrante libanês de 66 anos, chefe da família, jamais pensou em ser diretor de jornal. Tudo o que ele pretendia, quando chegou ao Brasil, no início do século, acompanhado por um grupo de patrícios, era abrir um cinema em Curitiba.

Abandonado pelos amigos, Said acabou fundando a Grafipar, com modestos recursos, destinada a editar livros didáticos e culturais, e a prestar serviços gráficos para terceiros.

Auxiliado pelos filhos, Faruk e Faissal, ele começou a trabalhar, editando livros como *A Civilização Árabe* e um *Dicionário Cultural da Língua Portuguesa*, produzido por autores paranaenses. Adquiriu novos equipamentos, caros e sofisticados, em 71, e começou a enfrentar dificuldades para saldar seus compromissos.

Em 1973, Faruk El Khatib, formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Paraná — depois de ter tentado, sem sucesso, o vestibular para Medicina durante nove anos —, fez uma viagem de recreio pelos Estados Unidos e descobriu o filão que poderia salvar a Grafipar das dificuldades: as revistas eróticas para o público consumidor de baixo poder aquisitivo.

Antes, porém, era preciso enfrentar o velho Said, muçulmano convicto, que não admitia sequer olhar fotografias de mulheres peladas. Astucioso, Faruk propôs inicialmente o lançamento de uma revista infantil, chamada *Colorindo*.

— Eu tinha de convencer meu pai de que revista era um bom negócio, pois em todo o país existem 17 mil bancas enquanto que as livrarias não passam de 300. Assim, lançamos a *Colorindo*, para testar e aprender como se desenvolvia a venda em bancas. Ao mesmo tempo, vendemos para a Varig um projeto de publicação de bordo, uma revista de passatempos intitulada *Passarola* — lembra Faruk.

As coisas melhoraram para a Grafipar e Faruk começou a vencer a resistência do pai. Até que, em 1976, a empresa lançou o seu mais arrojado projeto editorial, a revista *Peteca*, com quadrinhos eróticos, artigos tipo "como melhorar seu desempenho sexual", uma seção de encontros e a coluna *Gay Corner*. Foi um sucesso: dos 100 mil exemplares da primeira edição, foram vendidos 31 mil.

— Depois fomos evoluindo lentamente e a revista foi embora.

1 MILHÃO DE EXEMPLARES

Marketing era a única matéria do curso de Administração na qual Faruk sem-

pre passou por média. Na esteira do sucesso de *Peteca* (hoje quinzenal, com 90 mil exemplares distribuídos nacionalmente), surgiram mais títulos: *Rose* ("informa às mulheres e tira a roupa dos homens"), *Neuros* ("terror e sexo em quadrinhos"), *Perícia* ("sexo, sangue, suspense"), *Personal* ("malícia nua e crua"), *Katy Apache* ("sangue novo no velho oeste") e muitos outros.

A essa altura, convencido do talento empresarial do filho, o velho Said Mohamad El Khatib ficou cuidando de *Atenção*, revista mensal de reportagens, considerada a publicação mais séria da casa. E, por via das dúvidas, proibiu a seus filhos que seu nome constasse no expediente das revistas eróticas.

PLAYBOY DOS PÖBRES

Faruk, 33 anos, casado, pai de três filhos, garante que sempre acreditou no sucesso de suas revistas:

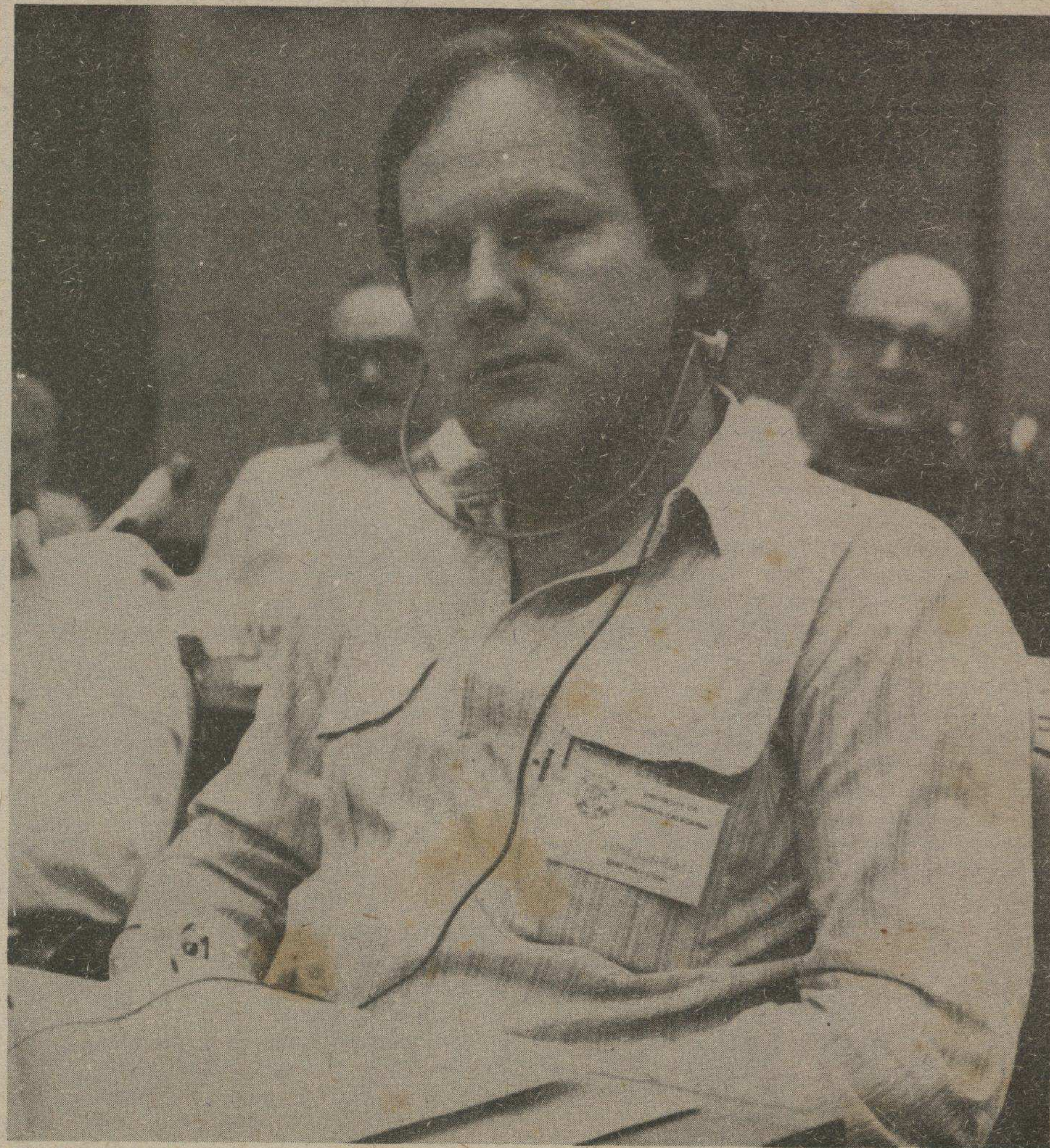
— Existia uma brecha no mercado editorial brasileiro para publicações eróticas não sofisticadas, uma espécie de playboy dos pobres, que tivesse baixo custo e que pudesse ser vendida a preço barato.

O preço de capa das revistas (variando entre Cr\$ 10,00 e Cr\$ 22,00) é, sem dúvida, um forte estímulo às vendas, mas não o suficiente para cobrir os custos — situação essa agravada pela falta de anúncios. Para resolver o problema, Faruk criou uma linha de vestuário com a marca *Peteca*, que é vendida pelo reembolso postal através de anúncios publicados nas suas revistas.

"Hoje, esse sistema já nos rende o suficiente para não termos de nos preocupar com a falta de anúncios", afirma o empresário.

O filho do velho Said El Khatib não revela o faturamento mensal da Grafipar, mas é com ele que Faruk financia os novos projetos. Além do *Correio de Notícias*, ele vai lançar outros 13 novos títulos em 1980, visando atingir a cifra de 2 milhões de exemplares mensais. *Atenção* será transformada em revista semanal de informações, com circulação nacional, para competir na mesma faixa de *Veja* e *Isto É*.

E já se encontra em estudo no Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) um pedido de importação de novos equipamentos para a Grafipar.



Faruk: "Não queremos resolver o problema de sexo de ninguém"

Nas cartas, casos "escabrosos"

"O nú é uma isca, um champignon para atrair o leitor. Depois ele acaba conquistado pela informação e passa a comprar regularmente a revista", diz Nelson Faria, diretor de redação da *Peteca*. Segundo ele, o leitor da revista tem entre 13 e 18 anos, trabalha de dia e estuda à noite, não possuindo ainda um alto grau de instrução.

O sucesso de *Peteca* é inquestionável entre os leitores, a julgar pelas duas mil cartas que chegam mensalmente à Grafipar. Nestas cartas, os assuntos mais discutidos são o tamanho do pênis, a masturbação e o homossexualismo, além de alguns relatos fantásticos.

Nelson Faria revela que os casos mais "escabrosos" são encontrados nas cartas dos leitores, e que por isso foi obrigado a implantar uma seleção.

— Quando recebemos cartas de alguma senhora dizendo que se apaixonou por um negro de mais de 2 metros de altura ou de alguém que diz ter mais de 30 centímetros de pênis, a gente corta fora

pois isso não passa de pura fantasia, conta o editor.

Mesmo com essa seleção, a seção de cartas da *Peteca* tem registrado relatos incríveis.

Um leitor de Patos de Minas (MG), por exemplo, contou que sua namorada engravidou e ele foi obrigado a ir morar na casa dos pais dela, indo dormir no quarto do irmão da namorada. Não demorou muito e o irmão passou a exigir também relações sexuais com ele, relações que tornaram-se constantes. Acontece que a mãe do rapaz descobriu tudo e, para ficar calada, exigiu que o namorado da filha se tornasse seu amante. Em pouco tempo, o pai também dançou.

— Ligado repentinamente à toda a família, o rapaz ficou desesperado e passou a escrever para a *Peteca*, identificando-se perfeitamente e pedindo ajuda. No início, pensamos que era apenas mais uma fantasia, mas ele repetiu tantas vezes a história, dando garantias de que era verdade, que acabamos por escrevê-lo diretamente — conta o chefe da redação.

Nelson Faria, assim como Faruk El Khatib, acreditam que *Peteca* é uma revista "erótico-educativa", pois todas as cartas são respondidas com o auxílio de médicos e até especialistas, para os casos mais intrincados. E, recentemente, a Grafipar assinou convênio com a revista de informação sexual norte-americana *Sexology*, para publicação de matérias traduzidas.

Apesar desse caráter educativo, Faruk já passou maus bocados. Como quando investiu pela redação um gaúcho de bombachas, botas e esporas ameaçando todo mundo, pois leu o nome do filho na coluna *Gay*.

— Ele entrou gritando que seu filho era homem e ia prová-lo, mas nós conseguimos convencê-lo de que aquilo era alguma brincadeira dos amigos de seu filho.

Nelson Faria acha que o tratamento dado aos temas que envolvem sexo, quase sempre simples e direto, "é um dos responsáveis pelo grande sucesso da revista porque, na verdade, o brasileiro é muito mal-informado sobre o assunto".

Faruk El Khatib, por sua vez, também não vê nenhum problema na exploração deste tipo de mercado. "Hoje, todo e qualquer anúncio publicitário tem mulher pelada e sexo para vender qualquer coisa. Nós, acima de tudo, não queremos resolver o problema de sexo de ninguém. Queremos sim é orientar".



Sacanagem a preço popular, o segredo do desempenho da Grafipar

Said Farhat rói a corda e o SNI leva a culpa

Amigo do ministro assume o cargo do jornalista vetado para a EBN

José Gonçalves Fontes, jornalista de 46 anos, 22 de profissão, vencedor de três Prêmios Esso e 13 outros prêmios importantes, foi convidado, em setembro, para assumir a gerência da sucursal carioca da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) que substituiu a antiga Agência Nacional. O convite lhe foi pessoalmente por Luiz Adolfo Pinheiro, diretor-superintendente da Empresa.

No início de março, o mesmo Pinheiro comunicou ao jornalista que o cargo não mais lhe pertencia. O SNI vetara seu nome e em seu lugar assumiu Alcir Porto — que perdeu um cargo de deputado na Radiobrás, não é jornalista mas é amigo do ministro Said Farhat, da Comunicação Social.

Entre o convite e o veto, Fontes viveu momentos incríveis. Primeiro, ainda em setembro, foi confirmado no cargo por Apolônio Salles, presidente da EBN, recebendo até mesmo autorização para dar entrevistas confirmando a indicação. Foi convocado à Brasília, apresentado aos diretores da empresa e ao próprio ministro Farhat. Até mesmo a data de sua posse foi marcada.

No dia combinado, porém, ele é avisado de que a nomeação não saíra, por problemas burocráticos.

A EBN estava se reestruturando, precisava que alguns membros do conselho de administração fossem nomeados pelo presidente da República e tudo isso era motivo para o atraso — conta.

Nesse intervalo, Fontes começou a suspeitar que o problema pudesse ser com o SNI. Pinheiro e Apolônio, entretanto, afirmaram que tudo estava bem com o SNI.

Em novembro, a situação mudou. Apolônio Salles contou a Fontes que o SNI não recomendava seu nome. Fontes ficou perplexo: nunca respondera a nenhum Inquérito Policial-Militar, nem esteve envolvido em qualquer processo pela Lei de Segurança Nacional.

Na época, Apolônio Salles até brincou com a minha preocupação e perguntou, em tom de brincadeira: "Você nunca comeu a mulher de nenhum general, não é?" E me tranquilizou: "O SNI não veta ninguém diz apenas se a pessoa é recomendável ou não. Seu caso o Ministro já garantiu que vai resolver — lembra o jornalista carioca."

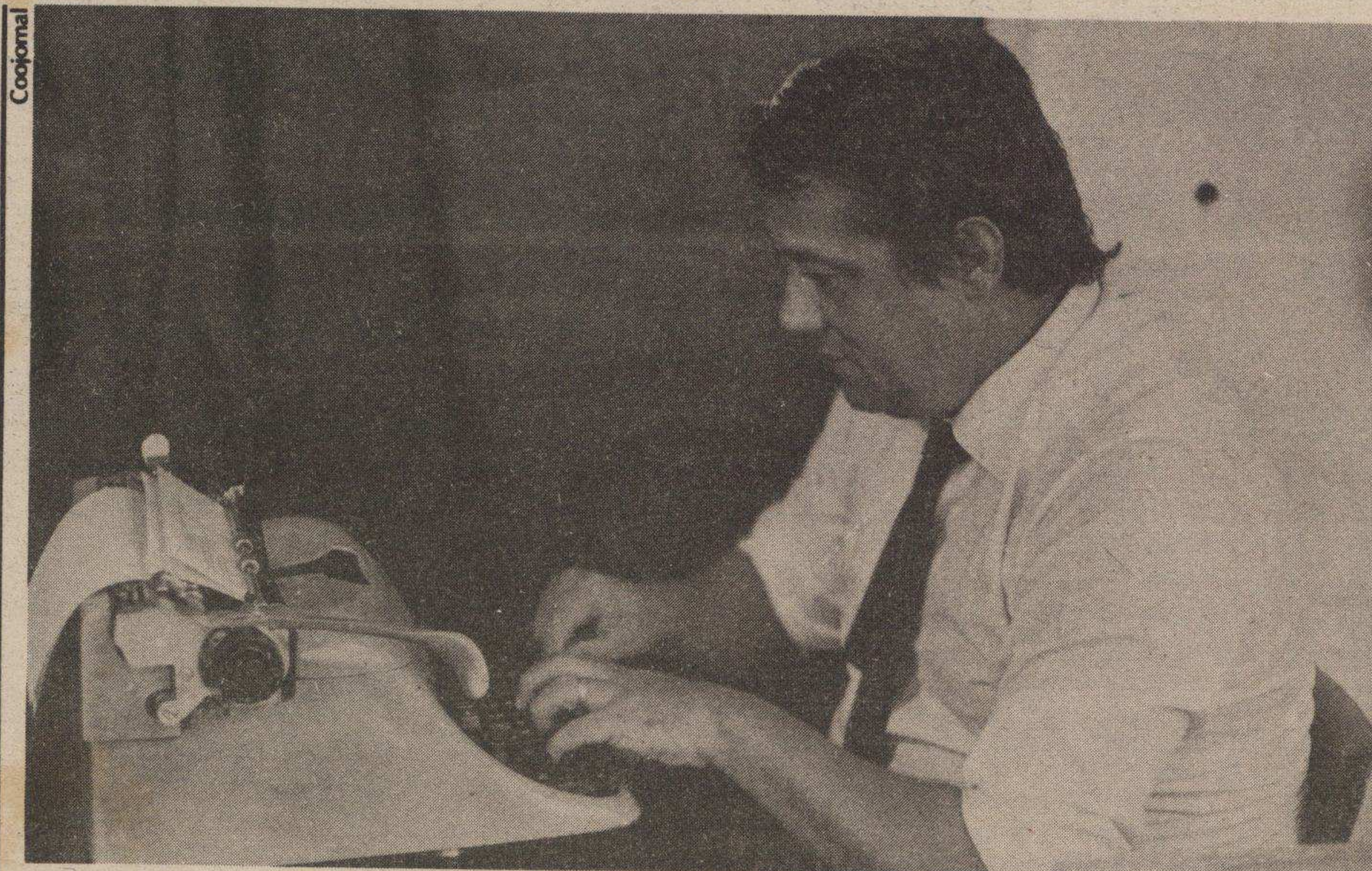
A FICHA

Mesmo assim, Fontes resolveu agir por conta própria. Recorreu a um amigo, João de la Penha, funcionário com função gratificada na Secretaria de Segurança Pública do Rio e através dele obteve sua ficha no SNI (la Penha viria a perder o cargo por causa disso).

O primeiro equívoco que o jornalista constatou: na ficha havia a indicação de que em 64, Fontes era colaborador do *Jornal do Brasil*. Na realidade, ele já era funcionário, com carteira assinada, há seis anos.

Havia ainda indicações sobre o fato de Castello Branco ter cassado sua credencial para a cobertura presidencial no Palácio das Laranjeiras, um informe sobre uma prisão, por "desacato" ao ex-policia Marciel Mariscot (hoje preso por seu envolvimento com o Esquadrão da Morte) e um outro registro sobre uma batida de automóvel.

Os dois últimos processos foram arquivados. No caso do Marciel, não o desacatei. Na época, um repórter amigo meu promoveu um distúrbio e eu fui à delegacia tentar soltá-lo. Como estávamos fazendo no *JB* vários artigos contra o Esquadrão, *JB* quis me envolver no incidente, discutimos e ele me autuou por desacato — afirma Fontes.



Fontes conseguiu sua ficha no SNI e questiona o veto

O caso com Castello Branco também não teve implicações políticas.

Foi em 1965. Castello despachava no Palácio das Laranjeiras, onde eu era setorista. Eram seis horas da tarde quando, da varanda onde os jornalistas ficavam, ouvi o presidente, aos berros, dizer ao telefone: "Você não é general? Então prenda o coronel e solte os deputados..." Foi um caso que teve muita repercussão: um coronel prendeu nove deputados em Fortaleza, sob a acusação de contrabando.

No dia seguinte, Fontes publicou o diálogo — um violento esporro no Comandante da IV Região Militar — e criou uma crise palaciana.

O Castello, que era democrata, recusou-se a desmentir a nota, mas casou minha credencial. No dia seguinte, o *JB* publicou, na primeira página, um violento artigo me defendendo e informando que só não suspenderia a cobertura do Palácio por que seus leitores não poderiam prescindir das informações, recorda o jornalista.

De posse da ficha, já quase no fim de dezembro, Fontes procurou Adolfo Pinheiro e informou o que apurara. Em janeiro, o presidente da EBN voltou a procurá-lo e disse: "A posse está na reta final". No dia sete de março, Pinheiro desmentia Apolônio: "O SNI vetou o seu nome e o cargo já está preenchido. A empresa resolveu colocar na gerência um homem com experiência administrativa".

PRÊMIOS

Em junho, Fontes havia sido demitido, junto com outros 25 colegas, do *Jornal*

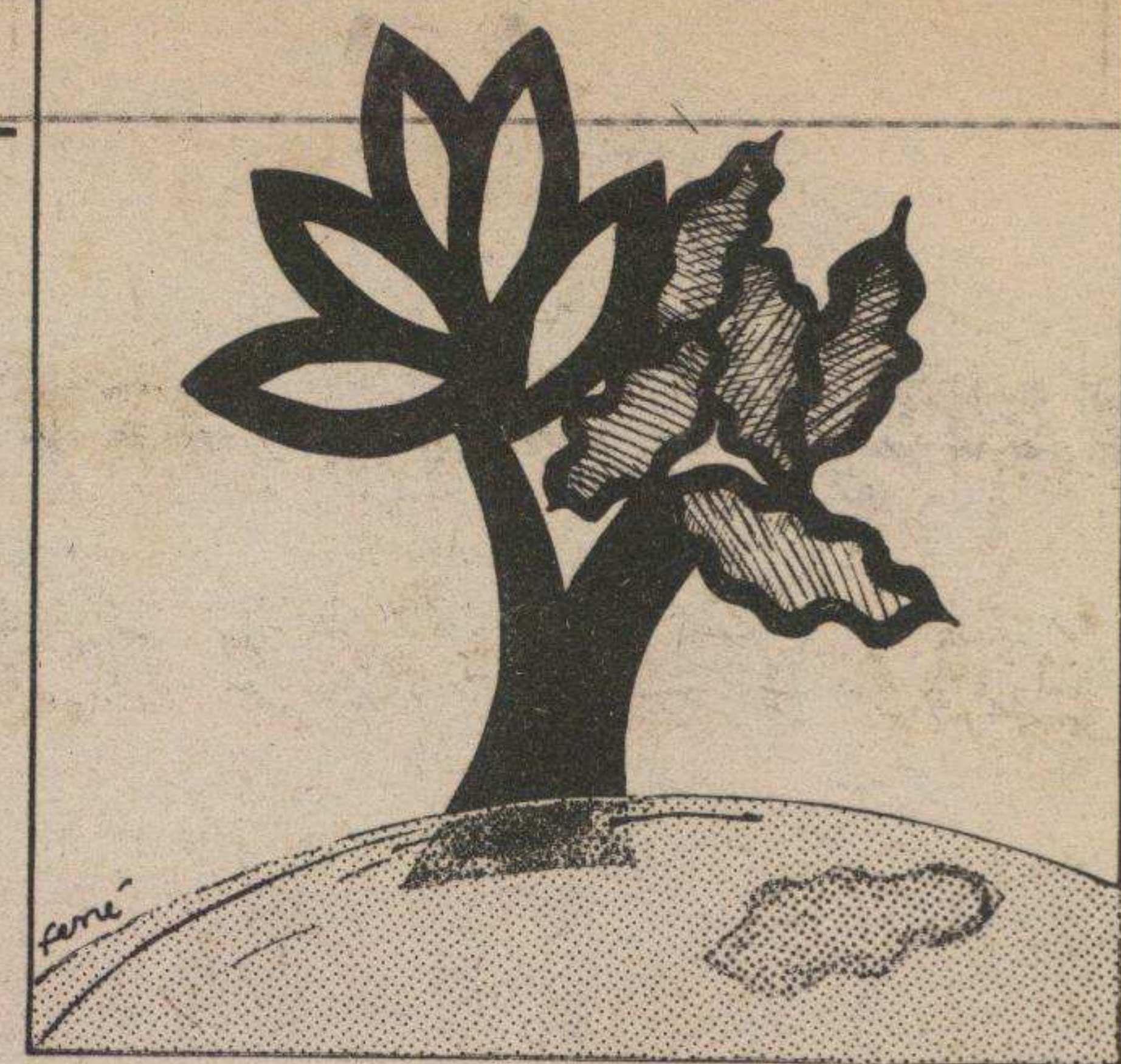
do Brasil, após 22 anos de casa. Em setembro, recebeu o convite de Pinheiro. Entre o convite e o desfecho final, recusou outras ofertas de emprego por considerar-se eticamente comprometido com a EBN. Ele revela que está estudando Direito e pretende até mudar de profissão: "Estou desiludido. Como é que uma pessoa que trabalha 21 anos numa casa é demitido sem mais nem menos?", pergunta.

José Gonçalves Fontes é um dos mais premiados jornalistas brasileiros. Tem três prêmios Esso: uma reportagem sobre fraude eleitoral, feita em 61, uma denúncia sobre os problemas dos portos brasileiros, em 1973, e um diagnóstico da crise do ensino brasileiro, escrito em parceria com o jornalista Israel Tabaci.

Além disso, ganhou outros 13 prêmios, entre os quais o Meghentaler, da Sociedade Interamericana de Imprensa, pelo seu empenho em defesa do Rio de Janeiro. Foi com base em suas denúncias que surgiu o chamado Plano de urbanização da Barra da Tijuca. Foi ele também quem fez a mais completa reportagem sobre a insolvência do Grupo Lume, em 1977. Por causa disso, foi processado, condenado em primeira instância e, posteriormente, absolvido.

O episódio da EBN suscitou até uma carta do presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro ao ministro Said Farhat, solicitando "um esclarecimento público para a questão". E no próximo dia 18, o Sindicato promoverá um ato público em solidariedade a Fontes.

FRANCISCO VIANA



Mudanças e demissões no grupo Abril

Mais uma porta fechada na imprensa de São Paulo: o grupo Abril decidiu fechar todas as publicações, exceto *Exame*, de sua subsidiária Abril-Tec, que edita várias revistas especializadas.

A decisão foi tomada no final de março e envolve *Análise* (boletim semanal de economia exclusivo para assinantes), *Comércio Exterior* (revista mensal feita para o Ministério de Relações Exteriores), *Tudo Azul* (revista mensal feita para a Vasp), além de revistas feitas para terceiros como a *Revista da Eternit*.

A desmontagem da Abril-Tec será feita ao longo do ano, à medida que acabarem os contratos com seus clientes. A decisão foi tomada porque os investimentos realizados na Abril-Tec não eram compensadores. Há alguns anos, o grupo Abril já havia passado adiante suas revistas técnicas (*Máquinas & Metais*, *Plásticos & Borracha*, *Química & Derivados*, *Transporte Moderno*, *Super-Hiper*), igualmente com a desculpa de prejuízo. Algumas destas revistas foram extintas, mas outras como *Super-Hiper* continuaram circulando sob responsabilidade dos próprios jornalistas que as tinham criado.

Nos últimos dois anos, a Abril-Tec cresceu bastante, atingindo hoje cerca de 180 funcionários, 60 dos quais jornalistas. Até parecia uma editora em ascensão, pois ganhou a concorrência para publicar *Tudo Azul*, lançou — com sucesso publicitário — o anuário *Brasil em Exame* e prepara-se para mudar a periodicidade de sua principal revista, *Exame*, que deve passar de quinzenal para semanal, no primeiro semestre de 1981.

Com a reviravolta, ainda não se sabe se a Abril-Tec continuará sendo uma empresa isolada ou se voltará a ser um simples departamento do grupo Abril, o maior da América Latina, no setor editorial. O certo é que ficarão desempregados 22 jornalistas, e mais uns 10 funcionários. O que sobra do desastre são a revista *Exame*, os livros para executivos da Biblioteca Harward, os anuários *Melhores & Maiores* e *Brasil em Exame*, além da agenda, *Exame*, uma das maiores fontes de lucros de Abril.

GERALDO HASSE, SP

Mentiras da Bloch são verdadeiras



Por fajutar dados sobre a circulação de suas revistas, a Editora Bloch, do Rio, acabou sendo expulsa do quadro de associados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). É a primeira vez que acontece um caso destes na história do IVC, criado e mantido pelos editores brasileiros e agências de propaganda para botar um pouco de ordem na confusão provocada pela tradicional falsificação de dados sobre circulação de jornais e revistas. Pelas regras do jogo, os editores enviam os dados de vendas de suas publicações ao IVC, que faz uma checagem, confere os números com a realidade e redistribui uma lista global a todos os associados (eram 95 até o caso Bloch).

Em suas verificações, o IVC admite uma margem de erro de até 5%. Isso significa que, para merecer a expulsão, a Bloch ultrapassou os limites. As informações oficiais do IVC são utilizadas principalmente pelas agências de propaganda para o planejamento de seus anúncios. Servem também como referência para o trabalho dos editores.

A expulsão da Bloch (revistas *Man-*

chete, *Gente*, *Desfile*, *Ele Ela*, *Amiga*, *Pais & Filhos*, *Sétimo Céu*) encerra uma questão aberta em 1978, quando os fiscais do IVC começaram a desconfiar da veracidade dos dados fornecidos pela editora. Primeiro, para explicar a discrepância entre duas informações e os números do IVC, a Bloch alegou ter realizado "vendas por fora" para estudantes. A explicação não colou, tanto que o IVC continuou insistindo com sua auditoria. O impasse surgiu quando o IVC pediu para checar os diários de vendas da Bloch. Nada feito, disse a editora carioca. Tudo bem, respondeu o IVC, que parou a investigação e aplicou o artigo 34 de seu estatuto, aquele que prevê a expulsão do sócio que fornecer dados falsificados.

O sócio mentiroso foi expulso em dezembro de 1979, mas o caso só veio a público em fevereiro, em artigo de *Meio & Mensagem*, jornal quinzenal feito em São Paulo e que circula nos meios publicitários. A grande imprensa, como de hábito, evita lavar roupas íntimas em suas páginas.

ARI GAZETTA, SP

Como informar, se o governo esconde?

"O cerceamento do trabalho dos jornalistas chega mesmo a atingir posturas policiaescas. Exemplo desse exagero ocorre sempre no Conselho Nacional de Petróleo. Quando um jornalista consegue entrar no prédio onde funciona o órgão, é seguido por um funcionário especialmente destacado para tal missão, de forma a impedi-lo de buscar informações."

Este é apenas um dos episódios narrados pela Associação dos Jornalistas de Economia de Brasília (AJOEB), em documento entregue ao ministro da Comunicação Social, Said Farhat, no dia 17 de março. No relatório, são apresentados fatos que mostram de maneira inequívoca o impedimento do trabalho dos jornalistas na área econômica na capital federal.

Baseada no discurso de posse do ministro Said Farhat — "ao dever de in-

formação do público corresponde, o direito do público de saber aquilo que faz o governo, por que faz, para que faz, quanto custa" a AJOEB, presidida desde o ano passado pelo jornalista Geraldo Moura, começou a preparar o documento com depoimentos dos seus 100 associados, que cobrem os diversos ministérios da área econômica.

Apesar das promessas do ministro, a verdade é que muitas explicações ainda são escamoteadas ao público. Um exemplo disso é que os repórteres continuam sendo convidados a conhecer as grandes realizações do governo, mas não conseguem sequer a menor informação quando procuram tratar o assunto como uma prestação de contas da aplicação do dinheiro público. Recentemente, o secretário da Receita Federal apresentou à

imprensa o novo computador que impediria "os cidadãos desonestos" de sonegar o Imposto de Renda. Indagado sobre quanto o governo gastou para montar o equipamento a autoridade recusou-se a responder.

SEM RESPOSTAS

E mais: tão logo a imprensa detectou indícios de irregularidades na venda das ações da Vale do Rio Doce, autorizada pelo Tesouro Nacional, o ministro da Fazenda, Ernane Galveas, recusou-se a dar satisfações sobre o negócio.

Por outro lado, como frisa o relatório da AJOEB, a defesa dos recursos públicos só é possível com a chegada das informações à comunidade. Um caso ilustrativo foi o projeto do ministério das Minas e Energia de dispender cerca de Cr\$ 750 milhões na construção de uma imagem favorável do ministro César Cals, "interrompida apenas com a publicação dessa trama".

A luta da AJOEB para defender os interesses de seus associados, na verdade, não é nova. A entidade já se movimentou em dezembro de 1979, tão logo o gover-

no decretou a maxidesvalorização do cruzeiro e diante de denúncias de que houve vazamento de informações que acabaram por beneficiar influentes grupos econômicos.

Foi dirigida uma carta ao então presidente do Banco Central, Ernane Galvêas, solicitando detalhes sobre a operação cambial e dados que permitiriam identificar as empresas que fizeram depósitos em moeda estrangeira com base na Resolução 432 (que rende juros e correção monetária sobre os depósitos em moeda estrangeira no Banco Central). Galvêas ignorou o pedido e nova carta, nos mesmos termos, foi dirigida ao atual presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, que adotou idêntica postura.

A AJOEB chegou a cogitar do ingresso na justiça de uma ação popular contra o Banco Central e as autoridades da área econômica responsáveis pela maxidesvalorização, mas desistiu por sentir que o assunto poderá ser apurado em detalhes na Câmara do Deputados, onde corre o pedido de formalização de uma CPI sobre o caso.

SEVERINO GÓES

**A Cotrijuí
está
apresentando
uma nova
alternativa de
lavoura
e de
mentalidade.
Policultura
na terra e na
idéia.**

É tempo de encarar a realidade da agricultura nacional e do pensamento do homem do campo: ambos estão precisando da policultura.

A Cotrijuí acredita que através da policultura fica mais fácil melhorar o panorama das nossas safras e da vida do agricultor.

Para isso, quem tem terras deve diversificar sua lavoura e os seus interesses. Plantar de tudo e comercializar de tudo.

Logo a policultura dará os resultados que trarão novos tempos: aumento da produção em solos não exauridos e mais alimentos para a mesa brasileira.

Para o País isso é ótimo: ele terá menos problemas a resolver e mais cereais, carne, verduras, frutas e legumes.

Para o produtor, a certeza de maior segurança e a garantia de sobrevivência.

Policultura. Não é apenas uma palavra.

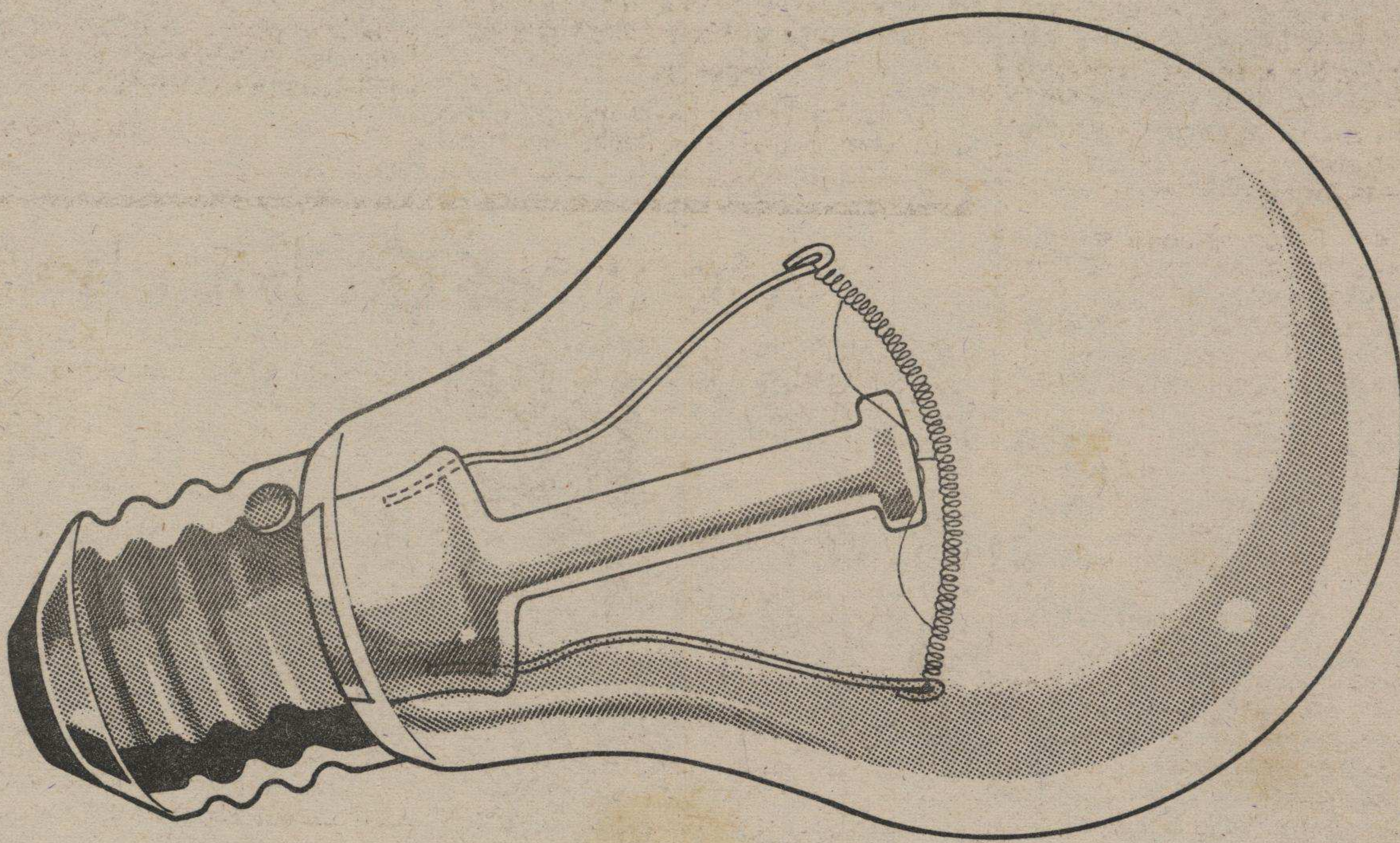
É uma estratégia necessária para tornar este País grande pelo que planta.

Se o Cooperativismo já fazia o impossível por essa meta, imagine agora com a policultura.



COTRIJUI
A FORÇA DA UNIÃO.

Respeito ao Homem, à Terra e ao Futuro.
Policultura é Isso.



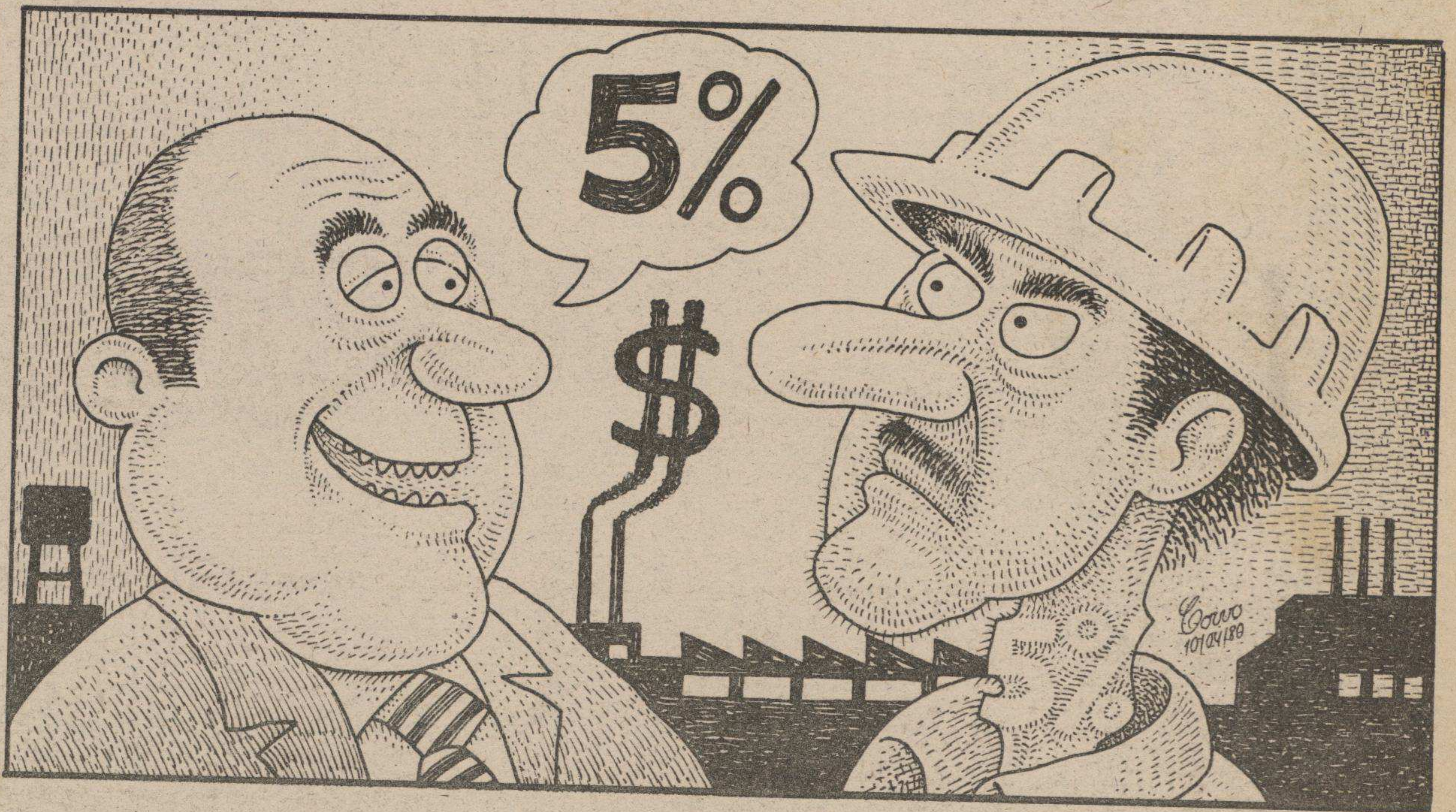
O governo joga tudo no ABC

Os mais altos funcionários do Ministério do Trabalho andam nervosos nos últimos dias, olhos postos na greve dos metalúrgicos do ABC paulista. O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, procura aparentar tranqüilidade, mas sabe que essa greve é tão importante para o governo, para o Ministério que chefia e para ele próprio, que se mudou para São Paulo, de onde despacha já há alguns dias, acompanhado de vários assessores. Na verdade, há muita coisa em jogo nessa greve, pelo lado do governo: o plano-mestre dos articuladores políticos do Palácio do Planalto, a nova política salarial, a reformulação partidária, até o futuro político do líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula. Enfim, toda uma estratégia cuidadosamente traçada está em jogo no ABC — e, se as coisas saírem erradas para o governo, Macedo receberá os primeiros golpes. Natural, assim, que ele tenha se transferido para São Paulo e que seus assessores mais próximos andem nervosos, preocupados.

Quando fez aprovar pelo Congresso a nova política salarial, o governo considerou ter resolvido seu mais grave problema na área sindical: as reivindicações salariais que desembocavam em sucessivas greves, ilegais sob o ponto de vista da rigorosa legislação trabalhista em vigor. O governo — e Macedo em particular — apostou na nova política salarial como remédio infalível para arrefecer o ânimo grevista dos trabalhadores, evitando assim convulsões sociais e os enfrentamentos entre governo e grevistas. Reduzir ao máximo esses enfrentamentos, desgastantes sob todos os aspectos, é questão vital para o governo, na implantação progressiva de seu plano de institucionalizar o país sem perder o controle do processo. A nova política salarial dá reajustes salariais semestrais e deixa uma margem muito pequena para, anualmente, os sindicatos reivindicarem aumentos reais. Quer dizer, já tendo assegurado, a cada seis meses, um reajuste pelo menos próximo ao aumento reconhecido do custo de vida, os trabalhadores teriam de negociar com os patrões apenas o que se resolveu denominar taxa de produtividade, que, pelos cálculos iniciais, nunca passaria dos cinco por cento. O ministro Delfim Netto, inclusive, chegou a declarar que essa taxa de produtividade não deveria ser superior a quatro e meio por cento:

Ora, racionavam Delfim, Macedo, seus assessores e até os sagazes estrategistas do Planalto, os trabalhadores não irão arriscar-se a uma greve por causa de um ou dois por cento a mais sobre seus reajustes assegurados. Durante algum tempo esse raciocínio pareceu que se confirmaria, passou-se a falar menos em greve, muitas categorias que em 1979 chegaram à paralisação fizeram acordos coletivos sem maiores problemas. Mas notava-se uma certa ansiedade quanto aos metalúrgicos do ABC paulista. Sabia-se que os metalúrgicos poderiam dar o tom para todo o ano, como em 1978 e 1979. Passou-se, então, a traçar os planos para derrotar qualquer veleidade dos metalúrgicos em derrubar a nova política salarial.

Acontece que, antes dos metalúrgicos, vieram os portuários de Santos, e com eles o governo não contava. Sob direções predominantemente pelegas, os portuários fizeram uma greve irrepreensível nos aspectos de organização e eficácia, conseguindo uma taxa de produtividade acima das normalmente conseguidas. A greve dos portuários de Santos por um lado mostrou que o instrumento não se tornou inviável e por outro consolidou a prática de a produtividade, praticamente impossível de ser calculada, ser fixada pelos tribunais do



trabalho em bases políticas. Porque o que vem acontecendo é que, ao julgar os dissídios coletivos, os tribunais regionais do trabalho arbitram uma taxa de produtividade, que nada tem a ver com a produtividade, mesmo porque não ficaram claros os critérios para estabelecê-la.

Antes mesmo da greve de Santos, o ministro Delfim Netto, preocupado com esses arbitramentos, tentou regulamentar a nova política salarial estabelecendo que, quando não fosse possível calcular a produtividade, os tribunais aplicariam o resultado do Incremento do Produto Interno Bruto pelo incremento da população, o que daria um aumento de menos de quatro por cento. Macedo resistiu a essa fórmula, argumentando que ela acabaria com toda possibilidade de negociação entre trabalhadores e patrões e isso seria demais — fatalmente os sindicatos mais mobilizados e organizados derubariam o dispositivo na prática, exigindo aumentos maiores. O Planalto, com olhos políticos, preferiu ficar com o Ministro do Trabalho.

Agora, o que vem acontecendo é que a produtividade é fixada arbitrariamente, e os metalúrgicos sabem disso. Se os portuários ganharam 6% na Justiça do Trabalho e mais um e meio por cento por acordo com a Docas de Santos, os metalúrgicos do ABC não podem ficar atrás, tanto que, no dissídio, o Tribunal Regional do Trabalho ofereceu sete por cento para a faixa menor de salários. Independentemente de qualquer coisa, a greve faz com que os tribunais concedam produtividades maiores — e depois será difícil justificar produtividades muito menores para categorias que não entraram em greve, pois isso seria premiar os grevistas.

A situação é sem dúvidas complicada, e isso é que preocupa o governo. Nesse quadro, a nova política salarial estará derrotada: os empresários reclamam dos reajustes semestrais e da falta de critérios para estabelecer a produtividade, os trabalhadores reclamam do INPC e querem aumentos reais maiores. A greve do

ABC dando certo de alguma maneira, o quadro sindical, que parecia pacífico até a greve de Santos, será alterado — e o governo terá que procurar novas táticas para enfrentar o problema.

Macedo, sem dúvida, tem uma questão pessoal, de sobrevivência política, para se empenhar a fundo na resolução do problema criado no ABC. O fundamental, para ele — e, é claro, para o governo — é que a greve não saia vitoriosa. É importante, para o governo, impedir que mais uma vez o exemplo do ABC se multiplique, que as greves voltem a proliferar, que o sindicalismo em moldes independentes floresça, que Lula saia fortalecido dessa greve, que o PT, o Partido dos Trabalhadores, cresça a partir da greve em seu berço, São Bernardo do Campo. Por isso o governo joga tudo contra a greve dos metalúrgicos, sabendo que o quadro não é fácil.

O comportamento governamental quanto a outro movimento, o dos plantadores de soja, foi sem dúvida diferente. O ministro da área econômica, Delfim naturalmente à frente, não queriam nem admitir a possibilidade de atender à reivindicação dos agricultores de acabar com o imposto de exportação da soja. Os agricultores fizeram um movimento de pressão no Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, colocaram tratores e colhedeiras nas ruas, ameaçaram o governo e acabaram ganhando a parada. Prevaleceram, no caso, as razões de ordem política, porque se dependesse de Delfim, o imposto de exportação continuaria. A decisão foi tomada no Palácio do Planalto, pelos mesmos estrategistas que, agora, podem se debruçar por inteiro sobre a greve do ABC. Porque, para eles, esse é o assunto principal do momento — o voto distrital, nova constituição em 1982, fim da Lei Falcão, crises no PDS, são assuntos para distrair os políticos, cada vez mais às voltas com essas questões e cada vez mais desligados do que acontece fora das cúpulas desenhadas por Niemeyer para abrigar a Câmara e o Senado.

UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965
HA 14 ANOS PROTEGENDO A
FAMÍLIA BRASILEIRA.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
 RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
 TELEFONES: 21-3625 — 21-5869
 PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE

PODER & POLÍTICA

Neste mundo,
vence quem tem as
melhores armas.

formula

É uma
revolução
permanente que
atinge a todos
os setores de
atividade.

É preciso entender o
que se passa, conhecer
os fatos e saber
interpretá-los.

Assine ISTOÉ.

Semanalmente, uma equipe
de jornalistas vai ajudá-lo na
análise e na previsão dos
acontecimentos.

Você recebe a revista em casa ou
no escritório, sem problemas de
edições esgotadas, com garantia do
preço mesmo que aconteça alteração no
preço de capa.

E ainda recebe tudo que é necessário, em
matéria de jornalismo, para acompanhar as
transformações do mundo de hoje.

recorte aqui

Assine

ISTOÉ

Aproveite a
oferta especial
para novos
assinantes!

economize até
Cr\$ 1.956,00

Anexo ao
cupom, em
envelope
fechado, meu
cheque
nominal à
Encontro
Editorial Ltda.,
Av. Paulista,
2006 - 15º -
São Paulo -
CEP 01310

Pagarei
após receber
instruções

Sim! Quero assinar ISTOÉ. Minha opção:

2 anos Cr\$ 4.284,00 à vista Cr\$ 2.520,00 à vista
 Cr\$ 1.533,00 3 pagamentos 1 ano Cr\$ 905,00 3 pagamentos

Nome _____

Endereço _____ Telefone _____

Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

CEP _____ Data _____ Profissão _____

Assinatura _____

Envie ainda hoje este cupon especial de assinatura
Oferta válida por tempo limitado

Não querendo recortar
faça uma cópia ou um pedido à parte.

Os descaminhos da abertura

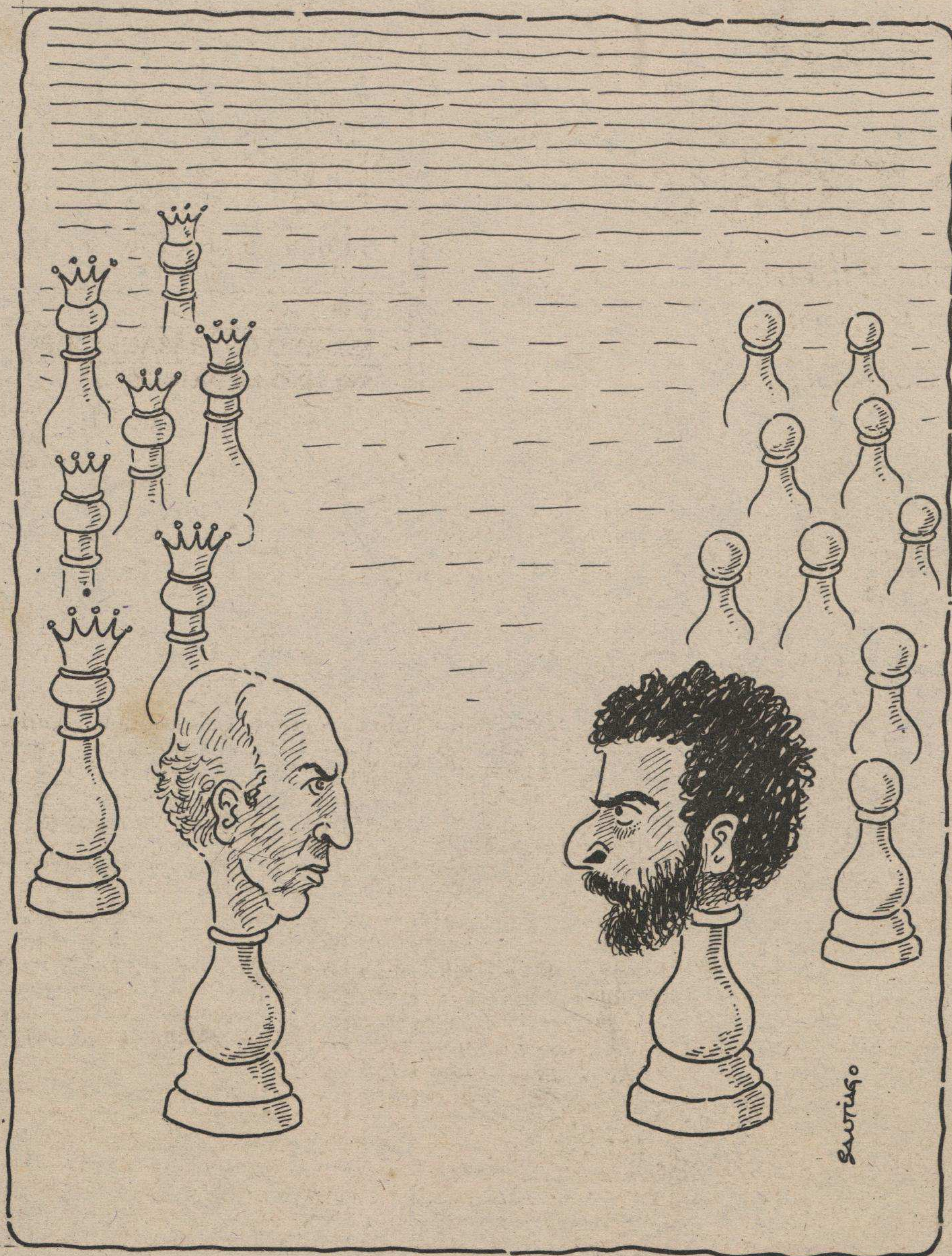
Abertura versus fechamento — eis uma história tão velha quanto o regime. Mas se o regime é transparente — sabe-se bem a quem serve e contra quem está — o jogo de abrir e/ou fechar requer, talvez, um pouco mais de sutileza. Ou seria descaramento? Afinal, a confusão vem desde as origens: não fizeram uma ditadura para salvar a democracia? Desde então, a inversão de sentido vem sendo manipulada pelo regime, com reconhecida habilidade e sentida força bruta, de tal modo que sempre o exercício de democracia parece ameaça de fechamento e o fechamento, condição para a democracia. O pacote de abril não era a salvação da democracia? Pelo outro lado: as vitórias eleitorais da oposição não pareciam sempre como crises a favorecer o fechamento?

Essa história repetiu-se recentemente no caso da greve dos metalúrgicos de São Paulo — um movimento que é, ao mesmo tempo, resultado e avanço do processo de abertura. Mas não para a ótica do regime, que o vê precisamente como obstáculo à abertura: os metalúrgicos estariam indo além dos limites... É isso: os limites — aí está a chave para se desfazer essa aparente confusão semântica. Há algum tempo atrás, eu conversava sobre esse assunto com um oficial de prestígio, homem do regime mas que sempre manteve um espírito crítico capaz de permitir-lhe uma visão mais ou menos isenta dos governos da revolução. A questão que lhe propunha tratava de verificar quais os verdadeiros obstáculos à abertura: o governo afirma desejar a democracia, todas as lideranças de oposição afirmam seu compromisso com a democracia, inclusive os líderes que voltaram de exílio — como Arraes e Brizola — dos quais se temiam “esforços incendiários”; e mesmo o pessoal do *Partidão* — argumento que me pareceu razoável para uma conversa com militar — afirma que não vê mais a democracia como momento tático, mas como valor e prática permanentes. Ora — essa a pergunta — se todos estão de acordo, o que impede a democracia? Eu imaginava que o oficial fosse buscar a resposta na tradicional tese sobre o “comportamento insidioso” das oposições, “que prometem democracia para liquidá-la tão logo chegam ao poder”. Ou que fizesse uma longa análise sobre as dificuldades de controlar os *duros* do regime.

Mas não. A simplicidade do oficial foi efetivamente surpreendente. “É simples” — disse ele. “Estamos falando de coisas diferentes. A democracia jurada por Figueiredo não é a mesma que a oposição defende”. Convidado a explicitar as diferenças, o oficial manteve a simplicidade e a clareza: “A democracia do governo é controlada, restrita e supõe limites de certo modo estreitos. A das oposições é ampla demais para o gosto do regime. Elas gostariam, por exemplo, de eliminar as medidas de segurança, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve e o governo acha que sem isso o país torna-se ingovernável”.

A conversa cessou por aí. Mas não é difícil interpretar esse “ingovernável”. A pergunta é esta: “ingovernável para quem?” A resposta, óbvia: para o regime atual. E é por aqui que pensamos poder superar as confusões do jogo do abre-e-fecha. Não é que o exercício democrático comprometa a abertura e favoreça o fechamento mas a prática democrática de determinados setores sociais avança além dos limites da abertura controlada e então o regime, ele mesmo, ameaça usar o seu braço direito, o braço do fechamento.

Tomemos a questão operária. No final do ano, funcionou, digamos assim, o “braço da conciliação”. Foi quando o governo baixou a nova lei de política salarial — essa que prevê reajustes semestrais calculados conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor e,



uma vez por ano, um aumento real por conta da produtividade. Foi uma relativa concessão do regime: ainda durante os debates dentro do governo acerca da nova legislação, setores nada desprezíveis consideravam a prática de reajustes semestrais como tendo “um intolável efeito inflacionário”. E se havia uma “agitação sindical” cada dia mais intensa, tais setores, simplesmente entendiam que o governo deveria tratar com “mais rigor essa questão operária”. Está claro, não?

De outro lado, estavam os que consideravam necessário fazer uma abertura. Primeiro, porque a repressão ao movimento sindical acabaria sendo excessivamente violenta, com ônus políticos graves para um regime que se quer de abertura. E depois, o movimento sindical ameaçava formar-se irresistível e bem se poderia fazer uma concessão, digamos, “bem espertinha”. A idéia era esta: os reajustes salariais semestrais deveriam ter, desde logo, um efeito desmobilizador. Quem iria se abalar para sindicatos, assembleias e agitações do gênero, se a reposição da perda salarial está assegurada a cada seis meses? E quando chegasse a hora de se discutir o aumento real por conta da elevação de produtividade — era ainda o raciocínio oficial — a disputa se daria em torno de números pequenos, coisa de cinco, no máximo, estourando, dez por cento. Ora, operários acostumados a pedir 70, 80% iriam brigar e fazer greve por cinco?

Iso não era para enganar, o governo efetivamente acreditava que sua nova política salarial deixaria os líderes sindicais falando sozinhos, o que era uma forma de dizer que o governo considerava resolvida a questão operária, ao menos neste momento.

A lei saiu em outubro do ano passado e seu grande teste tinha data marcada: começo de abril, data-base do contrato coletivo dos metalúrgicos do interior de

São Paulo, o que envolve a principal liderança sindical do país, o presidente do sindicato de São Bernardo do Campo, Luís Ignácio da Silva, Lula. Trata-se da expressão do que há de mais avançado no movimento operário brasileiro, ali na região do ABC paulista, o coração da indústria automobilística.

O teste, como se sabe, fracassou inteiramente, ao contrário do que o governo imaginava, os trabalhadores — especialmente, os de São Bernardo — foram à greve por causa do pequeno índice de produtividade e foram de uma maneira muito mais organizada e eficiente do que no ano passado. Foi uma greve geral, sem piquetes, repetindo-se assembleias-gerais de 60 a 70 mil metalúrgicos, espetáculo impressionante a demonstrar o grau de mobilização da categoria. E o nível de liderança de Lula.

O governo encontrou logo diversos motivos a justificar esse fracasso do “braço da conciliação” e a justificar os recursos. Primeiro, as clássicas advertências sobre fechamento e, depois, o “braço duro” para, naturalmente, “salvar a democracia da agitação sindical”. Foram mesmo muitos os motivos invocados, não faltando uma sensacional história do ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna. Para ele, a greve foi insuflada do exterior por gente interessada em prejudicar as nossas exportações. Por exemplo, quem sabe agentes da Fiat, que fica em Minas, estariam insuflando os trabalhadores da Volks, Ford e Chrysler, que ficam no ABC paulista? Ou ainda, agentes dos trabalhadores do Iraque insuflando greve na Volks brasileira, para impedir que esta exporte carros para o Iraque, prejudicando assim o desenvolvimento futuro de uma indústria automobilística no Iraque? Que tal?

De modo mais prosaico, o governo e os empresários de São Paulo simplesmente concluíram que a greve era política. Isto é, visava a objetivos de or-

ganização do partido dos trabalhadores de Lula e não interesses dos trabalhadores. E para o governo, ou Lula é o presidente do Sindicato de São Bernardo ou é um agitador político. Para o primeiro, tudo bem, para o outro, o “braço duro”.

Eis aí os limites de que falávamos. Para o governo, concedido aos trabalhadores um reajuste semestral mais ou menos equilibrado com a inflação, o assunto está resolvido. O que mais querem?

No caso dos metalúrgicos do ABC, queriam, basicamente, o delegado sindical (representante do sindicato dentro das empresas), formas de estabilidade (garantia) no emprego e um aumento real de 15%. Além do reajuste automático. E querem também, o direito de se organizarem em partido ou, de modo mais geral, o direito de atividade política mais ampla. Ou por acaso um partido de trabalhadores — o PT ou outro qualquer que represente os interesses dos operários — não é assunto de interesse dos trabalhadores?

Trata-se de política, é claro, e precisamente de uma política que escapa dos limites da abertura controlada que o regime deseja. Mesmo as reivindicações do delegado sindical — homem que zelaria pelas condições de trabalho dentro da empresa — e da estabilidade têm caráter político, pois ambas têm o objetivo de reduzir o poder da empresa sobre os trabalhadores, hoje um poder quase ilimitado. Mas aí já estamos avançando para uma democracia que não é propriamente aquela jurada pelo presidente da República. E assim, as reivindicações dos trabalhadores tornam-se crise que ameaça a abertura. Logo, punir os trabalhadores é defender a abertura — a abertura lá deles do Palácio do Planalto.

Isso significa que as hipóteses de endurecimento controlado, como a abertura, estão sempre presentes. Por exemplo, começou-se a falar da sucessão de Figueiredo e logo ficamos sabendo que existem basicamente duas opções: 1) A boa, da abertura, um civil, político do PDS; 2) Outra, a da eventual “crise institucional” — fechamento seria a palavra? — E que é o chefe do SNI, general Octávio Medeiros.

Assim, o verdadeiro debate não deve centrar-se na questão abertura-fechamento, trata-se de avaliar qual o grau de controle do regime sobre o processo político, e tem-se verificado que esse controle é tanto menos quanto mais avança o processo político, isto é, na medida em que a abertura vai passando dos limites do regime. Porque o regime topou a abertura quando não tinha mais como evitá-la. Da mesma forma, tende a perder o controle sobre ela, na medida em que ela progride por exemplo: o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, só esperava que o Tribunal Regional do Trabalho decretasse a greve ilegal para intervir no sindicato de Lula. Destruir Lula — o sindicalista político — era o alvo. O tribunal soube disso e não decretou a greve ilegal. Não porque apreciava o político Lula, mas porque não apreciou repetir o papel de instrumento do poder executivo. E autonomia dos tribunais não é um dos lances da abertura? Assim, se o ministro quisesse intervir no sindicato, tal era o resultado da decisão do tribunal, que o fizesse por conta de sua própria violência. Vai ficando mais difícil para o governo: ainda pode intervir, mas já é mais difícil encontrar tribunais que assegurem o manto legal. E talvez surjam logo tribunais que garantam mandatos sindicais, assim como um tribunal federal reconheceu a responsabilidade da união pela morte de Vladimir Herzog. E assim vai. Não estamos, por certo, livres da ditadura: *Eles* bem poderão sofrer a tentação de acabar com essa bagunça. Mas é certo que está cada vez mais difícil. E é certo que as oposições, hoje como nunca, têm condições de bloquear acessos do “braço do endurecimento”.

Por CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Caldas Júnior fecha jornal e admite crise

O mais tradicional grupo editorial do sul tenta recuperar o terreno perdido para seu maior concorrente

Mais um jornal fechou em Porto Alegre. Desta vez foi a *Folha da Manhã*, diário da poderosa Companhia Jornalística Caldas Júnior (CJC), que possui ainda o tradicional *Correio do Povo* e a *Folha da Tarde*, além da rádio e da TV Guaíba. A Caldas Júnior reformulou também o vespertino *Folha da Tarde*, que antes tinha duas edições diárias (uma circulando às 11 horas da manhã e outra por volta das 17h): eliminou a edição final e antecipou o horário de circulação para as primeiras horas da manhã.

Este é o terceiro jornal que fecha em Porto Alegre, nos últimos sete meses. Antes havia fechado o semanário *O Rio Grande*, da Cooperativa dos Jornalistas, e o *Diário de Notícias*, do grupo Associados.

Três meses antes da *Folha da Manhã* sair de circulação, os rumores nesse sentido já eram fortes na cidade. Falava-se, inclusive, em demissões em massa e grandes reformulações na Caldas Júnior. A expectativa, agravada pelo silêncio do empresário Breno Caldas, era tanta que, no dia 21 de março, quando pela última vez circulou a *Folha da Manhã*, os jornalistas e alguns gráficos da empresa promoveram um "ato público contra o desemprego", onde o recém eleito presidente do Sindicato da classe, Lauro

Hagemann, denunciou as distorções do mercado de trabalho gaúcho, os contratos ilegais de até 12 horas a que são submetidos os profissionais, e os baixos salários percebidos pela categoria (veja tabela). Temia-se agora, com o fechamento da *Folhinha*, cuja redação reunia 80 jornalistas, o desemprego em massa.

Na verdade, tal não aconteceu — embora ainda circulem informações de que a CJC prefere demitir seus profissionais aos poucos. Quinze dias após o fechamento do jornal, as demissões não chegavam a 20. Os demais funcionários foram remanejados para outros setores, incluindo a rádio e a TV Guaíba. A nova *Folha da Tarde*, na qual a Caldas Júnior aposta muito (veja box), recebeu a maioria dos profissionais da extinta *Folha da Manhã* e está agora com 13 jornalistas na sua redação.

Ainda que a empresa não admita oficialmente, todas estas mudanças na Caldas Júnior têm um objetivo principal: recuperar o terreno perdido com o avanço do jornal *Zero Hora*, pertencente à Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), que nos últimos cinco anos arrebatou a liderança de venda avulsa em todo o estado, superando, inclusive, o até então imbatível *Correio do Povo*.

"Um jornal gaúcho para gaúcho ler"

Nos planos do secretário de redação Fernando Pinto, 54 anos, 29 de jornalismo, ex-chefe de reportagem de *O Cruzeiro* e de *Manchete*, a nova *Folha da Tarde*, vai ser "um jornal gaúcho para gaúcho ler". E qual a receita para um jornal assim? "Para mim" — diz ele — "a saída está no mercado do interior, ainda inexplorado, e da Grande Porto Alegre, destinando não mais de 15% das páginas ao noticiário do país e outro tanto à cobertura internacional". Pinto também promete criar uma imagem mais dinâmica e liberal para a nova FT, contrapondo-se à velha *Folha*.

— Veja que há pouco demos uma alfinetada no general Antônio Bandeira, (comandante do III Exército). Agora está saindo uma nota delê... Nosso negócio não é opinar, é ouvir as duas partes". Fernando Pinto garante que esta flexibilidade cedo está dando frutos: "Já estamos vendendo mais em Santa Maria, por exemplo, onde os universitários faziam objeções ao jornal".

As cifras oficiais sobre a receptividade da FT são de um otimismo irrestrito: afirma-se que, da tiragem média de 80 mil exemplares, vende-se 70 mil. Oficialmente, consegue-se a façanha de vender 320 jornais em Lages (SC), onde a falecida *Folha da Manhã* não tinha mais de cinco leitores. Pinto assegura igualmente, mesmo sem exibir números, que o jornal dá lucro e quem em cidades como Caxias e Bento Gonçalves empata em vendagem com a *Zero Hora*. Mas ressalva: "Não estamos concorrendo com ninguém. Acho que o bolo dá para todos".

Com uma média de 72 páginas, a *Folha da Tarde* distribuiu seus 133 jornalistas por três centrais — texto, reportagem, polícia — 15 editorias e 15 subeditorias, além de três subsecretarias. Repórteres são 25. Pinto fala em ampliar a reportagem, sempre remanejando profissionais dentro do jornal. "As diretrizes do doutor Breno Caldas são de evitar despedidas", conta o editor.



Fernando Pinto: otimismo com o Folhã

Até agora, o jornal assemelha-se muito na diagramação com *El Clarin*, de Buenos Aires — matérias curtas e poucos títulos em cinco colunas — e suas manchetes têm girado em torno de assuntos populares, como, por exemplo: "Dona Maria dormiu pobre e acordou milionária"; "Este padre era casado e conseguiu o divórcio"; "Só Deus pode salvar a soja do Rio Grande"; "Cavalaria acompanhou o repicar de painéis" propósito de uma passeata chamada de *Panela Vazia*.

Para ganhar o leitor interiorano, Pinto diz que o "trunfo maior é a credibilidade da Caldas Júnior". Em termos mais concretos, a isca para este público são cinco cadernos de 16 páginas, destinados a diversas regiões e editados num sistema de rodízio. Como sustentação para o projeto, as sucursais foram ampliadas, incluindo-se em cada uma um coordenador dos cadernos. Outra novidade foi a contratação de sete cronistas sociais — entre os quais Paulo Raymundo Gasparotto, há mais de dez anos na *Zero Hora*, por um salário de Cr\$ 60 mil mensais.

AYRTON CENTENO

DISTRIBUIÇÃO SALARIAL — JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE — (MARÇO 79)

FAIXAS SALARIAIS	PORCENTAGEM SIMPLES	PORCENTAGEM ACUMULADA
Até 2.086	2,04	2,04
2.086 a 4.214	24,51	26,55
4.214 a 6.322	22,47	49,02
6.322 a 8.429	12,63	61,65
8.429 a 10.536	9,66	71,31
10.536 a 12.643	7,15	78,46
12.643 a 14.750	2,89	81,35
14.750 a 16.858	5,20	86,55
16.858 a 21.072	3,90	90,45
21.072 a 31.608	5,20	95,65
31.608 a 63.216	3,72	99,37
+ de 63.216	0,63	100,00
TOTAL	100,00	
NÚMERO DE TRABALHADORES	1.077	
SALÁRIO MÉDIO (Cr\$)	10.186,64	

Quase 60% dos jornalistas estão na faixa de até Cr\$ 8.500,00

SEM CONCORRENTES

A *Folha da Manhã*, por exemplo, durante o período que vai de julho de 1972 ao final de 1975, era líder na venda de bancas da capital, chegando a uma venda aproximada de 45 mil exemplares, nos seus melhores momentos. Ocorre que, nessa época, Breno Caldas entregou a direção da *Folhinha* a seu filho Francisco Antonio Caldas, que contratou os melhores profissionais do mercado, pagando bons salários. O jornal, então, passou a dedicar a maior parte de seu espaço às reportagens, preocupando-se com as questões sociais mais importantes. Não havia concorrentes para a *Folhinha*, nessa fase.

No final de 1975, entretanto, após uma série de atritos entre a direção e a redação, a empresa determina um recuo na linha do jornal. Isso provoca a demissão de aproximadamente 30 pessoas da redação. De lá para cá, as vendas caíram (as informações mais autorizadas dão conta de que, nos últimos meses, o jornal não vendia sequer 15 mil exemplares) e os rumores de seu fechamento passaram a ser constantes.

Enquanto a *Folha da Manhã* caía, *Zero Hora* começou a subir, ao ponto de, quatro anos mais tarde, superar todos os jornais concorrentes na venda avulsa. De acordo com o IVC (Instituto Verificador de Circulação), as vendas de *Zero Hora* alcançam, às segundas-feiras, a casa dos 98 mil exemplares.

Em março de 1979, após três anos de estudo, ZH dá a última tacada na Caldas Júnior: lança seu caderno de anúncios classificados, um mercado que era exclusivo do *Correio do Povo* em todo o Rio Grande do Sul. Em pouco tempo,

segundo Marcos Dvoskin, gerente executivo de ZH, o cardeno de classificados do jornal dominava 50% do mercado.

GOLPE BAIXO

Ao mesmo tempo em que seus jornais perdiam terreno, a Caldas Júnior lançava-se num novo e custoso empreendimento: a TV Guaíba. Os equipamentos demoravam e, para não perder a concessão, a TV foi ao ar timidamente, com uma programação que tentava valorizar o noticiário regional e a cobertura esportiva. Mas o telejornalismo, que seria a grande arma comercial do novo canal, é várias vezes adiado, à espera dos novos equipamentos.

Um ano depois da TV Guaíba entrar no mercado, ainda com magros resultados, Breno Caldas sofre um golpe baixo: o governo federal realiza a máxidesvalorização do cruzeiro, alguns empresários são informados antecipadamente e tratam de defender seus capitais, mas ele teria ficado de fora. A dívida feita no exterior com a compra de novos equipamentos para a TV sobe a algumas centenas de milhares de dólares.

Breno Caldas teria esperneado e o próprio Delfim Netto, em viagem relâmpago, vem a Porto Alegre oferecer socorro: um empréstimo, no valor de Cr\$ 300 milhões de cruzeiros. O aval seria do próprio Breno Caldas e como hipoteca teria entrado o prédio central da CJC, no centro de Porto Alegre.

É com esse quadro adverso que a Caldas Júnior tenta recuperar posições, não hesitando, pela primeira vez nos seus 85 anos de existência, em fechar um de seus jornais — admitindo, por consequência, a inquietação diante do crescimento de seu maior concorrente.

Ponha CUBA na parede!

Agora você já pode por em sua parede, as fotos de André Boccato, selecionadas da Exposição "CUBA - A ILHA EM FESTA".

Editadas na forma de belíssimos posters plastificados, impressos em papel couche especial e COLORIDOS

Poster n.º 2



Peça pelo reembolso postal. Você receberá seus posters nesta embalagem especialmente lacrada.



Formato único: 42 x 62 cm. Preço por unidade: Cr\$ 180,00.

Poster n.º 3

Pedidos À Editora Graffiti Caixa Postal 58.111 CEP 01302 São Paulo

Queiram enviar-me pelo reembolso postal os seguintes posters:

n.º 1 Quantidade n.º 2 Quantidade n.º 3 Quantidade

Nome:

Endereço:

Cidade: Est.: CEP:

Não querendo recortar o anúncio faça o pedido por carta.

Por que a nave de Júpiter não apareceu em Casimiro de Abreu no dia 8 de março de 1980?

"Os humanos fizeram muita bagunça"

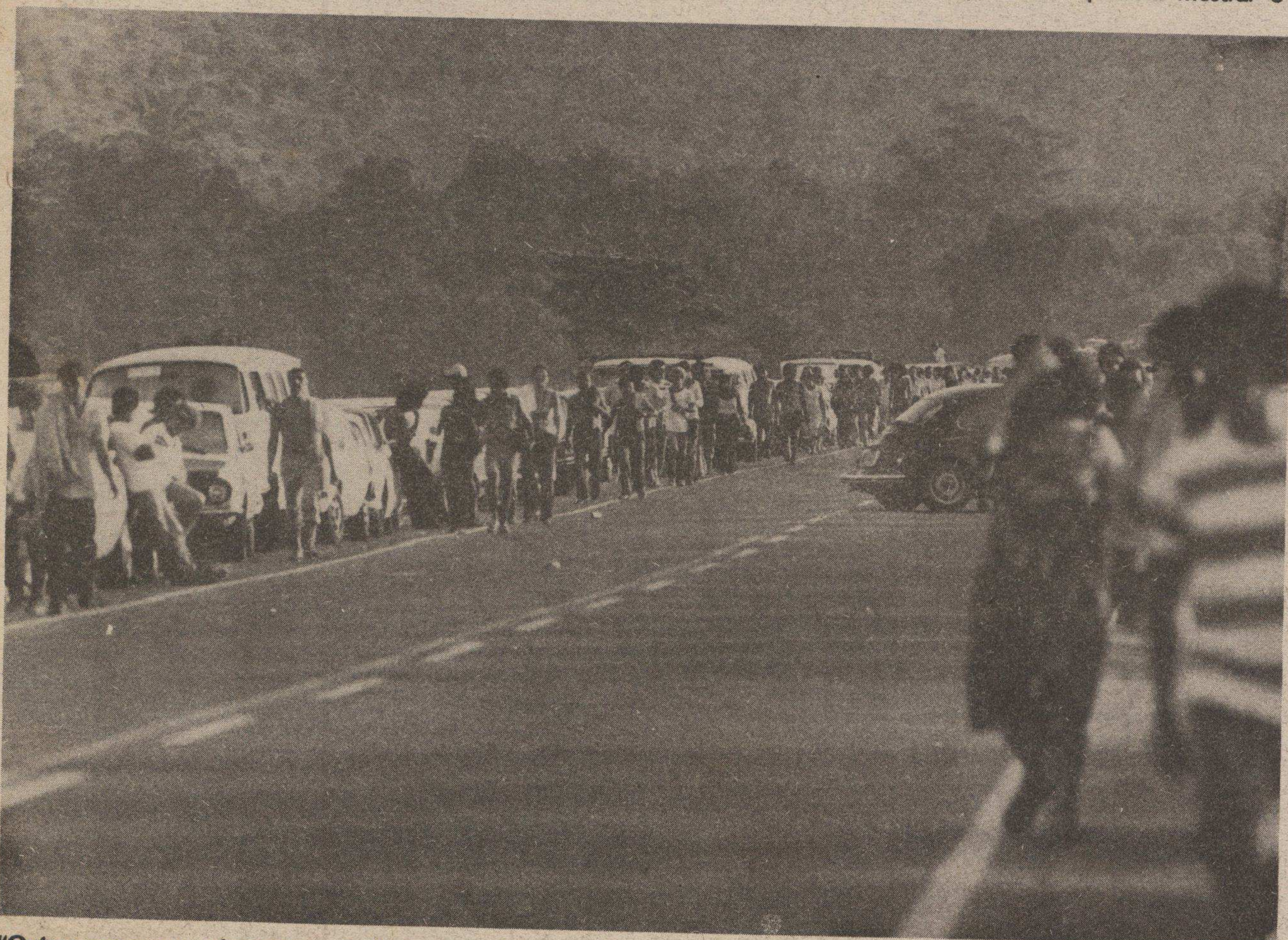
"Para um visitante marciano, uma vaca poderá parecer um monstro muito mais perigoso do que uma cascavel. Pode ser até que ele tenha razão. Se uma cascavel morderse um marciano, poderia acontecer que quem morresse fosse a cobra" (Arthur C. Clarke, em A Sonda do Tempo — Editora Nova Fronteira, 1ª edição, 1979).



"A maioria das pessoas parecia fazer uma grande festa"



"Alguns elementos pesadamente vestidos olhavam com cara de poucos amigos"



"Outros usavam os pés como meio de locomoção"

A escuridão era quebrada por alguns sinais luminosos, que se tornavam mais freqüentes à medida que se aproximava o horário que o senhor Edílcio Barbosa havia anunciado para a nossa chegada. Descobrimos que a área especificada, vista de cima, era bastante montanhosa, com exceção de uma pequena localidade, Casimiro de Abreu, que tinha 20 mil habitantes e ficava a cinco quilômetros dali.

O horário anunciado pelo senhor Edílcio era às 5h20min do dia 8 de março, logo após nascer a primeira estrela. Na véspera, a fazenda Nossa Senhora da Conceição — local espaçoso, com grande concentração de espécies vegetais e animais não humanos — estava sem movimento até às 18 horas. Depois, chegaram milhares de pessoas, creio que mais de 10 mil, utilizando desde veículos estranhos, movidos à base de combustível orgânico, até locomoção própria, a pé.

Conforme as instruções, fizemos o reconhecimento da área uma semana antes do dia 8. Descemos dia 5 para fazer uma surpresa e, por que não?, observa perto certos hábitos deles que já conhecemos, mas sempre nos admiram. E, para nosso espanto, a surpresa foi diferente do que pensávamos.

No dia 7, à tarde, escondemos nosso veículo perto de umas árvores, semelhantes às que conhecemos. O que nos salvou foi que tivemos o cuidado de fazer essa operação bem longe do local demarcado para o pouso. Uma coisa estranha: alguns dos nossos sensores eletromagnéticos captaram curiosas ondas que, convertidas em som, mostravam que poucos acreditavam em nossa vinda.

"Estou vendo, dizia a moça de olho parado"

No entanto, a quantidade de pessoas que vimos parecia mostrar o contrário.



"Nosso contato Edílcio Barbosa, que quase apanhou porque não aparecemos"

Inclusive, boa parte do que chamam de imprensa — um sistema de informações muito próprio, diferente e especial, que merece um capítulo à parte — estava presente, trazendo farto equipamento de transmissões. Isso nos intriga: se eles não acreditavam, por que foram ao local?

Resolvemos deixar abertos nossos canais de telepatia, porque a comunicação humana é feita mecanicamente, através da boca e outros objetos, e dividimo-nos para fazer a ronda de observação. Falarei do que vi.

De início, tentei observar o comportamento de um grupo, composto de 10 membros que, utilizando instrumentos musicais chamados de violão, flauta e pandeiro, obtinham sons extremamente agradáveis de se ouvir. A alegria quase me contagiou. Aliás, havia vários desses grupos, mas nem sempre obtinham aqueles sons agradáveis. Um susto me devolveu ao que eu vim fazer.

Uma moça de olhos pretos e cabelos lisos, quase da nossa estatura, diz para

(Continua)



"Nosso agente e empresário Luiz Rebouças, do jornal OVNI"

seu companheiro (em tempo: moça é o exemplar feminino ainda jovem): "Acho que estou vendo eles". Assustei-me. Teria sido reconhecido, apesar da forma semelhante e da vestimenta parecida à dos humanos?

"Muitos casais lutavam na escuridão"

Não era isso. Após ter dito aquilo, a moça entregou ao companheiro um bastão aceso com fogo na ponta e falou: "Transa você também, que você vai ver". Aspirando a fumaça do bastão, ele foi ficando com o olhar vermelho, olhou para outra direção e respondeu: "É mesmo, olha lá...". Sem entender, resolvi ir embora. Eles não eram os únicos a me ver desse jeito especial e peço aos nossos sábios que analisem.

Outro fato digno de atenção: logo que escureceu, várias brigas entre membros do sexo masculino e feminino se desenvolveram, o que me deixou apreensivo, apesar da conhecida belicidade deles. Foram cenas estranhas como a de uma fêmea dizendo para o macho: "Meu bem, aqui não", fortemente abraçada e mordendo seu companheiro que retrucava: "Pô, vai ser tão gostoso". Muitas dessas brigas eram feitas escondidas, sem uso de qualquer vestimenta e algumas envolviam mais de duas pessoas. Nem sempre eram feitas entre macho e fêmea o que afastou minha hipótese inicial de ser uma espécie de rito da fertilidade.

Uma conclusão importante: eles não se destacam pela limpeza. Milhares de cilindros de metal mole, ocos por dentro, estavam atirados por todos os lados. Depois descobrimos que, antes do uso, continham uma bebida feita de fermento de alimentos e que chamam cerveja. Além disso, eles não escolhem local para executar seus restos alimentares.

Mas enquanto a maior parte das pessoas parecia fazer uma grande festa, alguns elementos vestidos pesadamente com botas, roupas escuras, capacetes e até armas, olhavam a tudo com caras de poucos amigos. Este fato me intrigou e resolvi chamar meus dois companheiros para uma reunião.

Aquela altura, já estava no horário marcado, mas estávamos apreensivos e resolvemos adiar um pouco. O que vimos depois nos estremeceu. As milhares de pessoas presentes começaram a gritar: "Pega, vamos matar o desgraçado mentiroso", referindo-se ao senhor Edílzio. Ele só conseguiu sair do local com a proteção dos elementos que portavam armas. Muito nervoso, falava:

"Culpa do mundo. Fizemos muita bagunça, beberam, apesar das proibições, trouxeram muitas luzes, drogas e carros. Mas afirmo que os jupiterianos descerão novamente, nalgum lugar por eles estabelecido, trazendo de volta os seres que salvaram da morte. Garanto isso, entrei em contato com eles e me disseram que havia muita gente e não dava para descer."

Quero saber se ele falou com alguém daí, porque com nenhum de nós ele conversou. Gostaria ainda de esclarecer que nossos três relatórios estão muito semelhantes, portanto, nesse primeiro relato entrego apenas as minhas impressões particulares.

Na cidade de Casimiro de Abreu, seu líder, chamado de "prefeito", sumiu quando decidimos esperar um pouco para aparecer. Apenas uma menina, de nome Eliana, ao conversar comigo sem nenhum susto, conseguiu me explicar o que pensava de tudo aquilo. Ela tem 12 anos, o que, dentro dos padrões dos humanos a coloca como criança.

"Olha, moço, está todo mundo metendo pau no seu Edílzio. Mas o que ele fez de errado? Apenas disse que os jupiterianos viriam por aqui. Não pediu para ninguém vir. Não é verdade?"

É verdade. Espero que concorde com estas impressões e aceite nossa decisão de não aterrármolos, mas é que ficamos desconcertados com o que vimos em tão poucas horas, desde a escuridão de uma noite até o nascer do dia seguinte. Desconcertados.

(Pela transcrição da mensagem, Roberto Ethel, jornalista humano presente ao local)

Última moda no mundo do crime: roubar comida

Quatro rapazes desempregados, roubaram um ônibus de turismo, em São Paulo e saíram a passear, altas horas da madrugada. Como estavam passando fome, resolveram usar o veículo para um assalto. Dirigiram-se a um bairro periférico da capital paulista e escolheram seu objetivo: um mercadinho situado numa esquina.

O motorista engatou uma primeira e jogou o ônibus contra a parede do mercadinho. A parede ruiu e o ônibus enfiou a dianteira no interior da loja. Os passageiros desceram, serviram-se de várias mercadorias, feijão, arroz, açúcar, salame, diversas latarias, encheram vários pacotes e forraram os bancos do ônibus com a muamba.

Concluída a operação, o motorista engatou uma ré, tirou a cabeça do ônibus fora do mercadinho e tomou o caminho da casa. A avenida estava deserta, mas de repente apareceu um camburão da polícia, que se deslocava em sentido contrário. Assustado, o motorista meteu o pé no fundo, despertando a suspeita dos policiais, que retornaram para perseguir o ônibus.

Os policiais pensavam que o motorista estivesse bêbado. Embalado na fuga, o ônibus entrou numa curva e se foi contra

o barranco, batendo num poste. A polícia deu voz de prisão aos rapazes, que se entregaram sem resistir e foram passar fome no xadrez da delegacia.

Este caso aconteceu em São Paulo, no final do ano passado. Foi divulgado com algum destaque nos jornais, pois surpreendeu a própria polícia. Nunca haviam usado um ônibus para assaltar. Mas os roubos de alimentos tornaram-se comuns em residências da periferia da capital paulista. Os ladrões entram, procuram a despensa, pegam arroz, feijão, latarias e vão embora satisfeitos. É o último lançamento de verão em matéria de justiça social.

WALTER MORAES, SP

A maioria do PDS vai dançar na primeira eleição

— Esses políticos eleitos pelo MDB e que agora se bandearam para o PDS, serão cassados pelo voto popular.

A profecia é de um político desativado, João Agripino Filho, de 66 anos, ex-governador da Paraíba (1966/70). Ele prevê grandes dificuldades para o governo na primeira oportunidade eleitoral que surgir para a manifestação popular.

Há cinco anos morando em São Paulo, onde ocupa um cargo de diretor no grupo Camargo Corrêa (empreiteiro de obras públicas), João Agripino não está militando na política, mas acompanha a situação nacional e exerce influência na política paraibana, onde ainda é um cacique respeitado, pois nunca perdeu uma eleição desde 1945.

Udenista, ex-deputado, ex-senador, e ex-governador, ele acha que o governo tende a perder a atual maioria parlamentar do PDS.

"Ninguém se iluda", diz ele, "essa maioria artificial vai desmoronar nas urnas. Justamente por isso o governo tem medo das eleições".

Agripino lembra o exemplo da história para fundamentar sua previsão: num contexto multipartidário, antes de 1964, nenhum partido conseguiu sozinho a maioria parlamentar. Assim, seria ingenuidade ou ignorância histórica esperar que o PDS mantenha o domínio do Congresso.

Sem maioria, prevê Agripino, o governo vai ter dificuldades para governar. Nesse caso, o presidente da República deve renunciar? Nada disso, diz Agripino: a solução foi sugerida por Afonso Arinos, que vê no parlamentarismo a única fórmula capaz de preservar o presidente do impasse político-parlamentar.

Portanto, se no meio dos lances pelo voto distrital surgir uma campanha parlamentarista, ninguém se iluda pensando que a coisa não saiu da cabeça dos udenistas, mais interessados em ficar no poder do que em governar.

J. RAMALHO, SP.

ZUMBIDO

Paulinho da Viola

Ribalta Promoções apresenta:

Local: Teatro Leopoldina

Horário: 21 horas

Data: 30 de abril - 1, 2, 3 e 4 de maio

Produção: Prima Promoções

Ingressos: Local e Parvulo do calçadão

Cuidado, tem mutreta na jogada

Dia 6 de maio próximo, termina o prazo da concorrência para explorar a madeira existente na área onde ficará o lago da Usina de Tucuruí, no Pará. A concorrência foi aberta pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e está provocando muita polêmica, muita confusão.

O lago de Tucuruí terá 4.200 quilômetros quadrados. Vai cobrir alguns povoados e 160 quilômetros da Transamazônica, que terá novo traçado, a um custo de Cr\$ 2 milhões e 500 mil por quilômetro. É um bom negócio para qualquer construtora. Mas o quente mesmo é a madeira.

Ninguém sabe dizer exatamente qual o volume de madeira existente na área da represa. Já falaram em 14 milhões de metros cúbicos, mas ninguém mediu. Pelo sim, pelo não, a estimativa oficial é de 6 milhões de metros cúbicos. Isso, contando as árvores cuja madeira tem valor comercial: maracatiara, jatobá, angelim, sucupira, frejô, ipê, maçaranduba, cumaru, acapu, angico, mogno, cedro branco, canjerana, copauba e outras menos cotadas.

Segundo um levantamento aerofotogramétrico, há 10 árvores comerciais por hectare. Somando tudo, o volume chegaria a 6 milhões de metros cúbicos. O IBDF imagina que toda essa madeira vendida no mercado internacional renderia ao Brasil cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. E o corte tem que ser feito logo, porque daqui a uns dois anos, a água vai começar a ser represada e, para funcionamento seguro das turbinas, não pode ficar nenhum pedaço de pau na área do lago: tem que derrubar tudo e carregar para fora.

Como fazer para tirar a madeira do lago de Tucuruí? Essa pergunta vem sendo feita há pelo menos cinco anos. Em Tucuruí, dizem que um grupo francês propôs fornecer todo o cimento necessário à obra (700 mil toneladas) em troca da madeira do lago. Também dizem que, apesar do interesse dos franceses e de madeireiros de várias partes do mundo, a região de Tucuruí não tem tanta madeira quanto se apregoa. Ou, pelo menos, sua exploração não seria tão compensadora quanto se propaga. "Se fosse bom negócio, a madeira já estaria sendo explorada espontaneamente", disse um engenheiro da Eletronorte, a dona da usina.

A verdade é que parte da madeira foi



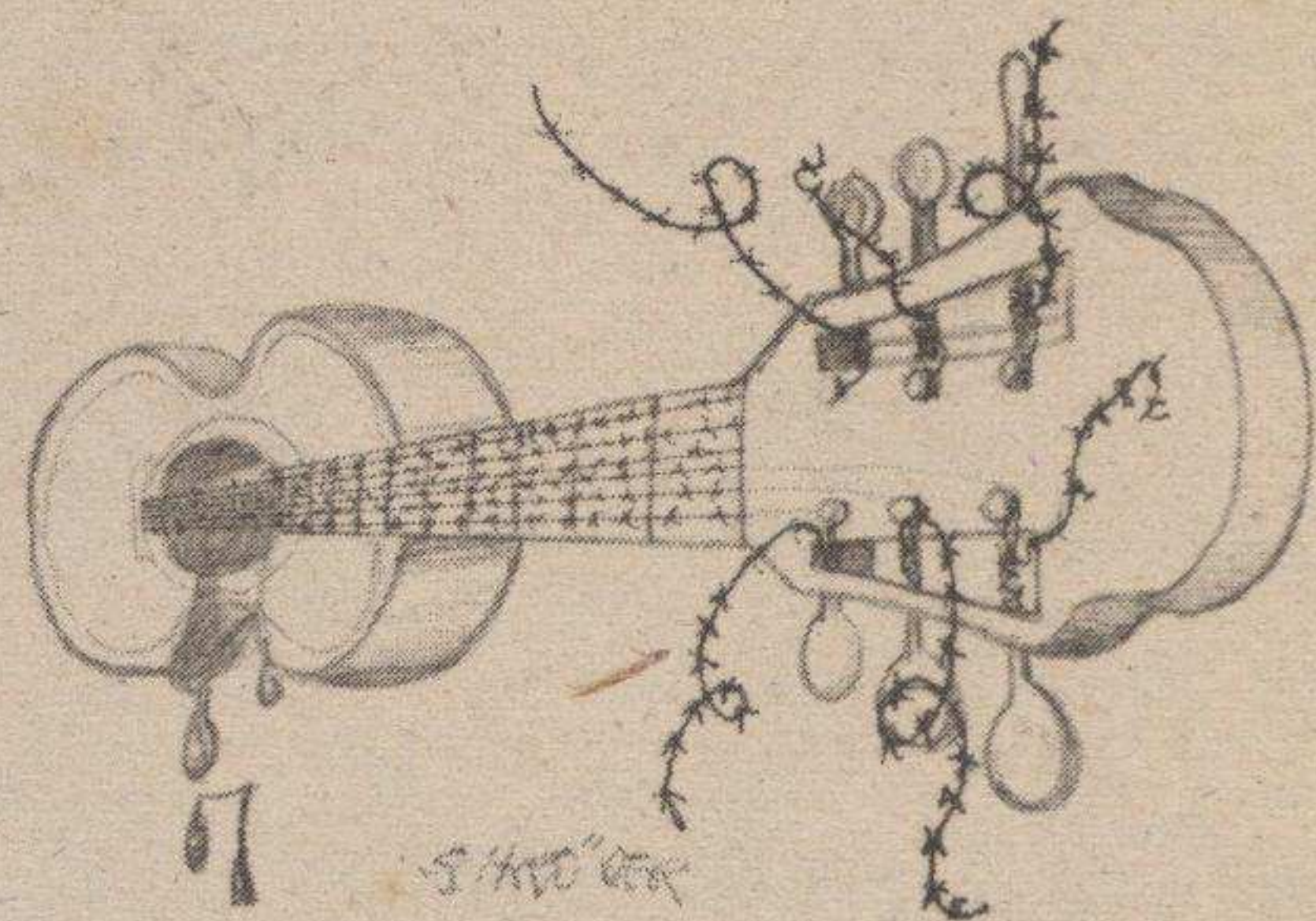
A madeira será um grande negócio em função das obras de Tucuruí

cortada, mas apenas nos locais mais acessíveis. De fato, não compensa abrir estradas na floresta em troca de 10 árvores por hectare. No entanto, quando se tornou obrigatório limpar a área para segurança da usina, muitas construtoras ficaram assanhadas com a perspectiva de construir estradas que depois seriam cobertas pela água. Seria uma excelente maneira de jogar dinheiro fora, bem ao gosto de tecnocratas iluminados e empreiteiros influentes. Mas, benza Deus,

apareceu alguém de bom senso e lançou a idéia simples, barata e genial: por que escoada através do rio, aproveitando a própria subida do lago para ser embarcada nos caminhões lá fora?

Essa é a melhor saída para a madeira de Tucuruí. Se fizeram diferente, é porque tem mutreta na jogada. Por isso, é interessante ficar ligado no resultado da concorrência que será decidida em maio.

WALTER MORAES



Uruguai não canta seus cantores

No Uruguai de hoje, pode-se encontrar com facilidade fitas de Roberto Carlos cantando em espanhol ou discos de Maria Betânia e outros cantores brasileiros, todos eles muito apreciados pelo público. Mas, infelizmente, o sucesso alcançado pelos nossos artistas não é determinado apenas por seus méritos. É que praticamente todos os compositores e intérpretes significativos da música uruguaia estão presos ou exilados desde 1973, quando os militares tomaram o poder.

Esta é a conclusão de um levantamento feito pelo uruguaiense John Rain, que pretende publicá-lo no próprio Uruguai, logo que a censura permitir. No extenso rol de artistas presos e exilados figuram todos os músicos que no início da década de 70 integravam o movimento folclorista Canto Popular.

O movimento buscava a manutenção da tradição do folclore uruguaio, surgida na guerra da Independência, em 1825. Naquela época, Bartolomé Hidalgo, o grande criador da poesia gauchesca rio-platense, compunha versos de protesto contra os invasores, no ritmo conhecido como *cielito*, que infundiam terror aos invasores.

Em seguida surgiu Martin Fierro que pregava a arte engajada: "Eu conheço cantores que é um prazer escutar/mas se divertem cantando e não querem opinar/Eu, porém, canto opinando, que é meu modo de cantar". Os mais velhos que tinham opinião — a as cantavam — como Pepo, contemporâneo de Carlos Gardel e Nestor Faria, *Payador criollo*, não deixaram gravações.

Entre os integrantes do Canto Popular, o mais destacado era Daniel Viglietti, atualmente exilado na França. Quando houve o golpe militar, em setembro de 1973, Viglietti cantava *Desalambrar* no Canal 5 de Montevideu. A letra dizia: "A terra é minha, é tua, é deles/ De João e Maria, de Pedro e José./ Se perturbo com meu canto, garanto que o incomodado é um gringo ou um dono do Uruguai". E o refrão incitava a *Desalambrar* (derrubar as cercas).

A emissora saiu do ar no meio da transmissão. A música de Viglietti, segundo a ótica dos militares que assumiram o governo para "salvar o país", fazia parte de uma *conspiración sediciosa*. O compositor conseguiu fugir para a Europa, acompanhado por outros nomes expressivos como Alfredo Zitarosa, Los Olimareños, Marcos Velasquez, Los Carreteros, Carlos Molina, José Carvajal, El Sabaletto, Hector Numa Moraes, Yaman-dá Palácios e outros 300 mil uruguaios.

Outros, como o grande compositor Anibal Sampaio, não tiveram a mesma sorte. Atualmente ele cumpre pena no presídio Libertad, acusado de participar do Movimento de Libertación Nacional (tupamaros). É um dos três mil presos políticos uruguaios.

Um tímido renascimento que se esboçava a partir de 1979, está sofrendo uma série de dificuldades. Cantores jovens e inéditos que conseguiam reunir platéias entusiasmadas de até 10 mil pessoas nos ginásios esportivos, passaram a ter dificuldades para conseguir locais para suas apresentações. Os militares consideraram o fenômeno como agitação política e estabeleceram uma série de exigências para permissão dos espetáculos. Eles chegaram a considerar *inseguro* o estádio do Peñarol, acostumado a receber as violentas torcidas de futebol.

RENAN ANTUNES DE OLIVEIRA

LITANIA

Carlos Nejar

*Liberdade,
sem genealogia,
sempre renasces.
Atada às raízes
de tua sorte
e a outras raízes
que te matam,
sempre renasces.*

*Violada no cárcere,
mendiga, mensalista
aposentada,
sempre renasces.*

*Agregada ao solo,
tripartida, concebida
em pecado original,
com mortos a subir
tuas ladeiras,
com mortos a descer
em tuas pontas,
sempre renasces.*

*Padecerás
a unânime agonia,
ascenderás ao céu
de corpo e alma,
sempre renasces.*

Nós te geramos.

Canja, jornal para contar o que acontece na música

Canja, na gíria dos músicos, é o espaço de tempo oferecido aos novatos, estreatantes e amigos, nos shows dos profissionais. É agora também o título de um jornal semahal especializado em música que será lançado em abril nas bancas do país. *Canja* promete contar o que acontece na música em todo o mundo e no Brasil, particularmente Rio e São Paulo, falando de cantores, músicos, compositores, discos, shows e festivais. O editor é Sérgio de Souza, jornalista tarimbado que, nos últimos dez anos, depois de participar da fase áurea da revista *Realidade*, lançou diversas publicações, algumas de sucesso como *Bondinho* (durou três anos), outras fracasadas como *Repórter Três* (durou dois meses), e muitas pelo interior do país. Seu objetivo, com *Canja*, é ocupar um espaço aparentemente vago no mercado editorial, onde não existe nenhuma publicação exclusivamente voltada para a música.



COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores. Produção e impressão off-set de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais
Arte, lay-outs, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc..

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe. Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

COOJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Coruja, 372
Fones: 33.5970 e 33.5099 — Telex (051)1605
90000 — Porto Alegre — RS

Os servos e os Barões

Quase 150 anos depois da Revolução Farroupilha, os gaúchos rebelam-se outra vez contra o poder central?

O Rio Grande do Sul amarga a humilhação. O governador nomeado apela à Corte e não é atendido. O confisco atinge os principais produtos, os cofres públicos estão à mingua, a população angustiada e revoltada. Nesse clima de insatisfação geral, nasce a rebelião. De punhos erguidos, os trabalhadores rurais acorrem às praças para gritar contra o governo. Estamos em 1835, no limiar da Revolução Farroupilha, ou em 1980?

"Em nome do Rio Grande eu lhes digo que nesta província extrema, afastada dos corrilhos e conveniências da corte, dos rapapés e salamaleques, não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie", dizia o Manifesto de Bento Gonçalves, então apenas mais um entre os líderes oposicionistas de uma época.

Numa praça de Ijuí, 145 anos, depois, milhares de agricultores escutam apelos semelhantes à honra do Rio Grande. Antes o couro e o charque, hoje a soja. O principal produto agrícola gaúcho é alvo da ganância do poder central. O centralismo do poder é sustentado a peso de ouro por uma legislação que garante ao governo federal a parte do leão no bolo fiscal.

No senado da República, um representante gaúcho, Paulo Brossard, ruralista como manda a tradição política rio-grandense, esbraveja contra as mordomias, o nepotismo, o luxo que cerca as oligarquias encasteladas nos cargos em que se exerce o poder real. Um tradicional empresário gaúcho, Jorge Johannpeter, diretor-presidente do Grupo Gerdau, espera três horas para ser recebido por um tecnocrata do terceiro escalão, Carlos Viacava, o **Visconde dos Preços**. E não é atendido.

PRIMEIRO PASSO

O Secretário da Fazenda, Mauro Knijnik, representa o Rio Grande do Sul na reunião do Conselho de Política Fazendária e é forçado a assinar, sob coação do Ministro do Planejamento, Delfim Netto, o **Barão da Soja**, um convênio que reduzirá a arrecadação do estado em Cr\$ 250 milhões mensais. Depois afirmaria que firmou o documento sob protesto pois o déficit previsto em seu orçamento para o exercício é de Cr\$ 15 bilhões.

"Nós, rio-grandenses, preferimos a morte no campo áspero de batalha às humilhações nas salas blandiciosas do paço do Rio de Janeiro", — ainda do manifesto de Bento Gonçalves. Ao legislativo gaúcho cabe, dentro do quadro histórico, manifestar o descontentamento com a situação e, reunido em 25 de março de 1980, toma a decisão de negar a ratificação do convênio assinado por Knijnik. No mesmo dia, o governador Amaral de Souza acata a decisão dos deputados e baixa um decreto negando a ratificação e impedindo a redução da alíquota do ICM que dependeria da aprovação unânime dos governadores para entrar em vigor a nível nacional.

"Foi o primeiro passo, afirmaria mais tarde o presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Carlos Giacomazzi, do bloco de oposição. Ele aguarda idêntica reação na Câmara Federal e nos legislativos dos demais estados. Também foi assim nos primórdios da revolta farrapa, o Rio Grande sempre esperando que as demais províncias se levantassem contra a Corte, sustentando uma luta armada por 10 penos anos.

Novas ameaças pairam sobre o Rio Grande. Durante dois anos, consequência da frustração das safras agrícolas e da



política governamental para o setor, sua economia esteve estagnada. Nível de crescimento entre zero e um por cento, apenas. Agora, vive de duas expectativas, a promissora colheita da soja ameaçada pelo confisco e um único investimento de peso na área industrial, o pólo petroquímico. Mas o complexo petroquímico está ameaçado pelo projeto de ampliação da multinacional Dow Química, empresa que já foi presidida pelo atual chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, cargo equivalente ao de **Príncipe Regente**.

DE CHAPÉU NA MÃO

A Dow têm condições de executar suas obras e expandir sua produção antes do pólo gaúcho entrar em operação. Mayer Avruck, diretor do Conselho de Implantação do Pólo Petroquímico, alerta: "Estamos sendo passados para trás, perdendo a condição de terceiro pólo no país, caindo para um quarto lugar para disputar, com desvantagem no tempo, um mercado saturado. Com a iniciativa da Dow, outras cinco empresas solicitaram permissão para ampliarem suas produções, e indústrias que se dispuseram a participar do complexo gaúcho afirmam, diante desse quadro caótico, que recuarão do empreendimento", afirma ele.

Luis Fernando Cirne Lima, também ruralista, ex-ministro da Agricultura, hoje na oposição ao governo central, denuncia a inoperância do governador Amaral de Souza, que se limita a correr de chapéu na mão à cata de recursos para os programas de desenvolvimento do estado. O pólo carboquímico não sai do papel, a metalúrgica do cobre foi outro projeto perdido. Ninguém mais desconhece que a intenção de instalar uma metalúrgica de cobre na cidade portuária de Rio Grande está sendo revisada. Henrique Anawatte, diretor da Companhia Brasileira do Cobre, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, afirma que a realocação está sendo estudada.

O governo estadual fala agora em pólo eletrônico, algo ainda um tanto indefinido. O secretário de Informática, Octávio Gennari Netto, *status* de ministro e **Barão dos Computadores**, chega a Porto Alegre dizendo que desconhece o potencial do estado em termos eletrônicos. O governo gaúcho, via Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul — Badesul, paga ao Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais (Geicom) para que realize o que já era obrigação, desse organismo federal, um estudo para determinar as possibilidades de expansão do parque eletrônico do estado. Um secretário

reconhece cabisbaixo: "Se todo o poder está com os tecnocratas, só nos resta comprá-los para a nossa causa".

DESCARADO EMPREGUISMO

O presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Jorge Babot Miranda, afirma que a dependência do governo estadual está relacionada ao centralismo do sistema tributário: "Em 1946, a União

contava com oito impostos e os estados com sete. Atualmente, doze impostos são arrecadados pelo governo federal e apenas dois pelos estados. Esse fato tirou toda autonomia das administrações estaduais, sem nenhuma vantagem qualitativa, o controle das aplicações é muito mais caro e o risco de inadequação é maior", diz ele.

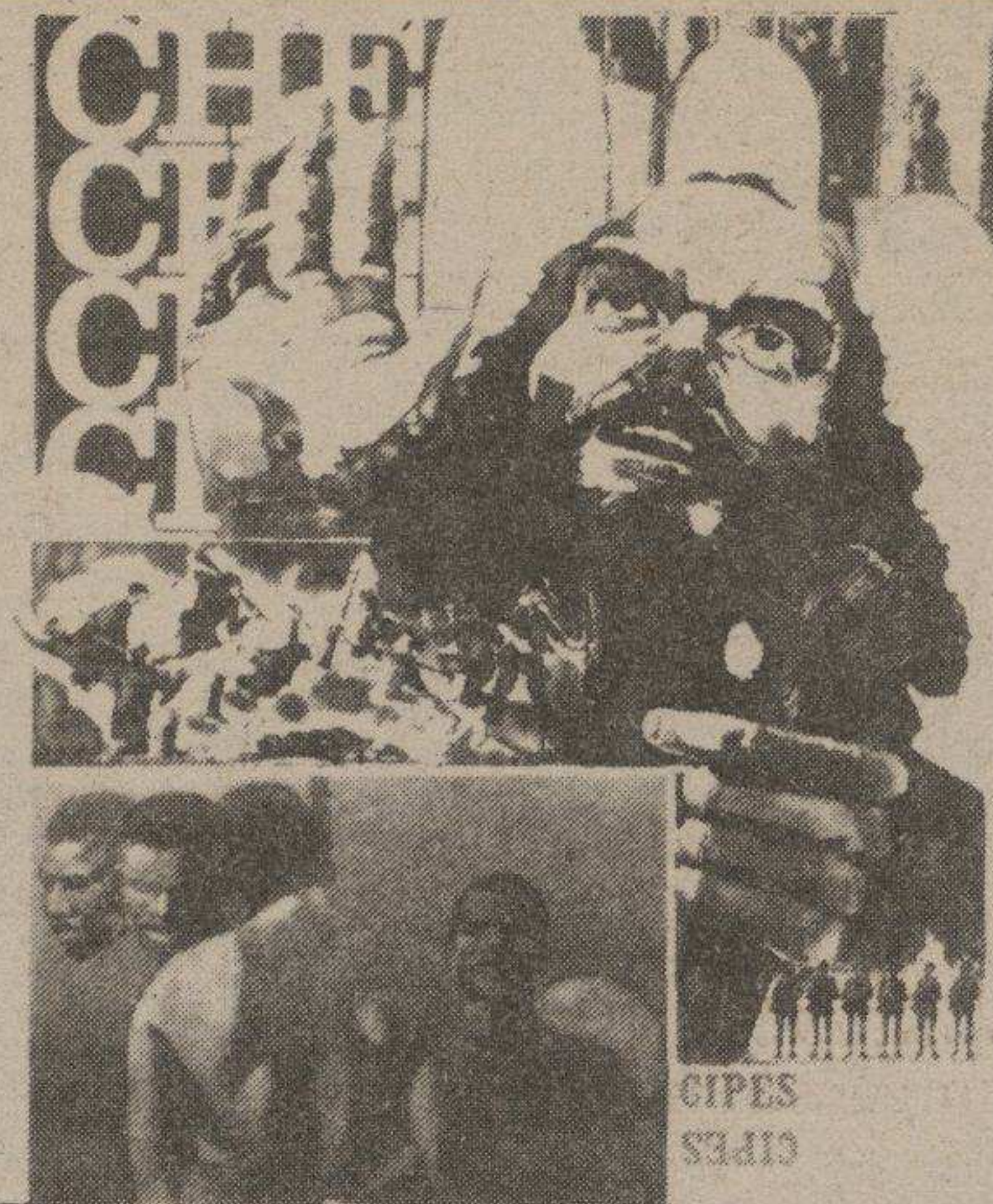
Essa centralização do poder, garantia de continuidade de um mesmo bloco político nos principais cargos administrativos do país, seja a nível nacional ou estadual, provoca, segundo o presidente da Assembléia Legislativa, "um descarado empreguismo que compromete as finanças públicas". Carlos Giacomazzi lembra que em cada troca de administradores, o que assume mantém os funcionários de confiança de quem o antecedeu e contrata novos: "Somente o governador possui mais de duas mil dessas vagas. A maior despesa do estado, atualmente, depois de 17 anos sem troca de governo, todos nomeados dentro do mesmo partido, está com a folha de pessoal super abarrotada de apadrinhados".

O governo federal têm sentido, cada vez que se encontra a realizar eleições no Rio Grande do Sul, o repúdio do povo gaúcho nas urnas. No último pleito para o Senado, o candidato único de oposição, Pedro Simon, derrotou a legenda dos três candidatos do governo por cerca de 500 mil votos de diferença.

No meio rural, onde a situação sempre conseguiu reduzir a margem conquistada pela oposição nos grandes centros urbanos, o quadro político começa a alterar-se: "Com esses preços que o governo pretende manter para os produtos primários, quero ver o seu partido conseguir votos do homem do campo", duvida Rubens Ilgenfritz da Silva, presidente da Cooperativa Regional Serrana de Ijuí. Talvez por isso se pretenda adiar o próximo pleito.

Também, em 1835, se costumava manobrar com as urnas para favorecer o poder central. Também em 1980, se encontram gaúchos muito descontentes com a situação.

DELMAR MARQUES



As mais dramáticas páginas da história.

A história que o Calendário CIPES 1980 mostra é feita de sangue, suor e lágrimas de todos aqueles que viveram com um único objetivo: a liberdade.

São 12 pranchas, formato 64 x 45, que mostram dramaticamente os capítulos mais importantes da luta do povo, ilustradas com arte e talento por alguns dos maiores artistas gráficos do país e textos preparados sob a coordenação de Clóvis Moura. Entre em contato, hoje mesmo, com o CIPES e peça já o seu Calendário de Lutas Sociais.

Ele custa muito pouco: apenas Cr\$ 200,00 pagáveis em cheque nominal a favor do CIPES

— Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais.

Envie o cupom abaixo à Rua Ática, 319 — CEP 04634, São Paulo, SP.

CALENDÁRIO CIPES 1980

Nome
 End. Tel.:
 CEP Cheque N°
 Banco

Três milhões de pessoas — a maioria nordestinos — vivem na Baixada Fluminense, uma região de 764 mil quilômetros quadrados, dos quais apenas 8% possuem saneamento básico. Dentre as quatro cidades que compõem a Baixada*, a maior e mais conhecida é Nova Iguaçu, sétimo município do estado do Rio de Janeiro, onde vivem 1,5 milhão de pessoas, considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU), como a cidade mais violenta do mundo.

No ano passado, foram registrados 516 homicídios de autoria desconhecida — mais de um por dia. Nos três primeiros meses deste ano, já foram cometidos outros 230 homicídios idênticos, isto é, crimes que irão aumentar a pilha dos inquiridos não apurados. Somente na 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, segundo o promotor José Pires Rodrigues, esses inquiridos chegam a 4.300. O delegado de Nova Iguaçu, Romeu Diamant, 38 anos, favorável à pena de morte para crimes contra o patrimônio e admirador do AI-5 não acredita na existência de grupos de extermínio formados por policiais na Baixada. Para ele, "isso é invenção do público e da própria imprensa".

Já Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu há 14 anos, vê a situação de um modo diferente, admite a existência desses grupos e ainda aponta um por que. O principal problema da Baixada Fluminense, segundo ele, é "a corrupção generalizada", especialmente entre os policiais, gerada pelo jogo-do-bicho e pelo tráfico de tóxicos (comenta-se na cidade que Anizio Frazão, presidente da Beija-Flor e principal bicheiro da região, fornece mais de Cr\$ 400 mil mensais para a caixinha da polícia). Diamant, porém, não crê que a corrupção seja característica apenas dos policiais da Baixada — "corrupção existe no mundo todo" — e diz que isso não explica tudo. A violência na Baixada Fluminense, segundo o delegado, é provocada pela ignorância, a desavença entre marginais pela divisão do produto do roubo, e a briga entre quadrilhas.

Amim Chaim, 53 anos, 13 anos de Baixada, delegado de Belford Roxo (o mais violento distrito de Nova Iguaçu), tem outra explicação:

— Quando o QI é mais elevado do que a abertura do estômago, o homem faz a revolução política, porque tem a capacidade de reclamar e protestar que está passando fome, tomando como exemplo o europeu, que reage e reclama pelos seus direitos. Mas quando o QI é inferior à boca do estômago, isto é, quando o povo é analfabeto, mas está nutrido, ele é pacífico, não reclama. Quando isso não ocorre, o povo mata para sobreviver.

O repórter Jorge Oliveira andou quatro dias vendo a violência na Baixada Fluminense

CADÁVERES NA PAISAGEM

Na Baixada Fluminense, 60% das crianças entre 8 e 20 anos não estudam: há apenas 106 escolas em toda a região. Existe um leito de hospital para cada grupo de 805 habitantes e um médico para cada 5.500 moradores. 80% da população são subempregados ou vivem de biscates. O crescimento demográfico está entre 10 e 15% ao ano.

O delegado Chaim mostra uma ponta de revolta quando se diz incapaz de resolver os problemas da Baixada Fluminense. Na sua opinião, "o governo tem interesse em manter o povo no campo do analfabetismo porque é mais fácil dele ser explorado. O governo também tem interesse em fomentar a violência, iludindo o povo com futebol e carnaval e esquecendo o fundamental do dia a dia: o pão".

Ele, ao contrário de seu colega de Nova Iguaçu, admite que os grupos de extermínio possam ser formados por policiais. Mas Chaim também não afasta a possibilidade de os crimes serem cometidos por quadrilhas organizadas de marginais:

— Aqui, um bandido morre e já existem dez para ocupar o lugar dele. É uma espécie de sucessão do direito de criminalidade.



No no passado, a Baixada registrou 516 homicídios de "autoria desconhecida". Em 1980, já são 230 assassinatos.

O Mão Branca: um personagem de ficção que faz "justiça" diariamente

O primeiro nome a surgir como "justicheiro da sociedade" foi o de Russo, em novembro do ano passado. A imprensa carioca — especialmente a *Última Hora* e o *Dia* — chegou a comprar a idéia, desfeita dias depois porque o crime atribuído ao fantasma do Russo tinha sido esclarecido pela polícia de Belford Roxo.

Incentivados, porém, pelas campanhas deflagradas no rádio e na televisão, pedindo a pena de morte e a presença do Exército nas ruas para combater a violência, nada mais oportuno do que se criar um vingador, um herói que em nome da sociedade, mata até operários.

E juntos, policiais e jornalistas mais íntimos dos organismos policiais criaram a figura legendária do *Mão Branca*. Simples: como o *Mão Branca* não existe, nenhum de seus crimes jamais será apurado. Paradoxalmente, o *Mão Branca* é mais conhecido no Rio do que propriamente na Baixada Fluminense, onde o poder aquisitivo de cada habitante não lhe permite comprar jornal. Ele, inclusive, o operário, pouco se preocupa com o "vingador".

E assim o *Mão Branca* surgiu. Os jornais, principalmente a *Última Hora*, pelo que se comenta, teria aumentado a tiragem em mais 15 mil jornais (O presidente da empresa, Ary de Carvalho, negou-se a receber o repórter deste jornal). O *Dia* — que no início ignorava a presença do *Mão Branca*, logo destacou uma equipe (repórter-fotógrafo-motorista) para trazer os crimes da Baixada Fluminense e atribuir-lhes a autoria ao *Mão Branca*. O comportamento mais discreto coube ao *Jornal do Brasil* e ao *Globo*. O *Jornal do Brasil*, que dá um tratamento de "senhor" sem discriminação tanto para ministros como para marginais, até agora não abriu nenhuma matéria em suas páginas para atribuir os crimes da Baixada Fluminense ao Sr. *Mão Branca*. E quando abriu uma página no Cardeno B, foi para denunciar que os trabalhadores estavam sendo executados na Baixada Fluminense em nome de uma ficção chamada *Mão Branca*, numa matéria de autoria de Mara Cabalero.

Já o *Globo* — que até hoje prefere não alimentar o nome Esquadrão da Morte, chamando-o de grupos de extermínio — teve também um comportamento de imprensa responsável. Numa reportagem publicada no último domingo de março, os repórteres

provam, através de um levantamento minucioso, que os assassinos na Baixada Fluminense matam em nome de um apelido: *Mão Branca*.

Tão logo o *Mão Branca* pegou fama — ocupando espaços nos jornais — os repórteres de polícia começaram a avocar para eles a criação do personagem.

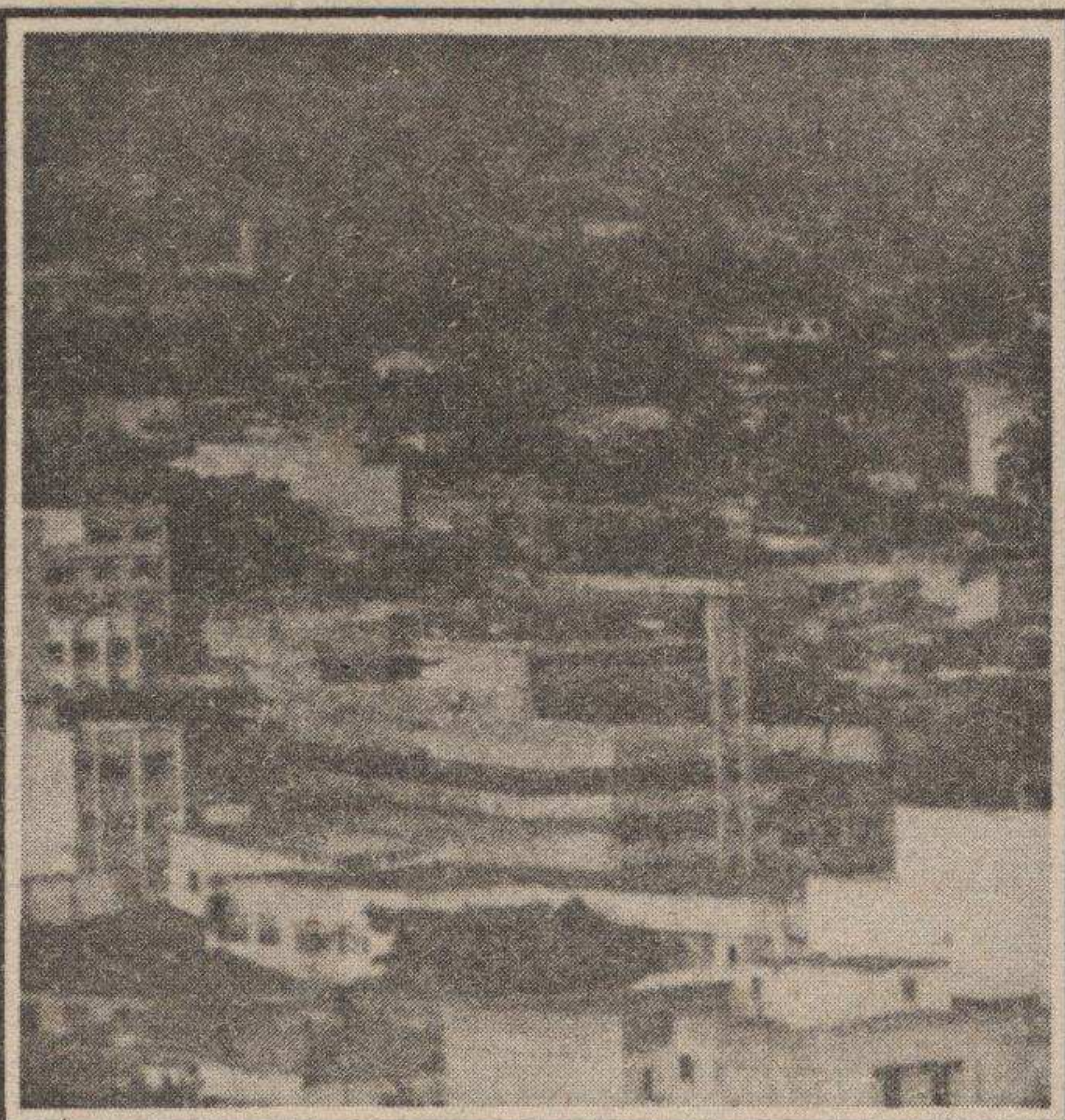
O repórter Manuel Batista, "Leão da Baixada", setorista de *O Globo* em Nova Iguaçu, numa entrevista à revista *Veja* disse ser o porta-voz do *Mão Branca*.

O repórter Jorge Elias, da *Última Hora*, acha que o *Mão Branca* é necessário. E também se diz o seu criador. Ele confessa, inclusive para a manchete da sexta-feira (28 de março) na *Última Hora*: "*Mão Branca* baleado", serviu para testar a sensibilidade e a solidariedade do povo em relação ao seu "justicheiro". "Incrível a reação do povo. Amanhã (sábado) estaremos publicando duas páginas do segundo caderno com cartas endereçadas ao *Mão Branca*, desejando-lhe recuperação rápida dos ferimentos", observa Elias.

Mas, para complementar o quadro, no último domingo do mês apareceu no *Fantástico*, o velho repórter de polícia Amado Ribeiro, confessando conhecer o *Mão Branca*. Segundo ele, trata-se de um inspetor-chefe de uma delegacia de Nova Iguaçu. Identificando-se também como "correspondente de guerra da Baixada Fluminense", Ribeiro disse ter participado de caçada e morte de marginais com a polícia.

O repórter Amado Ribeiro conhece profundamente os hábitos da polícia carioca. E foi por causa dessa intimidade que o Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro o expulsou (?) depois de constatar seu envolvimento com o ex-policia-bandido Mariel Mariscot. Ribeiro, segundo apurou a comissão de sindicância do sindicato, era responsável pelo recolhimento do dinheiro do jogo-do-bicho no Rio para Mariel Mariscot, escondido em Salvador, numa de suas fugas.

E assim, o *Mão Branca*, fruto apenas da imaginação de alguns repórteres e da polícia da Baixada Fluminense pode matar impunemente, protegido por setores da sociedade, desinformados e amedrontados com um clima de violência, que estimula a execução sumária e indiscriminada.



Nova Iguaçu, considerada pela ONU como a cidade mais violenta do mundo

O cemitério: na primeira chuva, os cadáveres ficam a descoberto

— Muitas vezes eu acordava com o barulho de carros. Abria a janela e via um ou dois camburões. Eles paravam na ladeira e os cadáveres escorregavam e caíam no asfalto. Os cachorros avançavam e esstraçalhavam os corpos.

Quem conta é o frei Luis Tomás, por muito tempo pároco da igreja de Marapicu, onde existe o pequeno cemitério utilizado pelo Esquadrão da Morte para deixar suas vítimas. Ele é hoje um dos membros da Comissão Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu.

A entrada do cemitério — a dez minutos de carro da cidade de Nova Iguaçu, na estrada de Madureira — tem características especiais: no portão principal, coincidentemente, o símbolo do Esquadrão da Morte: a caveira e duas tíbias em xis.

Na igreja, em frente, funciona uma escola com mais de trinta alunos entre nove e quatorze anos. A professora Rosângela, salário de Cr\$ 1 mil, é a responsável pela educação das crianças. Ela conta que já se acostumou à chegada de corpos de pessoas que são sepultadas no cemitério — em média, três por dia — pelo agente funerário Manuel, da funerária São Salvador.

São caixões de papelão comprados pela prefeitura por Cr\$ 700 para enterrar os indigentes, todos vítimas dos grupos de extermínio de Nova Iguaçu. Eles são enterrados em covas rasas, e identificados por números, na falta de quem os identifique pelos nomes no Instituto Médico Legal de Nova Iguaçu.

O cemitério não tem cerca. Por isso, Jo-

nas, proprietário de um barraco ao lado aprendeu a conviver com os sepultamentos e exumações de cadáveres diariamente.

— Nunca morei, aqui em Nova Iguaçu, com vizinhos tão calmos. Aqui estou livre de uma péssima vizinhança — diz Jonas, referindo-se aos mortos.

A escola que funciona no cemitério de Marapicu é sustentada pela Diocese de Nova Iguaçu. Ela funciona num dos compartimentos dos fundos da igreja. Por uma das janelas, as crianças assistem, diariamente à chegada do carro funerário conduzindo cadáveres. Eles são enterrados em covas rasas, o que provoca depois de alguns dias um mau cheiro em toda a área que circunda o cemitério.

Seu Manuel, o coveiro, fica irritado com a presença de fotógrafos. E só permite ser fotografado mediante o pagamento de Cr\$ 2.000,00.

— Vocês batem as fotografias e vão embora. Eu é que dois ou três dias depois volto aqui para trabalhar na exumação do corpo de um cadáver desses para reconhecimento da família.

Normalmente, os corpos são enterrados apenas com um lençol branco. As roupas, com as quais os cadáveres crivados de balas foram encontrados, servem para vestir os coveiros mais necessitados.

A grande freqüência do cemitério, atraídos pelo cheiro dos cadáveres, é de cachorros e urubus que dão plantão no local até os corpos surgirem à flor da terra, sempre depois de uma chuva.



Os corpos são enterrados em caixões de papelão que custam Cr\$ 700,00

Acordo fantástico: a pena é esquecida se o bandido for para a selva Amazônica

- Aceito, sim senhor.
- Agora mesmo, doutor.
- Gostaria muito de sair daqui, doutor.

Aceito agora mesmo.

Três perigosos assaltantes — Wanderley da Conceição, 19 anos, seu comparsa Nelson Pereira Pratos, e o paulista Valter Meireles — acabam de aceitar a sugestão do delegado de Belford Roxo, Amim Chaim, de irem trabalhar no Amazonas e terem suas penas perdoadas pelo governo.

— Precisamos "integralizar" o Amazonas com gente nossa, explica Chaim — E nada mais justo do que esvaziar todas as penitenciárias do Brasil e criar nelas centros educacionais para menores. Todos os marginais perigosos e considerados irrecuperáveis seriam deixados no Amazonas e lá eles criariam sua própria comunidade.

Pela tese do delegado, os marginais seriam deixados de pára-quebras em plena floresta amazônica. O governo forneceria alimentação — solitaria a comida sempre de avião — até que eles pudessem sobreviver com seus próprios alimentos.

Seria também fornecido aos marginais todo tipo de ferramenta necessária ao cultivo da terra. Depois de algum tempo, o próprio governo daria garantia de compra de safra. "Precisamos colocar nossa gente no Amazonas antes que eles (as multinacionais) se apoderem de todos os pontos", adverte o delegado.

Wanderley da Conceição foi o primeiro preso retirado do xadrez para conversar com o repórter deste jornal. Cabeça raspada, lábios grossos, olhos castanhos (pareciam transmitir ódio), sério. Ele já recebeu várias ameaças dos grupos de extermínios da Baixada Fluminense. Mas confessa que não sabe identificar de onde partem.

- Tem pai?
- Não. E a minha mãe me abandonou quando tinha dois anos. Fui entregue a um casal.

Wanderley, acusado de vários assaltos, homicídios, formação de quadrilhas e latrocínios em toda Baixada Fluminense, confessa que ao ser abandonado pelo casal que o criava, aos 9 anos de idade, comprou uma arma.

- |Para quê?
- Para matar gente, senão eu não comia.

Ele achava, porém, que no dia em que a polícia de menores encontrasse sua mãe, deixaria de roubar e iria estudar. E aos onze anos, o comissário Armildo apresentou-lhe a mãe — encontrada depois de vários anos.

Wanderley da Conceição passou então a

morar com ela. E em sua companhia chegou a fazer o terceiro ano primário

— Mas um dia perguntei pelos meus irmãos. Ela disse que eu tinha onze, mas que havia dado todos. Isto me chocou muito.

Wanderley conta que depois disso abandonou a casa e entrou efetivamente na marginalidade.

— A idéia que eu fazia de uma mãe é a aquela de uma pessoa que educa e dá carinho aos filhos. Hoje, o que eu sinto da minha mãe é nada. Eu sinto é muita raiva dela.

Esta, talvez, seja a explicação — na opinião do delegado — para que todos os crimes de Wanderley sejam cometidos a sangue frio, como foi o caso de *Magrinho* (um tiro apenas na cabeça) e do *Mala Cheia*, chefe da quadrilha (dezenas de tiros na cabeça).

Nelson Pereira Pratos, o *Nelsinho*, comparsa de Wanderley, parece ser muito cínico. Disse ter sido mecânico, mas "fui induzido pela cabeça dos outros e terminei na bandidagem". Terminou o curso primário. E segundo ele, foi o *Mala Cheia* quem o colocou na marginalidade. "O Mala Cheia" diz, "era o artista da quadrilha e tinha poderes para isso".

Tanto ele como Wanderley da Conceição, pelos cálculos rápidos do delegado, irão ser condenados a mais de 50 anos cada um. Para matar o *Magrinho*, o sucessor de *Mala Cheia* na quadrilha, eles se vestiram de mulher.

— Se não fosse daquele jeito não encontraria o malandro. O *Magrinho* já tinha a intenção de matar a gente. Entre bandido não há união como na polícia. Se houvesse, não haveria muita criminalidade. No morro a lei é a seguinte: "Tá devendo, tem que pagar... vai morrer". Mas assim mesmo considero a vida do ser humano muito importante.

Nelsinho morava em frente à delegacia de Belford Roxo, casado, pai de um filho.

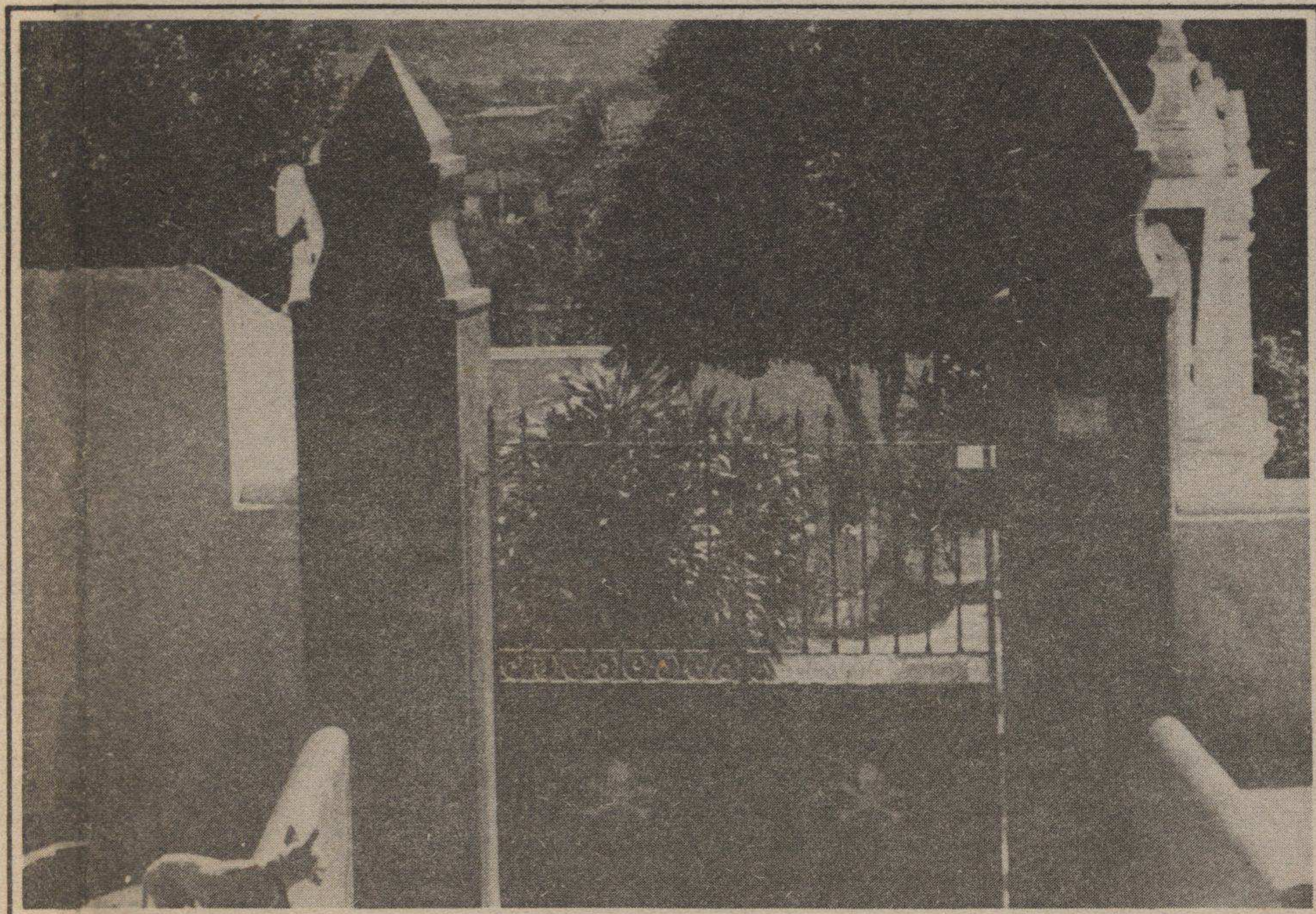
— Agora, *cumpadre*, qualquer correspondência é para o seguinte endereço: "Delegacia de Belford Roxo (54ª), cubículo 10".

Valter Meireles é paulista. Está condenado a cinco anos de prisão por assalto à mão armada. Tem 26 anos. Sua história é curta: saiu de São Paulo para o Rio e foi morar na Baixada Fluminense. Sem emprego, aceitou a sugestão de amigo para fazer "um ganho". Foi preso em flagrante.

(Continua)



Manuel, o coveiro, só permite fotografias por Cr\$ 2 mil cada uma



No portão do cemitério, o símbolo do Esquadrão da Morte

A batida: o delegado invade o morro e depois leva os homens para rezar

— Ele hoje dança.

O Capitão Bastos, do 21º Batalhão da Polícia Militar de Nova Iguaçu, acabava de condenar à morte o bandido *Carlinhos Vovô*, fugitivo da delegacia de Belford Roxo (54ª), com mais de 120 anos de "cana para puxar".

— Um nosso cachorrinho nos informou que ele (*Carlinhos Vovô*) meteu bronca a noite toda ontem no morro do Sossego.

Comentário do policial Sebastião Sanches, chefe do setor de investigações da delegacia, conduzindo uma metralhadora Ina. À porta da delegacia, mais de trinta policiais em cinco carros da PM aguardam as ordens do delegado Amim Chaim, um fervoroso cristão (reza três vezes por dia), 53 anos, 18 de polícia, e 13 de baixada fluminense. Tem pouco mais de 1,60m.

É a manhã do dia 25 de março. Todos estão preparados para uma caçada ao bandido nos arredores de Belford Roxo, um distrito de Nova Iguaçu habitado por 450 mil pessoas. Desta vez, *Carlinhos Vovô* é acusado de matar, com a sua quadrilha, Manoel Gonçalves de Oliveira e seu filho Jonas do Sacramento Bonfim, de 15 anos. Depois ainda estuprou a mãe de Bonfim.

Precisamente às 10 horas, Amim Chaim, conduzindo na cintura um "trin-toitão" reforçado, aparece à porta da

delegacia para organizar, com os policiais militares, a caçada a *Carlinhos Vovô*. As ordens e as explicações são transmitidas aos policiais subalternos. A repórter francesa Ghislaine Morel, correspondente da Gamma Presse Images, Paris, que passa dois meses na Baixada Fluminense colhendo material sobre violência, quase nada entende do que se fala. Os policiais falam muito rápido e em gíria.

E sob um calor de quase quarenta graus, Chaim determina a saída dos carros. Todos os policiais, sem exceção, conduzem mais de um revólver, o que é proibido pela Secretaria de Segurança Pública (oficialmente, para efeitos de exames balísticos no caso de um crime, considera-se apenas a arma registrada no quartel).

Meia hora depois, os policiais estavam no morro do Sossego, numa operação que eles consideraram "relâmpago". Divididos em grupos de cinco, fortemente armados, eles abriam barracões e traziam seus ocupantes, com a mão na cabeça, para fora. Ninguém informava o paradeiro de *Carlinhos Vovô* — que segundo os "cachorrinhos" da polícia passou a noite anterior no morro, cobrando proteção. A rede de "pombos correios" do bandido é muito grande. Ele nasceu e se criou no morro.

A única pista da polícia para comprovar a permanência de *Carlinhos Vovô*



Delegado Amim Chaim (à esquerda): reza e água benta ao fim da batida

no morro foi a descoberta de um colchonete em uma birosca do morro. Uma pista sem muita importância para justificar todo aquele aparato policial à procura do bandido.

Os moradores deixavam os barracos carregando suas carteiras profissionais. Carteira não assinada, cadeia. Sem carteira, bandido. E se a caçada for à noite, correu... morreu. É como trabalha a polícia no morro, onde a falta de segurança faz nascer o "cobrador de pedágio": o vagabundo valente que vende proteção aos moradores do morro.

Ali, no morro do Sossego, a polícia não encontrou nenhum vestígio da presença de *Carlinhos Vovô*. Um policial puxou pelo braço um rapaz preto, de pouco mais de 20 anos, cochichou no seu ouvido. Era o empregado da birosca, onde a polícia bebia refrigerante. Dez minutos depois, estavam presos o dono da birosca e o próprio informante: acusados de darem proteção a *Carlinhos*

Vovô. Em compensação, a polícia não pagou as quase quarenta garrafas de refrigerantes consumidas durante os poucos minutos de permanência no morro.

O delegado Amim Chaim ainda tentou investidas em outros locais, mas além dos presos da birosca, prendeu apenas outro cidadão — tinha o corpo salpicado de cal que usava na pintura de seu barraco por ser o pai de *Serginho*. Chaim o acusava de ter fornecido dinheiro ao filho, marginal, para que fosse morar em São Paulo.

E faltando apenas quinze minutos para o meio-dia, o delegado Chaim ordenou que todos voltassem para a delegacia. Estava encerrada mais uma caçada ao *Carlinhos Vovô*. Mas o motivo de encerrar a *blitz* cedo não era apenas a frustração de Chaim por não encontrar o marginal. Ele tinha uma razão mais forte: estava na hora de rezar e distribuir água benta aos seus policiais.

“Se a nossa polícia não faz nada, o Mão Branca faz”

Assim fala o repórter que odeia bandidos

Manoel Barbosa de Almeida, um capixaba de 39 anos, 20 dos quais dedicados ao jornalismo policial, foi o autor das primeiras reportagens sobre o Mão Branca. Ao contrário do que muita gente pensa, Manoel garante que o Mão Branca — a quem são atribuídos aproximadamente 160 assassinatos nos últimos meses — não é uma única pessoa e sim um grupo organizado com a finalidade de combater a criminalidade.

Arduo defensor do Esquadrão da Morte e amigo íntimo dos mais famosos detetives da Baixada Fluminense, Manoel detecta objetivos sociais justos nas atividades do Mão Branca, acredita que o único caminho para os ladrões, assaltantes e criminosos em geral é a eliminação sumária em qualquer local da Baixada. Nesta entrevista ao repórter Luiz Eduardo Rezende, ele explica a mecânica e as finalidades do grupo.

Como surgiu o Mão Branca?

Manoel — Surgiu para preencher uma lacuna entre o povo e a segurança pública. A população do Grande Rio estava ameaçada de não sair mais para a rua, estava sendo assaltada até dentro de casa. O Mão Branca é um grupo de idealistas que resolveu pôr fim à criminalidade. No começo eram 10 pessoas mas depois houve muitas adesões.

Mas só 10 pessoas conseguiram matar tanta gente?

Manoel — Acontece que nem todas as execuções são de responsabilidade do grupo. Muitas pessoas estão aproveitando

a fama do Mão Branca para eliminar desafetos e concorrentes de pontos de tóxicos.

Você acha que a execução sumária de bandidos é a solução para diminuir a criminalidade?

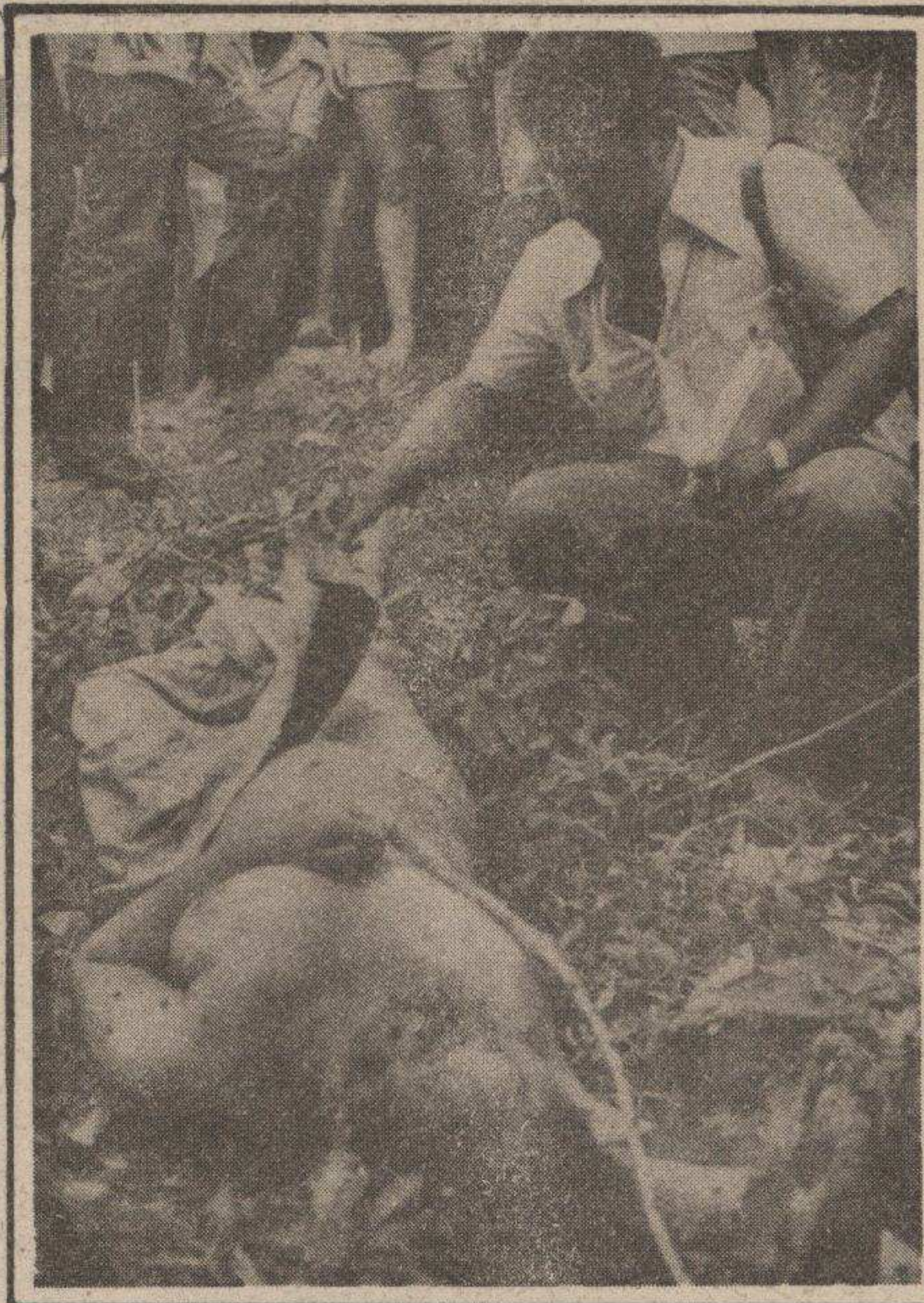
Manoel — A pena de morte é a solução, mas sou contra porque, se ela for oficializada, só será aplicada para os que chamamos de *Pé Inchado*; os bandidos sem dinheiro. Já o fuzilamento dos vagabundos é chocante mas, no fundo, traz benefícios, pois pega os assaltantes e assassinos irrecuperáveis, aqueles que assaltam e matam por prazer. O grupo tem um arquivo de delinquentes altamente perigosos, condenados a 300, 400 anos de cadeia. A escolha é muito cuidadosa para evitar injustiças.

Depois de escolhido o bandido que vai morrer como age o grupo?

Manoel — Normalmente os bandidos são seqüestrados em casa, de madrugada, levados para um local ermo e eliminados logo, para evitar problemas. Geralmente participam da operação cerca de oito pessoas, em dois carros. O grupo é promotor, juiz e carrasco. Executam o bandido e deixam ali mesmo.

Mas os bandidos são mortos com muitos tiros. Ninguém escuta?

Manoel — Existem lugares da Baixada que você pode matar alguém com um tiro de canhão que ninguém ouve. E se escutar, quem é que vai sair de casa para ver o que está acontecendo? Cadáver de manhã, na Baixada, é parte da paisagem.



Manoel Batista, "O Leão da Baixada", em ação

Por que o grupo mata com requintes de perversidade e bota cartazes assumindo os assassinatos, se você diz que a intenção é combater o crime?

Manoel — A selvageria é para servir de exemplo e chamar a atenção dos outros bandidos. Eles precisam saber que o crime não compensa. Os cartazes são uma espécie de publicidade do grupo.

Onde é que entra a polícia?

Manoel — Alguém do grupo liga para a delegacia avisando onde estão os cadáveres. As vozes são diferentes. O que identifica o grupo é falar do Mão Branca.

A polícia só entra para fazer o registro e remover os corpos para o Instituto Médico Legal. Verifica se cada um deles tem ficha criminal e faz um "processo de homicídio desconhecido". Existem cerca de 12 mil inquéritos deste tipo nas varas de Nova Iguaçu e arredores.

Então o grupo age em cima da incompetência da polícia?

Manoel — Se a polícia fosse competente, esses grupos não existiriam. Quem diz isso não sou eu e sim o promotor José Pires Rodrigues, da 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu. Se a nossa polícia de gabinete não faz nada, o Mão Branca faz.

Qual a solução para o problema da criminalidade na Baixada?

Manoel — A solução é a polícia trabalhar realmente, com condições de combater o

crime, e a Justiça aplicar penas pesadas para esse pessoal que assalta e mata. Esses criminosos não podem ficar presos num quadrado de três metros, cercado de grades. Isso não recupera ninguém. Eles têm é que trabalhar em colônias agrícolas, com aquelas bolas de ferro nos pés, para se sustentar e não viver nas costas do povo. Enquanto isso não acontecer, grupos como o Mão Branca têm que continuar agindo. A incompetência da polícia é a principal causa do alto índice de criminalidade na Baixada.

E a fome, a miséria e o desemprego?

Manoel — A miséria nunca existiu, pelo menos como causa da criminalidade. Ela não está ligada à distribuição da renda e sim à educação. A maioria dos meninos que estão assaltando não sabem quem são seus pais. Vivem nas ruas sem a menor assistência. A finalidade do grupo, no fundo, é mostrar isso. Chamar a atenção do governo para o problema da delinqüência, que é gerado por ele mesmo.

Você quer dizer que o grupo Mão Branca tem um objetivo justo e até social a longo prazo?

Manoel — Matando estes bandidos o grupo vai mostrar que a Baixada precisa ser olhada. A ação do Mão Branca, na minha opinião, foi uma chamada nacional para o problema da delinqüência e hoje só se fala em Mão Branca.

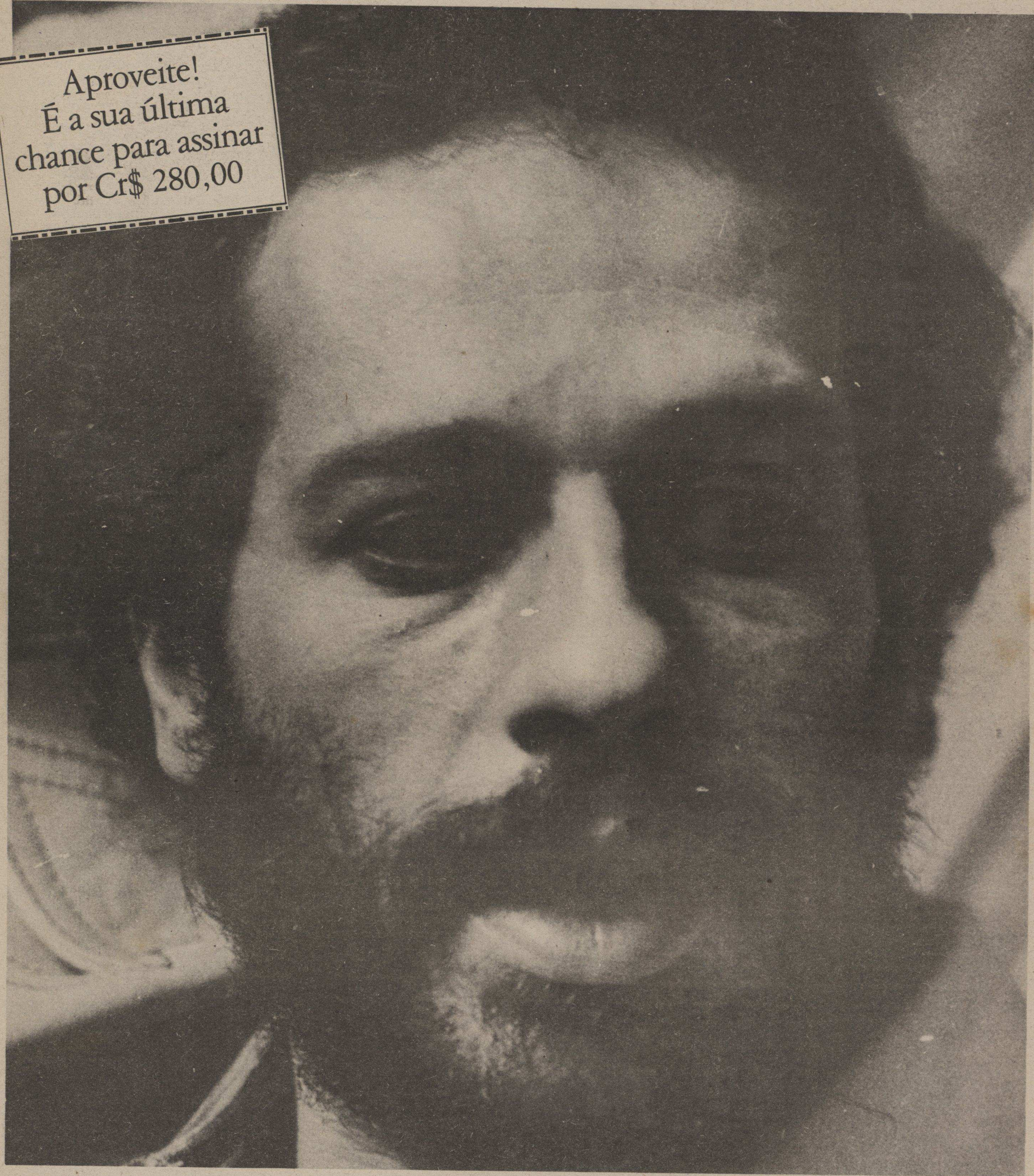
Os integrantes do Mão Branca não têm medo de serem descobertos e processados por tantos assassinatos?

Manoel — Olha, em 20 anos de Baixada eu nunca vi ninguém provar nada contra qualquer integrante destes grupos de extermínio. Além disso, os grandes crimes da Baixada Fluminense sempre foram investigados e apurados pela reportagem policial. Só que os repórteres não são loucos de passarem dos seus limites. Então ninguém apura nada.

Você não vê nenhum aspecto negativo na ação destes grupos?

Manoel — O perigo é ele se tornar um símbolo de pirataria, como foi o antigo Esquadrão da Morte. Muitos desonestos utilizaram esse símbolo para enriquecer, matando por empreitada e debitando o crime na conta do Esquadrão. Mas com o Mão Branca isso não acontecerá porque o próprio grupo deve estar ciente deste perigo e vai se encarregar de destruir algum monstro que aparecer.

O Coojornal faz a cabeça do João Bosco.



Aproveite!
É a sua última
chance para assinar
por Cr\$ 280,00

Faça como o João Bosco, compositor e cantor: assine o Coojornal, o jornal que faz a cabeça do pessoal que pensa.

12 edições por apenas Cr\$ 280,00.

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - 90.000 - RS.

Cupom de assinatura
Coojornal

Nome: _____

End.: _____ N° _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Assinatura



AVENTURAS DE UM PREFEITO ADESISTA

DOMINGOS PELLEGRINI JR. (*)

A carreira oportunista de Antonio Belinati, o homem que manda na política de Londrina

No começo dos anos 60, um rapaz magro, de cara lisa e roupas mal-ajambradas, era pacoteiro das Casas Riachuelo, na rua Duque de Caxias. Antes, tinha sido despedido do setor de jóias das Casas Fuganti. Antes ainda, tinha feito concurso para ferroviário em Ourinhos. Não passou.

Tinha passado a infância vendo os trens manobrar: o pai era ferroviário em Cornélio Procópio, e Belinati era um irmão espremido entre muitos irmãos numa casa muito pequena — e talvez venha daí a fascinação do prefeito Belinati por casas populares.

Mas ele talvez nunca chegasse a prefeito se naquele dia, na Riachuelo, não faltasse alguém para falar no microfone da perua pelas ruas. Apontaram o pacoteiro: — Vai lá, rapaz. Deram a ele um pedaço de papel para ler no microfone da perua. E assim Antônio Belinati falou ao povo pela primeira vez, anunciando saldos, retalhos e descontos de até cinquenta por cento.

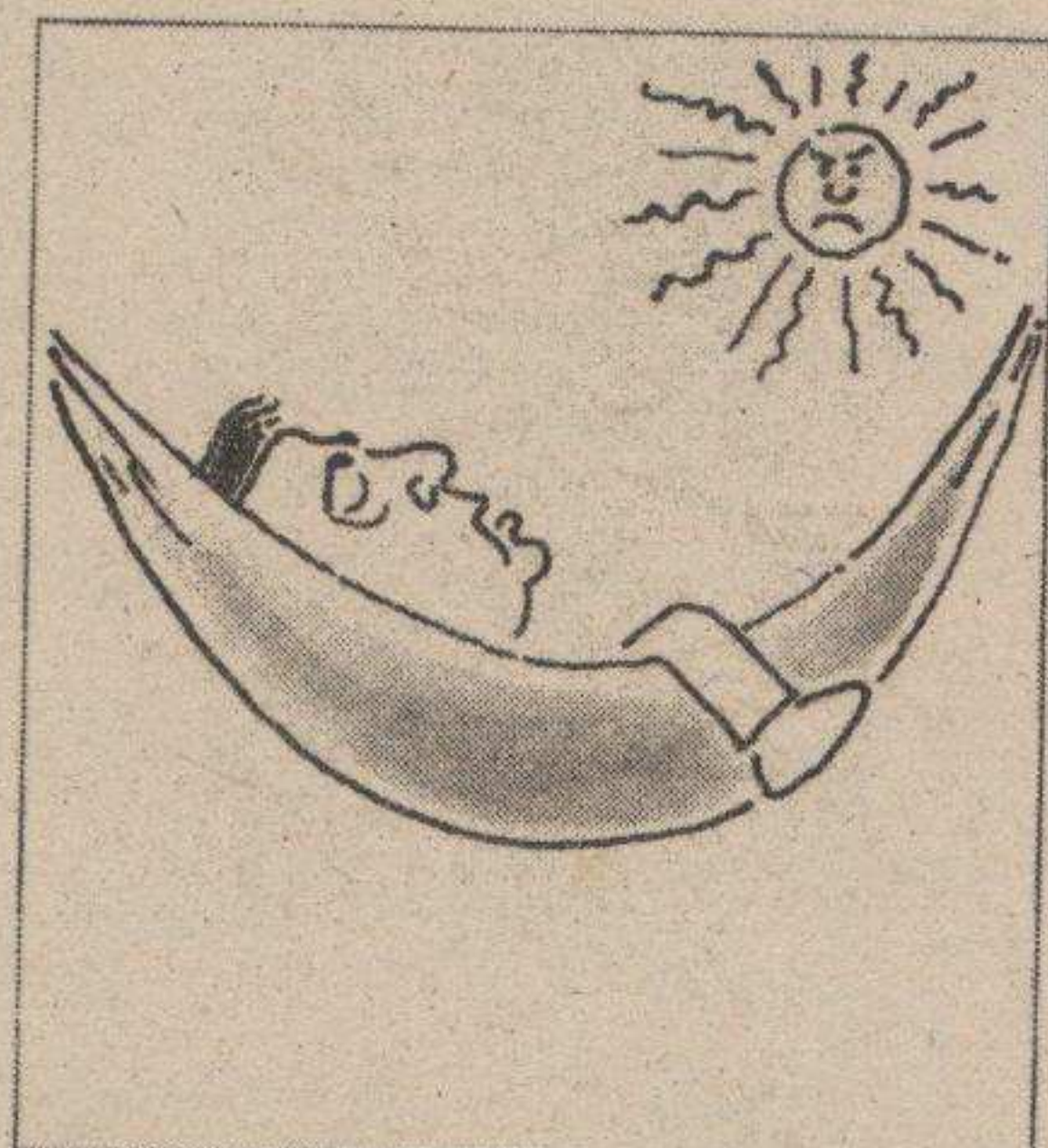
Alguns dias depois, o motorista da perua apresentou queixa de Belinati ao gerente. Mas um vereador intercedeu pelo rapaz, ele continuou ao microfone — e percebeu que o motorista demorava tempo demais para "beber água" numa casa da periferia. Belinati contou ao gerente: o motorista perdia tempo com mulher. O gerente despediu o motorista e Antônio Belinati continuou falando ao povo, agora com novo e serviçal motoris-

ta. Começava a carreira da mais contraditória figura política de Londrina.

BELINATI OPORTUNISTA

O radialista Otássio Pereira passou na Riachuelo para pegar propaganda para seu programa *Ronda pelos Municípios*. Fizeram amizade. Belinati ia à Rádio Londrina ver Otássio falar ao microfone. Otássio saía para tomar café, deixava o rapaz lendo os anúncios sem ganhar nada.

Um dia, o programa foi fazer apresentação em Cornélio Procópio e o locutor da propaganda faltou. Belinati assumiu de vez, agradou e ficou — ganhando salário.



BELINATI PREGUIÇOSO

Hoje ele se orgulha de levantar de madrugada. Naquele tempo, acordava só quando a família jogava água. Saía correndo, curvado para frente por causa

de uma unha encravada; chegava mais uma vez atrasado no programa *Sanfonas e Sanfoneiros*, que tinha criado na Rádio Clube.

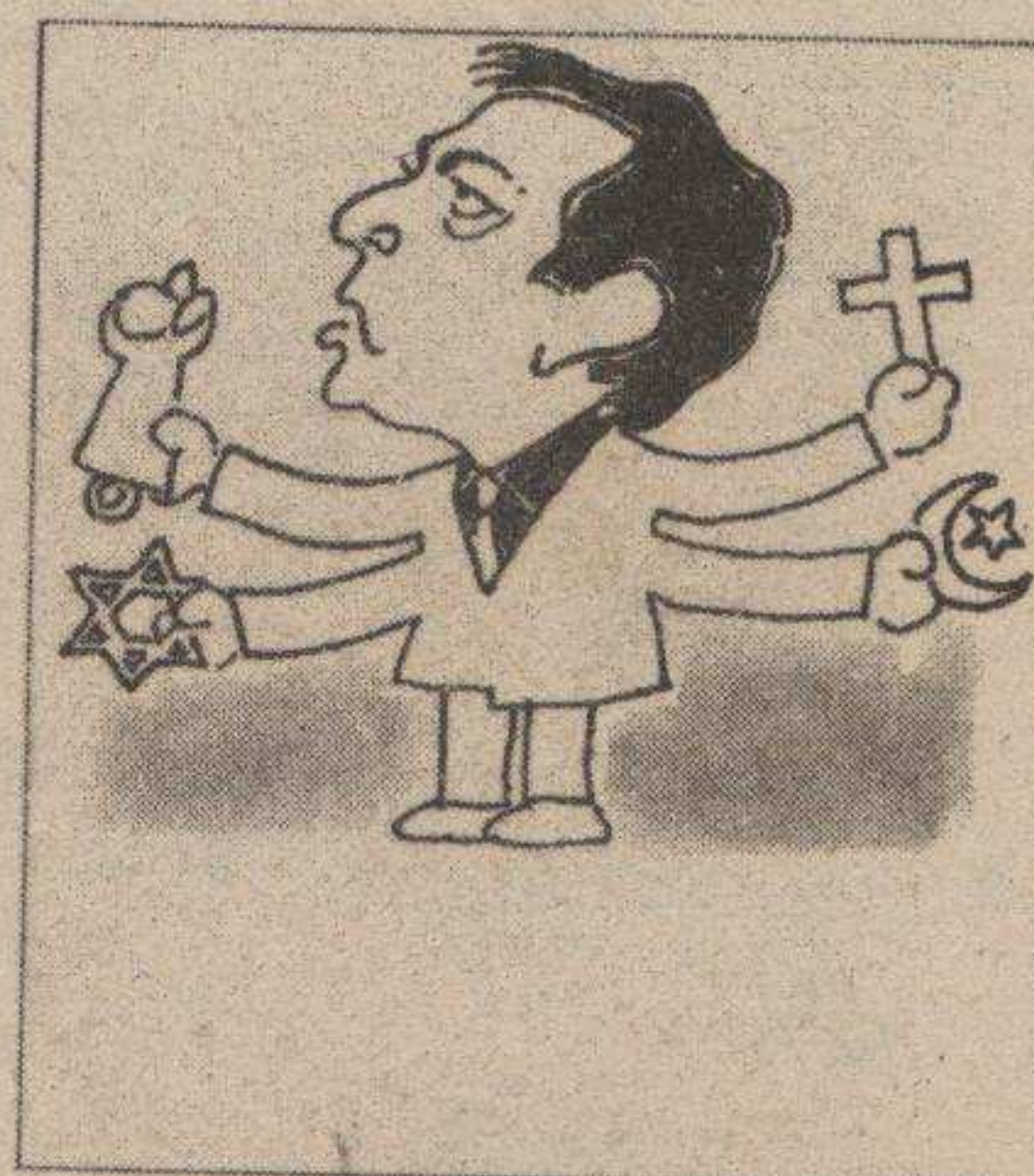
Um dia, lá por 66, era locutor da Rádio Cruzeiro do Sul — e Caldas Júnior, hoje seu chefe de gabinete, era operador de som. O gerente da rádio ouviu em casa, que passavam várias músicas sem locução. Pois, acabou o disco e ficou no ar, em silêncio. O gerente correu até a rádio, encontrou Belinati dormindo no microfone e Caldas Júnior dormindo na mesa de som.

BELINATI BOÊMIO

Aconteceu que nessa época Belinati teve sua fase boêmia. Não era fascinado pela noite, era apenas curioso. Jogava boliche até de madrugada, o que era moda na época. Aparecia nas boates, olhava, andava para lá e para cá, bicando no copo de um, no copo de outro. Um dia o jornalista Edson Maschio tacou o apelido:

— Colibri de boate.

Foi quando Belinati começou a gostar de jogo. No bar Bonanza, que era ali no Edifício Bosque, reuniam-se de madrugada jornalistas e radialistas para comer a macarronada que o salário permitia. Dali Belinati saía com um grupo de amigos para uma caxeta ou para um joguinho de dados (um dia perdeu até o relógio). Se em política sempre foi um ganhador, no jogo sempre perdeu, naquela época ou hoje, quando vai de vez em quando a Foz do Iguaçu.



BELINATI RELIGIOSO

Mas, hoje, não precisa mais descontar cheques com Daniel Gonçalves no dia seguinte, como fazia naquele tempo. Nem lembra: nos primeiros três anos de administração, o prefeito iniciava cedinho o expediente com uma oração conjunta no gabinete.

É ecumênico: convida pastores, padres, umbandistas, espíritas. Fala em Deus de boca cheia, mas sempre evita declinar sobre sua própria religião. Diz-se católico nos anos 60, depois tornou-se evangélico (somando, aliás, a votação dos evangélicos londrinenses). Um dia, quando se candidatou a prefeito pela primeira vez, explicou a um jornalista:

— Um homem público não pode ter convicções privadas.



BELINATI REPÓRTER

Quando começou na Rádio Londrina, era um valete de Otássio Pereira: carregava maleta, instalava som na Concha Acústica, substituía o titular no *A Voz do Povo*.

E logo arranhou um emprego de repórter na Rádio Clube. Fala um português atrapalhado, fazia perguntas estapafúrdias nas entrevistas — mas era esforçado, todos os colegas são unânimes em lembrar. Era profissional até demais: um dia, o repórter Mario Stasiak apanhava de dois soldados na delegacia; e, quando o repórter Ângelo Gaiotto ia apartar, Belinati simplesmente correu ao telefone e passou a transmitir para a rádio, sentado no balcão da sala do plantão, as pernas balançando de contentamento.

Era um repórter realmente imparcial. Quando a sucursal do jornal *Última Hora*

foi quebrada pela multidão liderada por fazendeiros e udenistas, a 1º de abril de 64, Belinati instalou-se num prédio de frente e irradiou tudo:

— Agora, senhores ouvintes, o senhor Fernando Bueno Santos sobe na marquise e derrubada o relógio da *Última Hora*. O maior incentivador da turba é o senhor Gilberto Santos.

Para seus companheiros de rádio, essa coragem era, na verdade, ignorância:

— Ele nem tinha idéia de que o Brasil acabara de sofrer um golpe militar e que aqueles fazendeiros eram os novos donos da situação.

Depois, quando o presidente Castello Branco visitou Londrina pela primeira vez, Belinati já sabia quem era quem. Mas não imaginava que, ao tentar abraçar Castello Branco para colocar o microfone em sua boca, ia receber um *casquedo* dos homens da segurança. A Rádio Clube e seu repórter *Tico-Tico* ficaram minutos fora do ar.

BELINATI ASSESSOR

Mas, quase sempre, conseguiu a proeza de chegar às autoridades visitantes antes mesmo de João Milanez, seu influente patrão. Na escada do avião entrevistou Juscelino, Jango, Magalhães Pinto.

Foi premiado então pelo secretário de Agricultura do Paraná, Paulo Pimentel: conseguiu emprego de assessor de imprensa. Acompanhava Pimentel nas cerimônias da entrega dos reprodutores zebus que a Secretaria distribuía pelo interior. Depois, quando Pimentel saiu candidato a governador, Belinati esteve na campanha.

Sua primeira viagem de avião foi junto com Pimentel e Ney Braga, que era governador. Acompanhando o governador nas andanças pelo Paraná, Belinati ia receber um elogio:

— Esse rapaz é esperto.

Há quem interprete: "Começou com Ney, acabou com Ney".



BELINATI EMPRESÁRIO

Depois, editou um guia de Londrina com muita propaganda. Foi quando comprou o primeiro carro, um Fuca, e parecia decidido a se tornar um próspero picareta. Logo se juntou a amigos para uma grande promoção: um festival de bandas. Foi ao Rio, conseguiu convidar a banda dos Fuzileiros Navais. Telefonou para os sócios:

— O comandante da banda é muito chato, exigente. Mas gosta muito de um uisquinho.

Em Londrina, os sócios de Belinati receberam o comandante com garrafas abertas. E assim a banda se apresentou em Londrina e Maringá, para 2 mil e 10.800 pessoas. Quando o comandante percebeu que estavam cobrando ingressos, reclamou bravo, mas Belinati alegou que havia contas a pagar, inclusive "despesas de administração".

Assim, pela primeira vez na história da Banda (fundada em 1909) o povo pagou ingresso. E até hoje, no Rio de Janeiro, há uma empresa de ônibus esperando que o IBC, conforme Belinati prometera, pague o aluguel do ônibus que trouxe a banda.

BELINATI SINDICALISTA

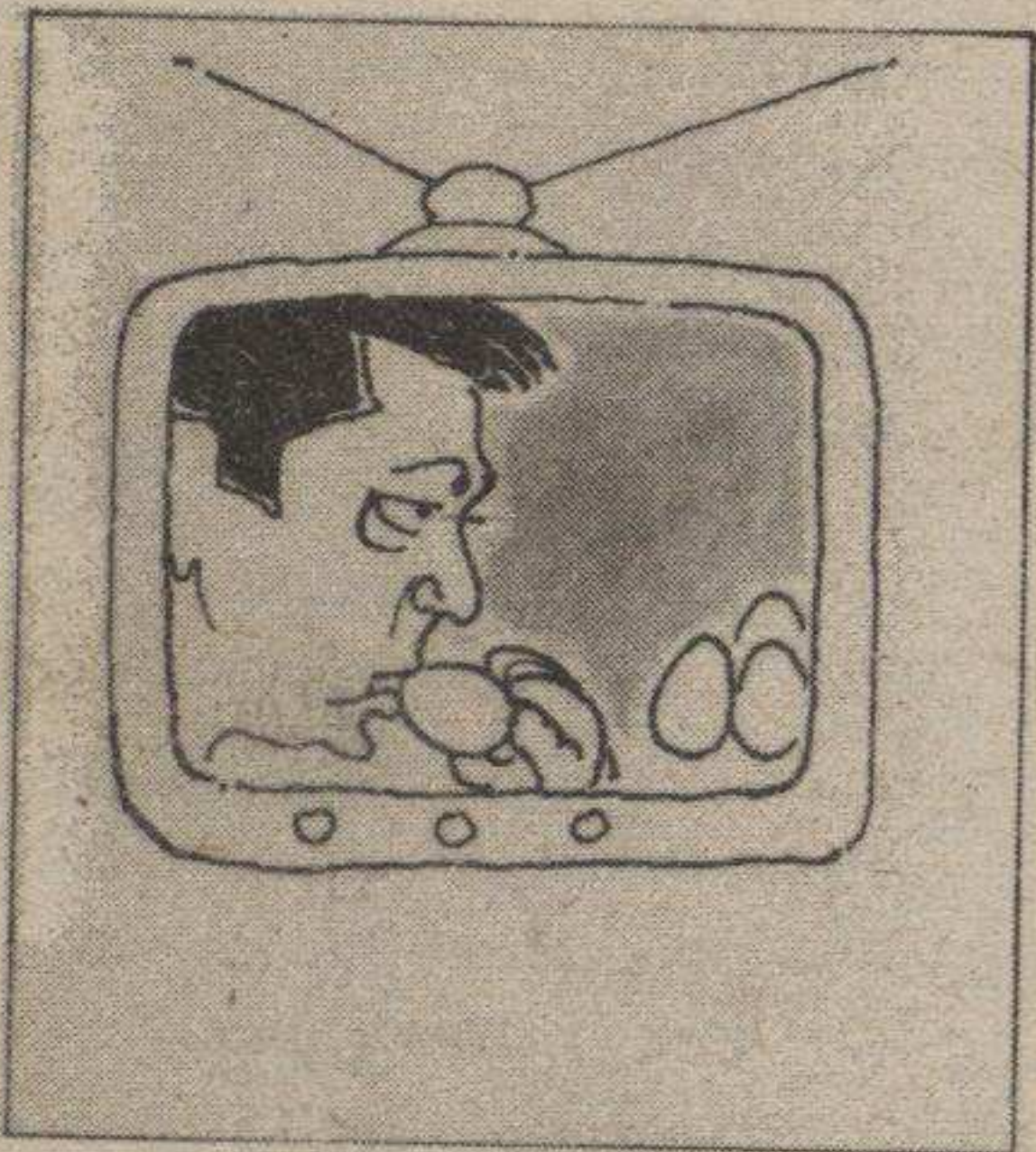
Ainda nessa época, antes de receber o chamado batismo das urnas, Belinati foi apresentador de um programa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Lázaro Dumont, o eterno presidente da Federação, tinha ambições políticas e o programa era destinado a orientar os trabalhadores rurais, promovendo o patrocinador. Mas logo Belinati se tornou estrela e cacique do programa.

Um dia, Lázaro Dumont está na rádio, chegam alguns trabalhadores:

— A gente quer falar com o seu Belinati.

— Pode falar comigo mesmo, sou o Lázaro Dumont.
 — Não senhor, a gente quer é o seu Belinati.

Tiraram Belinati do programa, enquanto era tempo.



BELINATI NA TELEVISÃO

A voz era conhecida, faltava divulgar a fachada. Houve concurso na TV Coroados para escolher o apresentador de telenotícias. Nesse tempo, Belinati, como repórter de rádio, praticamente vivia na delegacia, e era muito chegado ao delegado Eudes Brandão. Inscreveu-se no concurso e, para surpresa geral (era o pior candidato, com boca de chupar ovo, como apelidaram os telespectadores), foi aprovado. O diretor da TV Coroados, por coincidência, era o delegado Eudes Brandão.

BELINATI SORTUDO

Um dia podia ter mudado de vida, talvez não fosse hoje o prefeito. No Café Ouro Verde, quis comprar um bilhete inteiro. O bilheiro disse que não aceitava cheque dele. Belinati falou que era conhecido na praça. O bilheteiro retrucou:

— É mesmo. Tem um tal de Getúlio procurando o senhor, para receber um título. O senhor é mais procurado que laranja em feijoada.

Belinati falou que comprava depois o bilhete. Voltou depois, o bilhete tinha sido vendido. Comprou outro com o mesmo final. Ganhou cem contos. E o outro bilhete ganhou o primeiro prêmio.



BELINATI VIVALDINO

Foi gerente da Rádio Cruzeiro do Sul, para onde levou o programa A Voz do Povo. Chamava Hosken de Novais, o prefeito, de Zé da Meia Noite, insinuava programas noturnos do prefeito em chácaras discretas — ou, no caso, indiscretas. Dizia que um dos candidatos a prefeito em 68, Paulo Carneiro Ribeiro, tinha desaparecido com um navio de café quando era diretor do IBC — Hosken chegaria ir à televisão defender Paulo Carneiro.

Um dia, chega uma comitiva para interpelar Belinati na rádio. Tinha ofendido o Poder Judiciário, a Diocese, a Prefeitura e outros poderes, e agora estavam lá o juiz Pedro Barry, o delegado, o promotor, um agente do Dentel e outro da Polícia Federal. Exigiram a fita com a gravação do último programa. Belinati disse que a fita tinha ido para a matriz da rádio, em Apucarana, mas no dia seguinte estava à disposição.

No dia seguinte, volta a comitiva. Ouviram a fita. O juiz opinou:

— Aceito as opiniões do radialista como aceitáveis.

Todos também aceitaram, e encerrou-se o assunto.

Só o operador de som sabia que Belinati tinha gravado outra fita sobre os mesmos assuntos — mas com muita moderação.

BELINATI ELEITORAL

Naquele final dos anos 60, Belinati quebrava as vidraças da UDN pelo rádio.

Suas pedradas eram dirigidas, todas, contra os velhos udenistas, que dominavam a Arena municipal.

No programa A Voz do Povo, de novo pela Rádio Londrina, substituiu Otássio Pereira — e começou a promover grandes campanhas. Contra a Viação Garcia (chegou a mandar pichar os muros da cidade: "Mais ônibus para o Paraná"). Contra a Santa Casa.

Na eleição de 68, pelo MDB, foi o vereador mais votado: 2.507 votos, contra 1.195 do arenista mais votado (e contra 951 de Álvaro Dias, por exemplo). Otássio Pereira, o mestre de Belinati, não se elegeu.

Uma geração de novos políticos surgiu, diretamente dos microfones para a Câmara Municipal — e Antonio Belinati era o grande fenômeno eleitoral. Em 1970, foi o deputado estadual mais votado: 25 mil votos. Em 1972, perdeu a eleição para prefeito — mas, em 74, foi o quarto deputado federal mais votado do país. Em 76, nem precisou dos votos da legenda para se eleger prefeito. E há quem garanta:

— Com eleição direta para governador, Belinati entra no Palácio Iguazu.

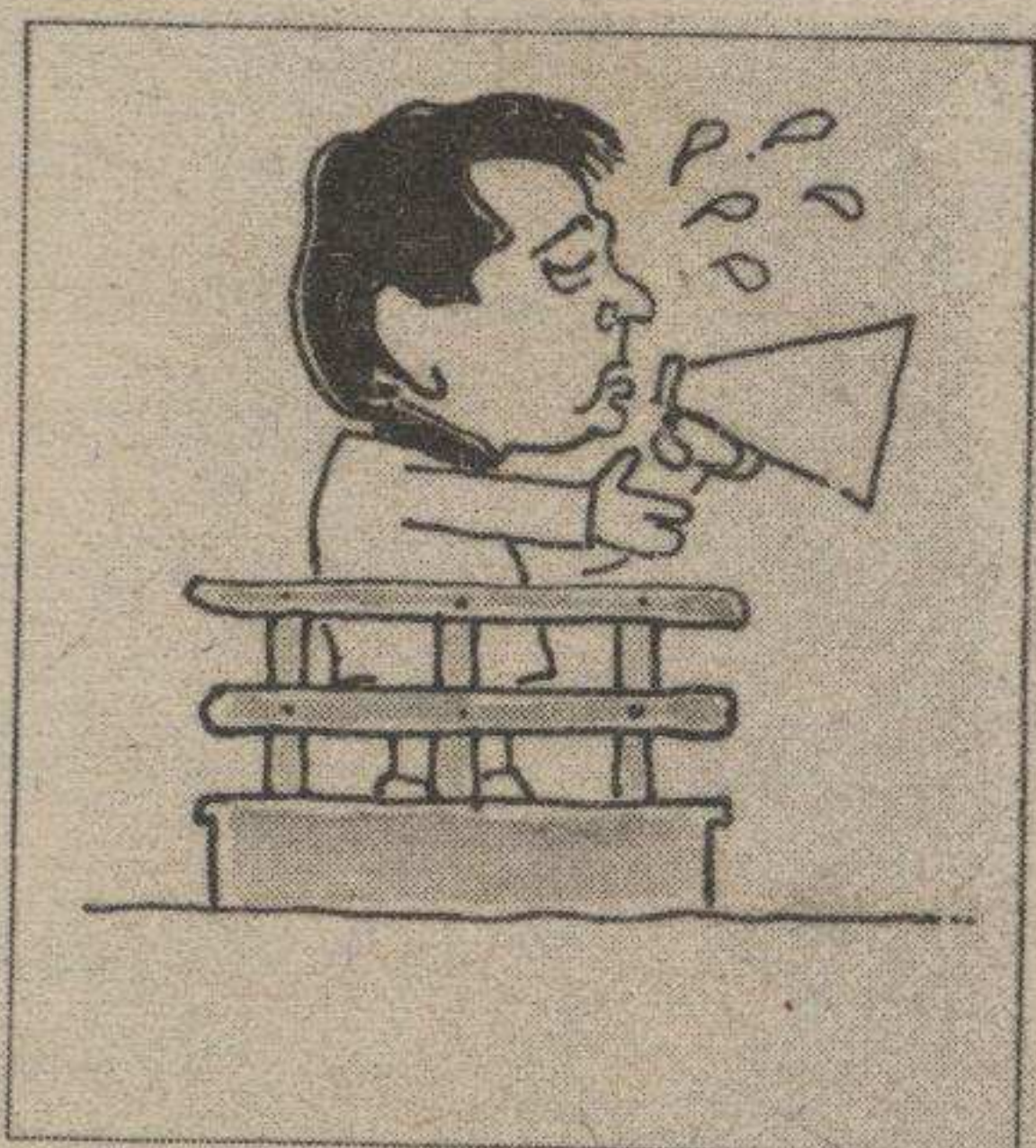
Mas ele já garantiu que vai abandonar a política. Uma garantia, de certo, tão firme quanto a que oferecia em comícios, nos distritos:

— Se me elegerem prefeito, vou aumentar o preço do feijão, pro lavrador ter um lucro maior!

Na cidade, às vezes no mesmo dia, garantia:

— Vou baixar o preço do feijão pro trabalhador ter uma vida melhor!

Nesta história simples, testemunhada por perplexos candidatos a vereador que acompanhavam Belinati, está grande parte de seu sucesso eleitoral.



BELINATI EM CAMPANHA

Na política, Belinati descobria sua vocação e sua missão. Passou a ma-dru-gar, só beber refrigerante, só pensar e fazer política. Foi o candidato que mais comícios fez em Londrina até hoje: 200 só na última campanha. Às vezes, 10 num só dia. Com dois sistemas de som e alguns auxiliares, montava dois comícios ao mesmo tempo. Falava no primeiro, depois no segundo, enquanto o pessoal já tinha se deslocado do primeiro para um terceiro, onde ele logo chegaria; e assim por diante.

Acordava de madrugada para apertar a mão dos operários das fábricas, das filas de ônibus. E teve lances de puro teatro, como quando subiu a um palanque e arrancou o microfone do orador para bradar ao povo:

— Ladrões, ladrões.

E completou:

— Vocês roubaram meu coração...

BELINATI NAS CÂMARAS

Em 69/70, Belinati tornou a Câmara Municipal uma extensão do programa A Voz do Povo. Todas as reclamações e pedidos que chegavam ao programa, desabavam na Câmara levados por Belinati. Os funcionários lembram:

— Foi o vereador que mais apresentou requerimento... e indicações, até 16 num só dia.

Eram pedidos de melhoramento, água, asfalto, iluminação, nomes de rua e até torneiras d'água em campinhos de futebol. Mas fugia da tribuna quando começava qualquer debate:

— Ia pra cantina ou pro banheiro.

Na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, também seria deputado inexpressivo. Mas apresentava projetos de grande impacto, mesmo sem qualquer viabilidade. Imprimia os projetos, mandava a eleitores de todo o Paraná, usando a cota de selos de outros deputados.

Diante de qualquer opção política, saía-se com esta: "Sou o mais autêntico dos moderados".



BELINATI OPOSICIONISTA (1)

Nos primeiros comícios, em 68, dizia que estava para ser cassado:

— Quem diz a verdade, eles cassam.

Como vereador, sua primeira atitude na Câmara foi pedir um voto de congratulações ao delegado da Polícia Federal.

No rádio, atacava autoridades e personagens municipais. Na tribuna, pedia votos de congratulações a presidentes da República e ministros, e convidava para visitarem a Câmara (ou, depois, a Assembléia) grandes empresários, comandantes militares, o governador Paulo Pimentel.

Quando o presidente Médici subiu ao poder, as prisões estavam cheias de torturados, milhares de brasileiros se exilavam, a imprensa era sufocada pela censura, padres eram presos, estudantes eram mortos. Na Câmara de Londrina, a maioria dos vereadores era da Arena. Mas foi um do MDB que propôs envio de telegrama apresentando a Médici "votos de confiança e sucesso à frente do mais alto cargo da Nação".

— Se eu não proponho o telegrama, eles propõem uma carta, ficava até pior...

Na bancada, era individualista e indisciplinado. Votava muitas vezes com a Arena — ou, conforme dizia, "com minha própria consciência". Mas era assíduo: das 201 sessões, faltou só a três.

BELINATI OPOSICIONISTA (2)

Candidato a prefeito em 72, trouxe deputados federais autênticos para participar de seus comícios: J.G. de Araújo Jorge, Chico Pinto, Lysâneas Maciel. No dia em que Lysâneas Maciel seria cassado, tempos depois, Belinati não estava solidário no plenário; estava no gabinete do ministro da Justiça, que assinaria a cassação. Lysâneas nunca perdoou o colega opositor, que aliás fazia parte da Comissão de Segurança.



BELINATI CONTRA O CHEFÃO

Ainda naquela campanha, subia aos palanques e dizia que tudo, em Londrina, era comandado pelo Chefão (Orlando Mayrink Goes). Que os homens da Arena eram todos "homens do Chefão" e que o Chefão financiava os outros candidatos com dinheiro do jogo-do-bicho.

Quando surgiu o jornal Panorama, três anos depois, a primeira edição trazia entrevista com Mayrink Goes, onde o Chefão em pessoa afirmava:

— Era tudo combinado entre nós.



BELINATI CARA-DE-PAU

Nos comícios para prefeito em 72, foi que começou a convidar o povo a visitar os comícios da Arena:

— Vão lá, gente, vão lá e peguem camisetas, peguem remédio, peguem bola de futebol, peguem tudo que eles derem, e peçam mais. Depois, no dia 15 de novembro, votem em Antonio Belinati.

BELINATI PAI DO POVO

Eleito prefeito, começou a se preocupar em alterar um pouco a imagem. Em vez da imagem de radialista quebrador de vidraças, um político paternalista — que possa hoje, por exemplo, sentar ao lado de Hosken de Novais num banquete sem que Hosken engasgue.

Sempre humilde com os humildes, sempre gentil com os funcionários, Belinati se preocupa em aprender como andar em palácios e cumprimentar embaixadores. Sabe que não poderá chegar ao Palácio Iguazu com uma imagem rebelde.

Assim como, há vinte anos, o gosto pelo microfone surgiu no Belinati que anunciava saldos e retalhos, o sonho de ser governador surgiu em Belinati desde o resultado da eleição para prefeito (há quem testemunhe isso, na euforia das comemorações). E, como prefeito, ele procurou se preparar para o novo cargo, até fisicamente: engordou, amaneirou-se, tornou-se mais envolvente. Enfim: paternalista.

Quando passou para o PDS, Antonio enterrou o Belinati Manda Brasa. E, com a mesma antiga equipe de amigos e assessores, com irmãos e parentes empregados na Prefeitura e prontos para novas campanhas, surgiu o novo Antonio Casemiro, resultado de uma carreira populista que culminou no paternalismo: Belinati, o Pai do Povo.



Jornal de Londrina sofre um novo tipo de boicote

Esta reportagem foi publicada na edição de março do Paraná Repórter, órgão da Cooperativa dos Jornalistas do Paraná, editado em Londrina, e, devido a ela, o jornal foi alvo de uma nova e curiosa forma de pressão. No dia 3 de março, véspera da circulação do Paraná Repórter, os donos das bancas de Londrina souberam que o prefeito Antônio Belinati havia tomado conhecimento da matéria e que não estava gostando.

Como o contrato dos proprietários de bancas do centro da cidade com a prefeitura é em forma de alvará precário, que dá direito à prefeitura de acabar com a banca quando bem entender, os banqueiros ficaram receosos. Alguns recusaram-se a receber o jornal. Outros receberam mas, por cautela, decidiram esconder os jornais.

No entanto, a pressão silenciosa foi noticiada pelas emissoras de rádio e televisão e foi grande a afluência de leitores às bancas, atrás do jornal. A edição de cinco mil exemplares esgotou. Mesmo assim, a direção da cooperativa enviou uma carta ao legislativo denunciando "o esquema de boicote inédito na história da repressão à liberdade de imprensa no país".

(*) — O contista e poeta Domingos Pellegrini Jr. escreveu esta matéria originalmente para o Paraná Repórter, que cedeu o direito de reprodução ao Coojornal.

surreição. É claro, existe ainda um grupo silencioso que está engolindo a mudança por que passa o país.

— **Existem outras distorções herdadas do período somozista?**

— Existe uma distorção grave que antes não existia: a inflação. Como neste último ano não houve safra agrícola, devido à revolução, os produtos diminuíram no mercado e, naturalmente, pela lei da oferta e da procura, os preços aumentaram. No tempo de Somoza, os preços e as rendas eram ajustadas e não tinha inflação. Eu cheguei a ver gente comprando dólares pelo câmbio negro, nas cercanias do hotel, o que deveria ser proibido pelo Banco Central. Mas como eles ainda não estão controlando todos os escaninhos da administração pública, esses fatos ainda acontecem e dão uma má imagem do país aos visitantes.

— **O que o governo está fazendo em termos culturais?**

— O componente étnico nicaraguense é o indígena pré-colombiano e o espanhol, que predomina na parte do Oceano Pacífico e das montanhas. Na região do Caribe, predomina o negro trazido da África pelos espanhóis para cortar cana. A Frente Sandinista está tratando de valorizar as culturas destes componentes étnicos e englobar a cultura dos grupos indígenas que estão localizados em regiões completamente afastadas dos centros urbanos. Sob o ponto de vista da cultura acadêmica, a Nicarágua tem o nome de Ruben Dario, que foi um dos maiores expoentes da poesia de língua espanhola. Além do próprio Ernesto Cardenal, o padre poeta que é atualmente o ministro da Cultura, em termos de cultura popular, o governo incentiva o artesanato indígena. Existem algumas cidades, como Masaya, que foi bastante destruída, que vive basicamente de artesanato. Um dos bairros de Masaya, Morimbó, onde vivem somente índios, é considerado o centro nacional de resistência ao regime de Somoza.

Eles contam com o apoio brasileiro. Mas há interesse?

— **Frente Sandinista pretendia conseguir um crédito de 500 milhões de dólares para a reconstrução do país. Quais as dificuldades que está encontrando para conseguir este auxílio financeiro?**

— Eles já obtiveram créditos na ordem de 30% desta importância e estão perseguindo o resto. Eles pediram um empréstimo de 56 milhões de dólares ao Banco Mundial. O Carter já aprovou, mas o Congresso Americano está levando o assunto em *banho maria*. A Nicarágua tem uma dívida externa de 1,6 bilhão de dólares deixada como herança por Anastácio Somoza e o governo, dentro de sua linha de prudência, assumiu a dívida mas só vai pagar quando puder.

— **E quanto à ajuda de países socialistas?**

— A Nicarágua está recebendo ajuda de vários países, principalmente do México, e dos países da social-democracia européia, como Alemanha e Suécia. Não existe algum apoio específico de países da chamada Cortina de Ferro, mas Cuba está presente, muito mais em termos de transferência de conhecimentos e troca de experiências do que de ajuda financeira.

— **Como o Brasil, por exemplo, poderia colaborar com a Nicarágua?**

— Eles contam com o apoio brasileiro. Recentemente dois membros da Junta estiveram no Brasil e chegaram a falar com o chanceler Saraiva Guerreiro. O Brasil pode colaborar em termos de concessão de crédito, de transportes públicos, que na Nicarágua são feitos em caminhões abertos, ou mesmo fornecendo tecnologia agroindustrial, onde o Brasil já conseguiu um bom estágio. Eles precisam, por exemplo, de material escolar para a campanha de alfabetização. Esta é uma boa oportunidade para o governo brasileiro assumir uma posição de independência e solidariedade humana. Resta saber se há interesse.

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

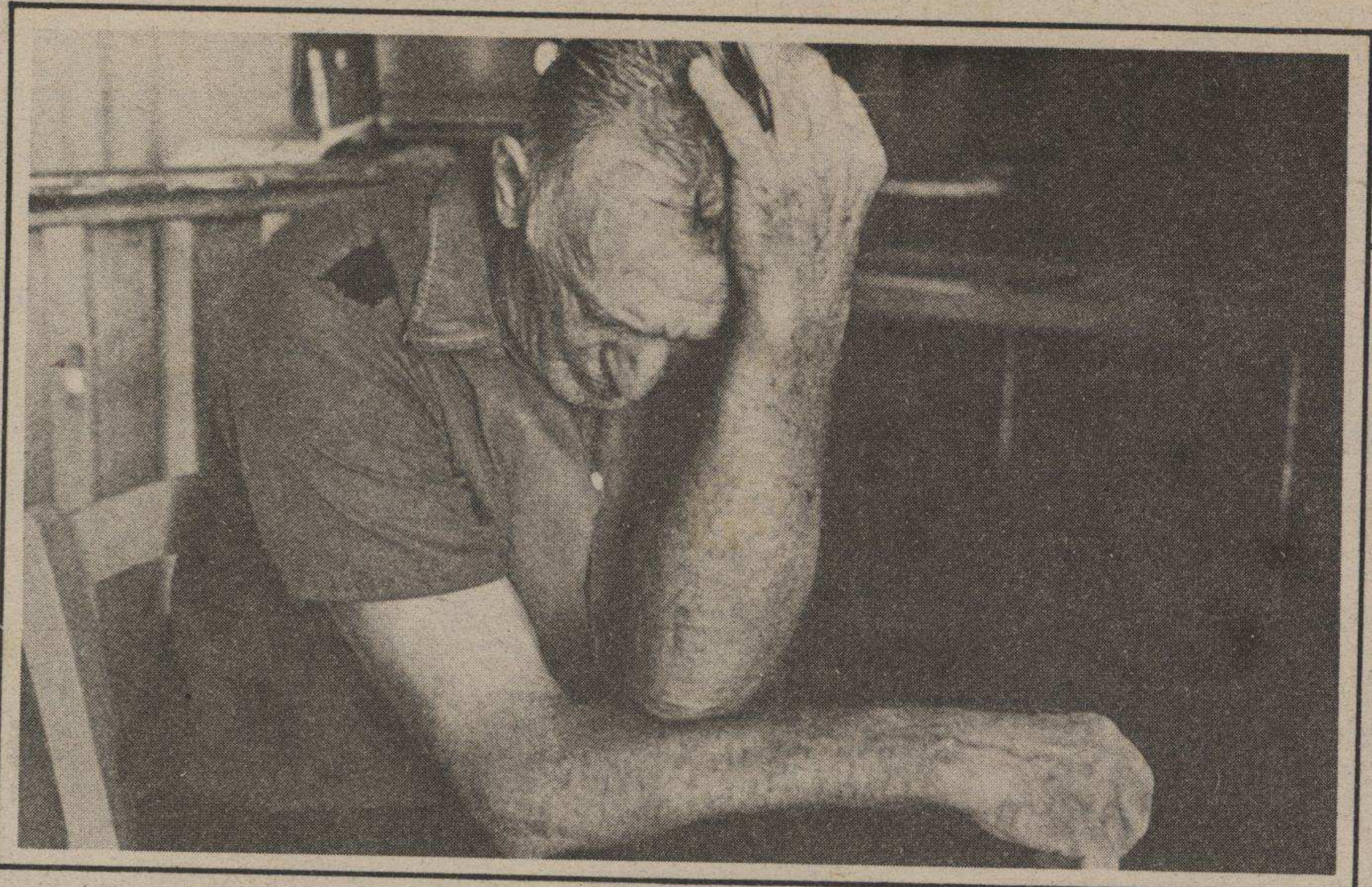
**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".

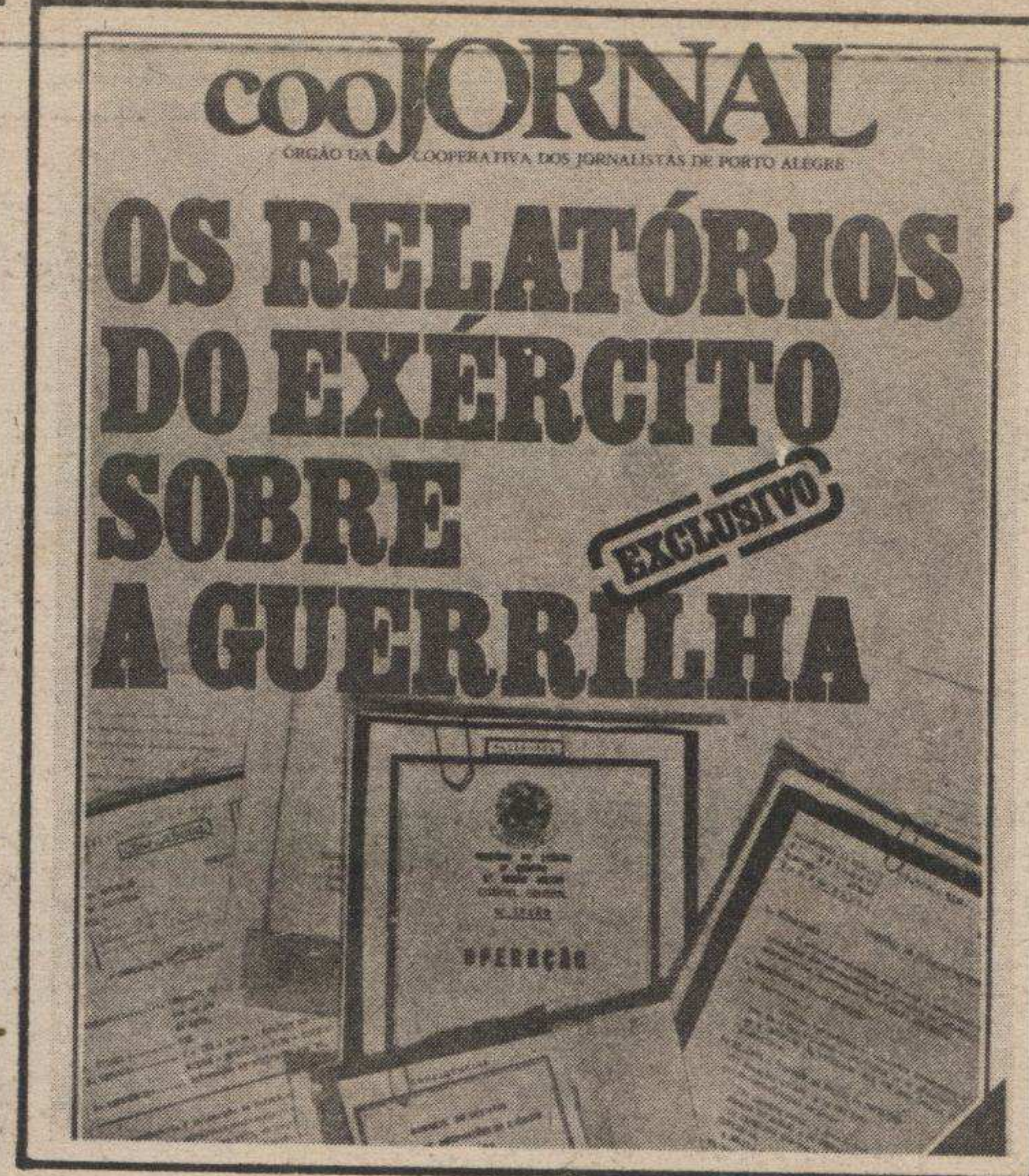
Retratos do drama gaúcho

Os fotógrafos Luiz Abreu, Eneida Serrano, Jaqueline Joner e Genaro Joner percorreram o Rio Grande do Sul durante três anos, fazendo reportagens sobre agricultura. Seus melhores trabalhos foram reunidos num livro sutilmente intitulado *Santa Soja*. Despojadas das tradicionais lendas, as fotos mostram um quadro dramático da agricultura gaúcha, após as sucessivas frustrações das safras de soja, o principal produto do estado. Nelas, o personagem principal é o homem do campo, sua família e seus hábitos. Os rostos cansados e sofridos, habilmente retratados pelas máquinas dos quatro fotógrafos, revelam a perplexidade do colono, espremido entre a ingratidão do clima e a incapacidade dos governantes de elaborar uma política agrária que atenda os interesses dos pequenos produtores. Isso tudo, num estado que há até bem pouco tempo era considerado um estado rico e de larga tradição agrícola. Desde o desânimo do velho agricultor, mãos cansadas, impotente para construir o futuro dos seus dependentes até os lotes de produtores expulsos de suas terras que se amontoam nas margens das principais estradas, *Santa Soja* é um documento humano sobre a problemática do campo. Um alerta que indica anos difíceis para nossa economia, baseada principalmente na produção agrícola. *Santa Soja* é um trabalho com componentes inéditos, justamente pela falta de tradição da fotografia junto ao público. Com ele, seus autores buscam uma nova forma de linguagem para transmitir um tema que só recentemente começa a aparecer, um pouco aliviado dos anos de obscurantismo: a realidade brasileira.





É CRIME PUBLICAR DOCUMENTOS DO EXÉRCITO?



Ouvimos um historiador, um jornalista, um jurista e um general sobre o IPM aberto pelo III Exército

Pode a imprensa publicar documentos secretos, reservados ou confidenciais das Forças Armadas? Nos Estados Unidos, quando esta questão foi levantada, em 1971, saíram ganhando a imprensa, a democracia e o povo americano. O *New York Times* e o *Washington Post* haviam publicado documentos secretos do Pentágono, denunciando o envolvimento cada vez maior dos Estados Unidos na guerra do Vietnã e provando que o governo vinha sonhando informações ao povo. O governo investiu contra os jornais, levando-os à Justiça. Mas teve de se dobrar, ao final de saudável debate público, diante de uma decisão da Suprema Corte que fez prevalecer o princípio constitucional de que nada deve restringir a liberdade de palavra ou de imprensa, concluindo que a publicação dos documentos do Pentágono não representava ameaça à defesa nacional. Foi o começo do fim da guerra do Vietnã.

No Brasil, tema idêntico — guardadas naturalmente as proporções — foi suscitado com a publicação pelo **Coojornal**, em sua edição de fevereiro deste ano, de um relatório secreto do Exército sobre o combate ao movimento guerrilheiro de Carlos Lamarca, no interior dos estados de São Paulo e Bahia, nos anos de 1970 e 1971. Claro que o país é outro, as leis são diferentes, nem os episódios são rigorosamente iguais. Mas aqui, como ocorreu nos Estados Unidos, está em jogo uma questão maior: a liberdade de imprensa. Tanto maior, no caso brasileiro, quanto oportuna, no momento em que o país começa a construir sua democracia. Promovendo o debate sobre o assunto, o repórter Marcelo Pontes, do **Coojornal**, ouviu no Rio um historiador, um jornalista, um advogado e um general da reserva.

“Este não é um fato que deva permanecer em segredo de Estado”

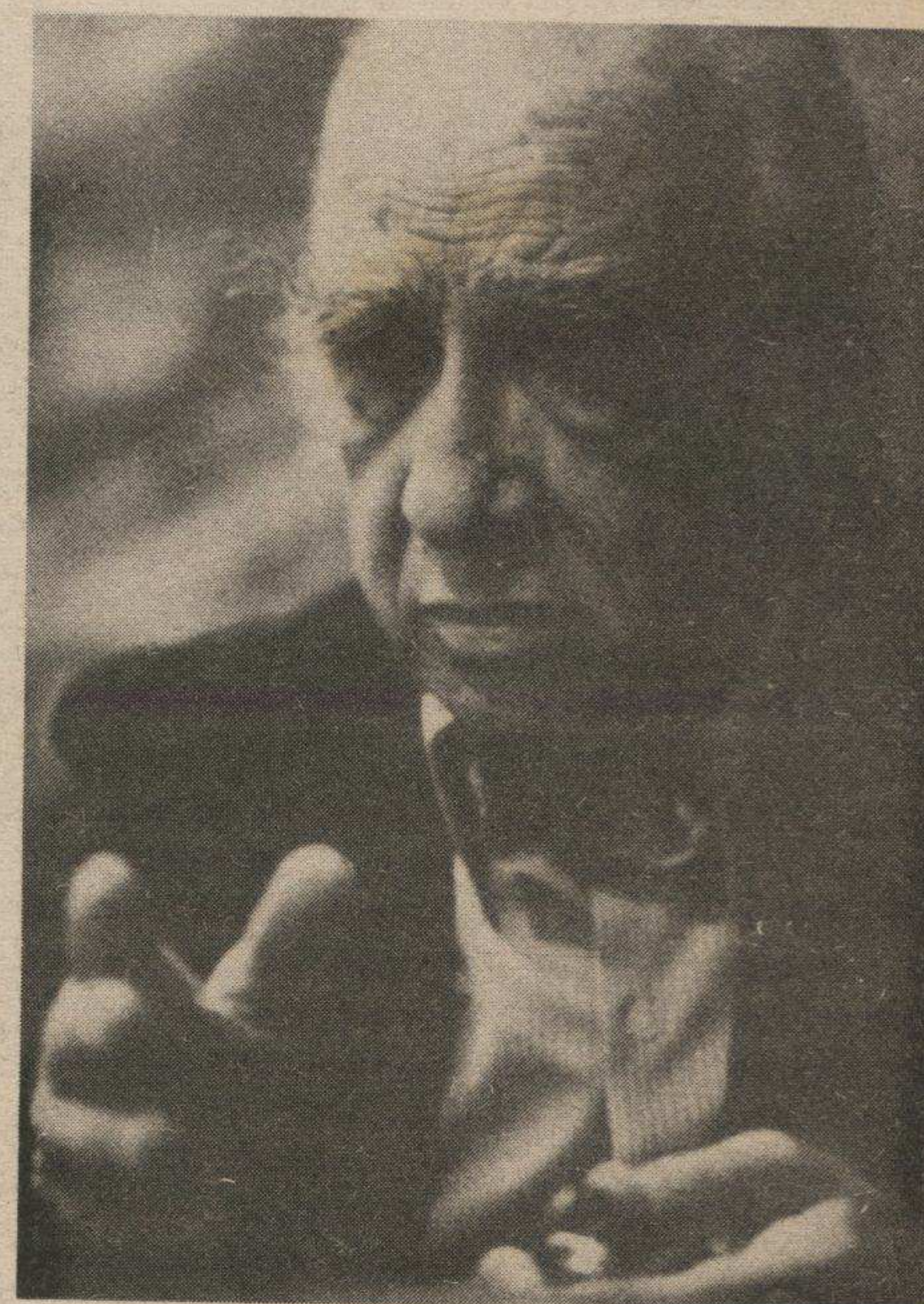
— O conceito de liberdade de imprensa, ou mais especificamente o direito de informação — afirmou o historiador Hélio Silva, autor de uma coleção de livros sobre a história da República —, antes de ser um direito é um dever da imprensa. A imprensa é a voz dos que não têm voz. Um documento de interesse público evidentemente deixa de ser um documento privado de uma entidade, seja ela pública ou privada. No caso de um debate, referente à publicação do **Coojornal**, não se trata de uma informação atinente à segurança nacional, nem estamos, ao que eu saiba, em guerra ou em preparativos para uma guerra próxima. Trata-se de uma operação militar de objetivos políticos visando à sustentação do regime. Ora, isso interessa ao povo. Sua divulgação é um elemento histórico para o julgamento do período em que ocorreu a operação, até mesmo para a defesa do organismo militar que a realizou. Não vejo por que estes documentos devam ser mantidos secretos indefinidamente.

— A legislação, nos países onde existe legislação regulando a consulta de do-

cumentos, como os Estados Unidos — acrescentou Hélio Silva —, estabelece a regra geral que o povo tem o direito de conhecer os documentos oficiais. As restrições, quando são devidas, têm duração de tempo e nunca visam manter em segredo estas ou aquelas providências governamentais que no momento foram determinadas no interesse e pelo arbítrio da situação dominante.

No Brasil, segundo Hélio Silva, não há leis específicas sobre a consulta de documentos oficiais. O acesso a estes documentos, muitas vezes de inestimável valor histórico, fica na dependência do arbítrio da autoridade administrativa encarregada de sua guarda.

Conta, por exemplo, que, quando era ministro das Relações Exteriores do governo Médici, o embaixador Mário Gibson Barbosa baixou portaria proibindo que se fizesse qualquer pesquisa no Itamaraty abrangendo o período que vem desde a Guerra do Paraguai até os dias de hoje. Dessa forma, os pesquisadores encontram dificuldades intransponíveis para levantar capítulos importantes da história contemporânea do país.



Hélio Silva, historiador e escritor

— Várias vezes — diz Hélio Silva — tive acesso em arquivos estrangeiros a documentos brasileiros que não eram expostos a exame no Brasil. Para exemplificar, o pesquisador não consegue examinar em arquivos brasileiros a documentação referente às relações Brasil-Estados Unidos no período Jango. No entanto, na biblioteca Lindon Johnson, na Universidade do Texas, a pesquisadora Phyllis R. Parker e o jornalista Marcos Sá Correa encontraram e puderam divulgar todos os documentos comprovando a Operação Brother Sam, os entendimentos do então coronel Vernon Walters e do embaixador Lincoln Gordon, as providências para a vinda de uma força de petroleiros capaz de abastecer as tropas sublevadas na hipótese de uma guerra civil prolongada, a vinda do porta-aviões pesado Forrestal com suas belonaves e seus fuzileiros e destroiers de apoio, inclusive um destroier equipado com mísseis teleguiados para a eventualidade de uma intervenção, como aconteceu mais tarde em São Domingos, na República Dominicana.

Hélio Silva considerou importante a publicação dos documentos pelo **Coojornal**:

— Se houve uma guerrilha no país, queremos saber como ela se desenvolveu. Se houve uma reação a esta guerrilha, temos que saber se ela foi justificada e se foi excessiva ou não. Este não é um fato que deva permanecer em segredo. Sua publicação não vai alterar relações com país nenhum, mas ocorre que aqui no Brasil só há uma mudança de governo. O governo que se instala normalmente libera documentos do governo anterior. A procura de motivos para processar Juscelino Kubitschek em 1964, mandaram apanhar o arquivo pessoal que ele havia doado ao Museu da República, instalado no Palácio do Catete. O arquivo certamente envolvia muita gente. Tanto que não só não foi usado, como desapareceu.

O Inquérito Policial Militar no III Exército

Em meados de março, após uma troca de notas oficiais entre o Ministério do Exército e a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, a respeito da divulgação dos relatórios do Exército sobre o combate à guerrilha do Vale da Ribeira e a morte de Carlos Lamarca, o III Exército intimou quatro jornalistas do **Coojornal** a prestarem depoimentos na 6ª Divisão.

Inicialmente foram chamados Rafael Guimarães e Rosvita Saueressig. Embora não contasse na intimação, ficou-se sabendo que ambos estavam indiciados num Inquérito Policial Militar, “como cúmplices pela divulgação de documentos secretos do Exército”. O fato causou surpresa, já que nenhum dos dois havia participado da reportagem. No inquérito também figurava como indiciado, um tal Carlos Mar Echevarria de Quadros.

Por recomendação médica, já que estava no oitavo mês de gravidez, Rosvita não depôs. Rafael, por sua vez, prestou um depoimento de cinco horas e meia, acompanhado pelo advogado Marco Tulio de Rose. Mas nem o jornalista nem o advogado tiveram acesso aos autos do inquérito. Tomaram conhecimento parcial

das acusações através das perguntas formuladas pelo encarregado do IPM, o major Roberto Hermes da Fontoura Fonseca.

Suberam, por exemplo, que Carlos Mar Echevarria de Quadros é cabo do Exército, servindo no 14º RCMEC, em Dom Pedrito, RS. Ele teria se apresentado a seu superior, dias após a prisão do sargento Vicente de Paula Caputo, detido como suspeito de ser o responsável pelo vazamento dos relatórios. O cabo Quadros assumiu a responsabilidade pela entrega dos documentos. Segundo informações apuradas durante os demais depoimentos, o cabo teria dito que vendera os documentos ao **Coojornal** por Cr\$ 15 mil.

O advogado da Cooperativa dos Jornalistas, Marco Tulio de Rose, considerou ilegal o impedimento de acesso aos autos e a sessão gaúcha da OAB foi chamada a intervir. Após submeter o caso à apreciação de seu conselho, o presidente Justino Vasconcelos encaminhou um ofício ao encarregado do IPM no sentido de que este permitisse vistas ao inquérito.

Enquanto isso foram intimados os jor-

nalistas Osmar Trindade e Elmar Bones da Costa, autores da reportagem. Eles compareceram à 6ª Divisão do Exército, mas negaram-se a depor enquanto o major não concordasse em mostrar o inquérito ao advogado. O major Fonseca apreciou o pedido da OAB, mas novamente negou o acesso aos autos.

Com isso, os dois jornalistas concordaram em dar depoimentos, mas se negaram a prestar qualquer informação sobre a fonte da reportagem, amparados por lei. Durante os depoimentos, o advogado tomou conhecimento de mais alguns detalhes do inquérito, como, por exemplo, o fato do cabo Carlos Mar Echevarria de Quadros ter servido, durante algum tempo, em organismos de informações do Exército.

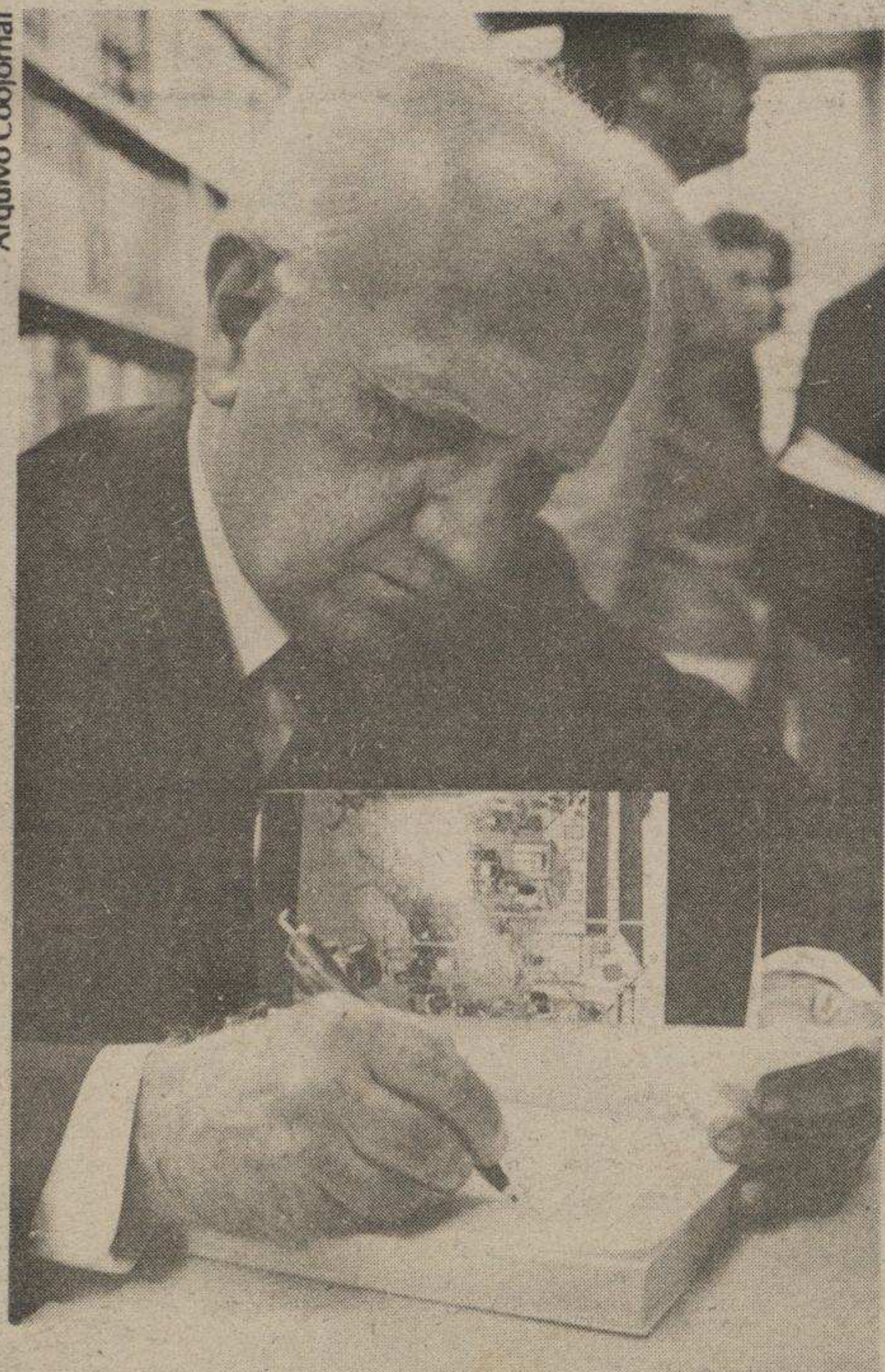
Tomados os depoimentos, o encarregado do inquérito afirmou que pretende encerrar o IPM até o fim do mês de abril. Aí, a questão poderá tomar dois rumos: ou o encaminhamento do inquérito à Justiça para a abertura de processo ou o seu arquivamento. No caso de processo, ele poderá ser remetido à Justiça Militar ou Civil, dependendo da lei em que for enquadrado. Se for pela Lei de Segurança Nacional, ou Código Penal Militar, será julgado pela Justiça Militar. Se for pela Lei de Imprensa, cairá na Justiça Civil.

"A sepultura da Alemanha também não estaria no segredo exagerado do nazismo?"

— Por acaso querem os militares viver dentro de uma redoma? — pergunta o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho. Isso não é possível. As Forças Armadas devem prestar contas ao povo do que fazem, como meio até de corrigir o que está errado. Prestar contas é o dever de todo o cidadão. Não entendo como uma instituição queira ficar isenta desse dever. Como foi importante para os Estados Unidos tomar conhecimento do que ocorreu no Vietnã! Com a publicação dos documentos do Pentágono, a população se levantou inicialmente nas Universidades, depois nas ruas e mudou o curso da História. O efeito prático da divulgação dos documentos do Pentágono foi mostrar à opinião pública que o governo vinha sonhando informações e falseando os próprios fatos. Dava como cogitações o bombardeio dos chamados santuários do inimigo no Camboja, quando o bombardeio há vários meses se verificava sob a alegativa de que era lá que os vietcongs se abrigavam para preparar novos ataques.

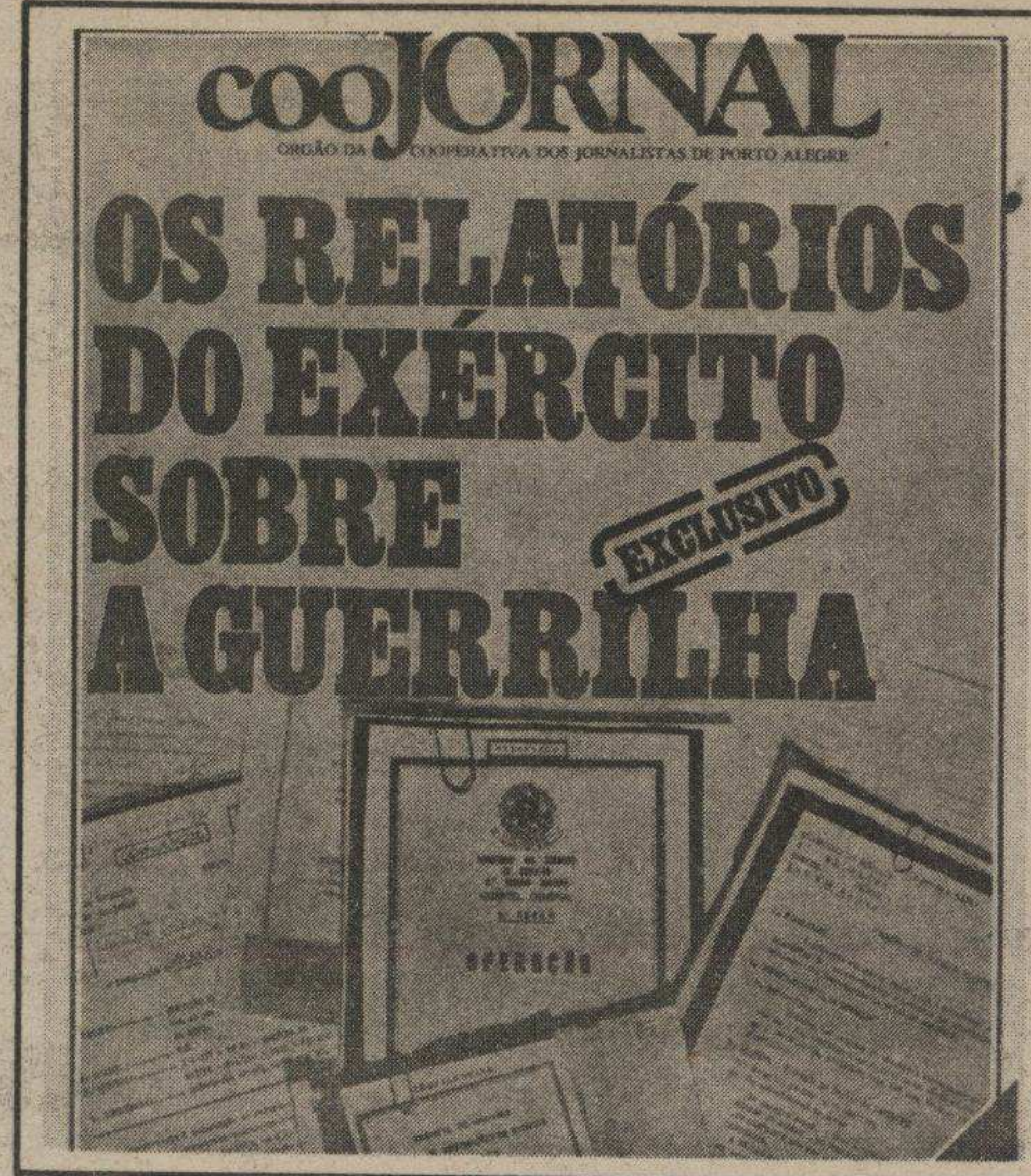
Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras e político bissexto — foi governador de Pernambuco na década de 50 e antecandidato à vice-presidência da República na chapa de Ulisses Guimarães em 1973 —, Barbosa Lima Sobrinho chega a admitir que a imprensa tenha que resguardar os segredos de documentos militares, mas apenas quando há uma guerra iminente ou em desenvolvimento e a publicação possa prejudicar as operações.

— Não havendo ameaça de guerra, pergunto: qual o interesse do segredo? Tanto do ponto de vista do interesse público como do ponto de vista da opinião militar, deve haver interesse de publicar documentos para que se corrijam os erros por acaso cometidos. Não há justificativa para preservar o segredo.



Barbosa Lima Sobrinho, jornalista

Haveria interesse de segurança nacional para sonegar do povo os erros do passado? A menos que os militares se considerem infalíveis, quando a própria infalibilidade do Papa se restringe as questões de doutrina e de dogmas. Se fôssemos levar ao exagero a doutrina do segredo, seríamos capazes de apreender Os Sertões, em que Euclides da Cunha faz um relato sério enumerando os erros de várias expedições enviadas a Canudos. A sepultura da Alemanha também não estaria no segredo exagerado com que o nazismo sonegava tudo sobre o que se passava em suas fileiras?

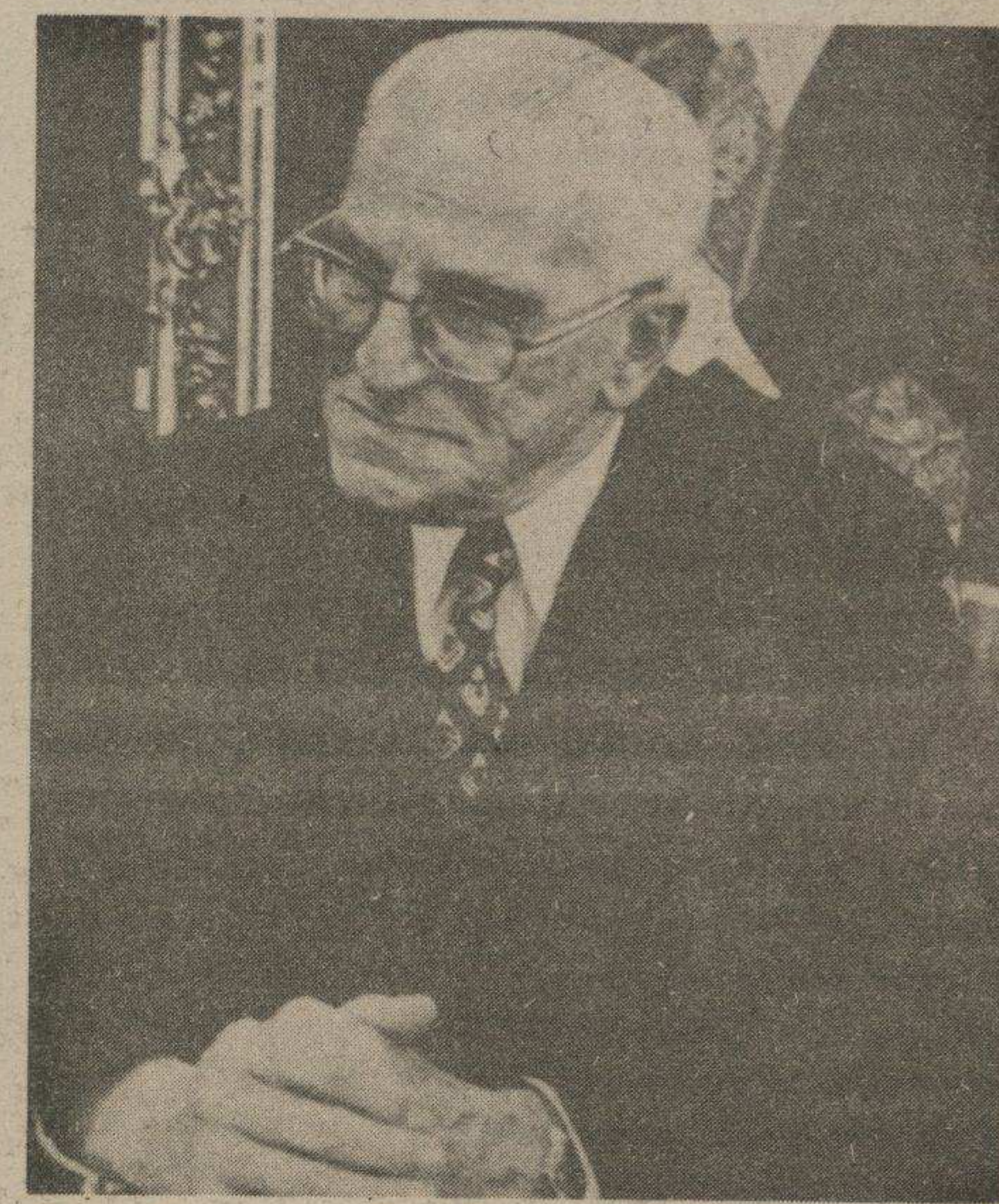


"Não se pode estimular com a impunidade a busca de segredos"

— A democracia — afirma o general da reserva Pery Constant Bevilacqua, ministro do Superior Tribunal Militar, aposentado com base no Ato Institucional nº 5 — respira pelos pulmões da liberdade de imprensa. Sou inteiramente favorável à liberdade de imprensa com responsabilidade e dentro da lei. A imprensa não será forte fora da lei. Por sua vez, a lei deve assegurar plena liberdade de imprensa.

Mas o general não concorda que a imprensa publique um documento considerado secreto, confidencial ou reservado:

— Um documento desse tipo só pode chegar à mão da imprensa através de espionagem. Isso é crime. O timbre de secreto, confidencial ou reservado tem que ser respeitado. Uma pessoa que se apodera de um documento oficial desse tipo comete uma falta grave e deve ser punida. Se eu fosse o juiz encarregado de julgar esse caso dos documentos militares publicados pelo Coojornal, penso que teria razão de sobra para achar que a segurança nacional não foi ameaçada. Mas puniria quem ficou de posse dos documentos de maneira irregular. Não se pode estimular com a impunidade a busca de segredos do Estado ou de documentos secretos. Assim como foram



Pery Constant Bevilacqua, general

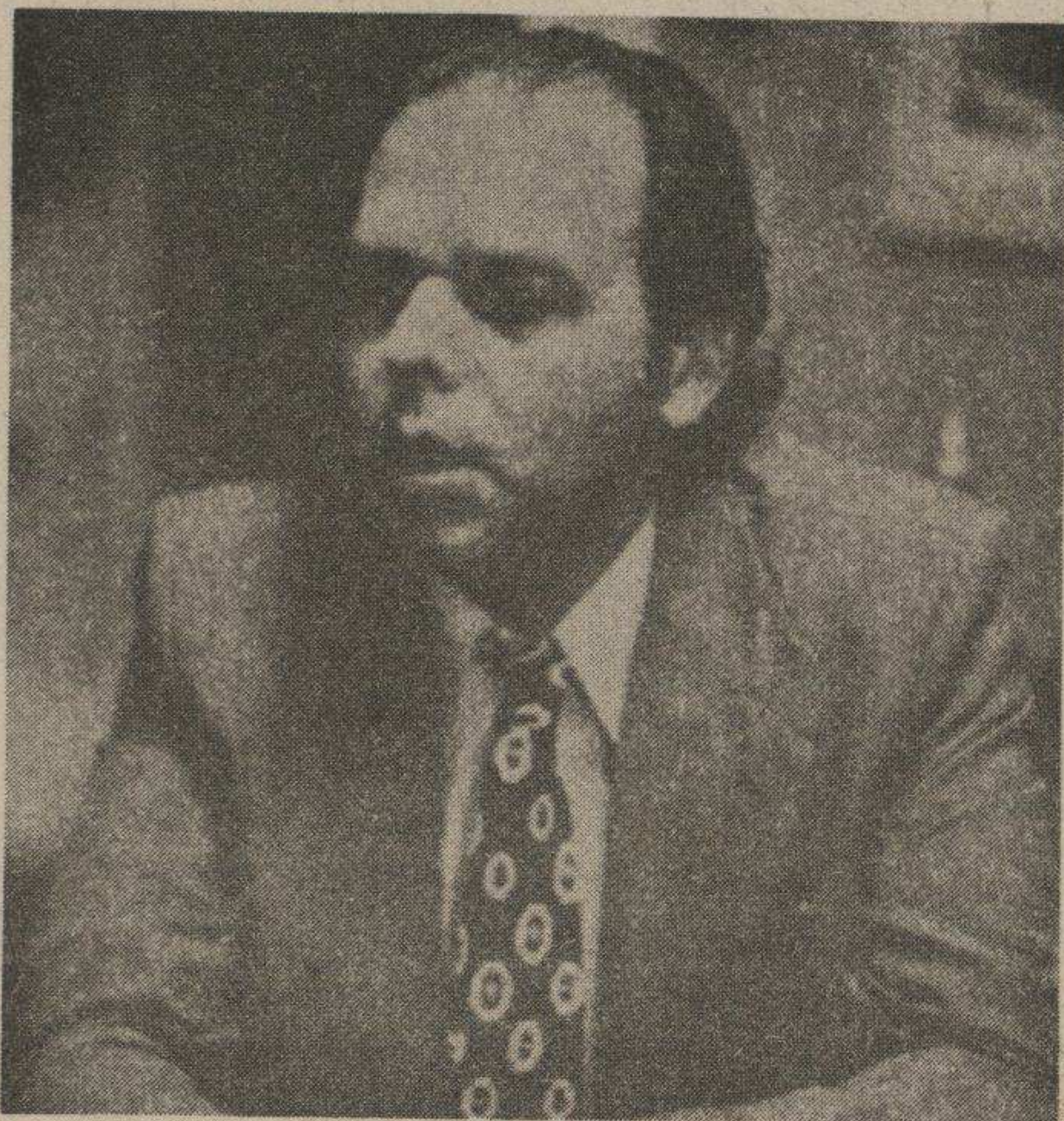
documentos sem maior importância os publicados pelo Coojornal, poderiam ter sido documentos que interessariam à

"Jamais o Executivo deveria ser quem define estas questões"

— Não é o fato de ser secreto — diz o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes — que impede a publicação de um documento. O que deveria impedir seria o mal que a publicação causaria ao interesse maior da comunidade, encarado em termos excepcionais, de uma maneira que realmente configure ameaça séria. Ou seja, em caso de guerra ou, num exemplo mais próximo do dia a dia, na hipótese de uma investigação sobre um crime que possa ter sua apuração comprometida com a divulgação de um determinado fato.

— A esse respeito — afirma Seabra Fagundes —, dois interesses públicos: o interesse de informar e o de preservar um bem qualquer. Se a divulgação de um documento é prejudicial a um interesse maior, deve ser, não proibida a priori a divulgação, mas responsabilizado por ela o jornalista. Mas acho que o interesse maior não deve ser definido pela autoridade administrativa. Jamais o Executivo deveria defini-lo. Sua definição deveria ser dada por uma autoridade do Judiciário.

No episódio específico da publicação de documentos militares pelo Coojornal,

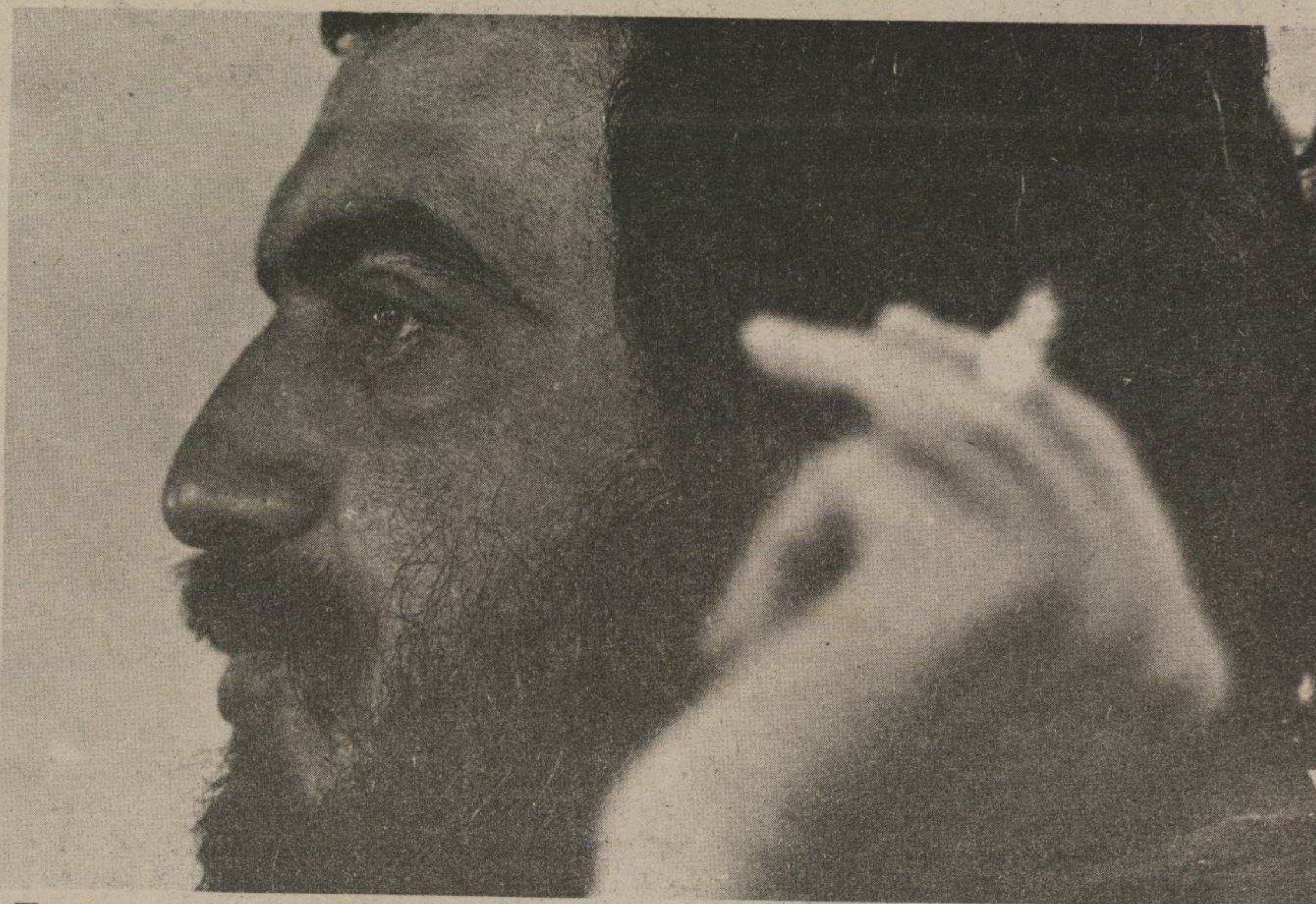


Eduardo Seabra Fagundes, jurista

o presidente da OAB identifica "uma demonstração de autoritarismo":

— As autoridades querem que não se divulgue uma verdade que não ameaça a segurança nacional. Mas não há nenhuma razão para o Estado manter um assunto indefinidamente como confidencial ou secreto.

O Coojornal faz a cabeça do Henfil.



Faça como o Henfil: assine o Coojornal, o jornal que faz a cabeça do pessoal que pensa.

12 edições por apenas Cr\$ 280,00.

Preencha o cupom e remeta-o, junto com o vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre 90.000 - RS.

Cupom de assinatura Coojornal

Nome: _____ N° _____

End.: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão _____

segurança do Estado. Não é o critério de quem tem documentos de maneira irregular que autoriza a sua publicação. O juiz dessa publicação é a autoridade.

No entanto, o general Pery Bevilacqua considera que, como os documentos publicados pelo **Coojornal**, há muitos outros que deveriam ter sido liberados para a pesquisa histórica, uma vez que ao se tornarem públicos não comprometeriam a segurança nacional.

— Como chefe do Estado Maior das Forças Armadas, logo depois do 31 de março de 1964 transformei em ostensivo um documento com o timbre de reservado em que eu analisava para o presidente João Goulart as repercussões sobre disciplina nas Forças Armadas e certos procedimentos que antecederam à Revolução. Como chefe do Emfa entendi com toda a lealdade fazer este relato ao

Presidente para evitar o pior, que seria a sua deposição. Os marinheiros haviam ocupado durante três dias o Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, desafiando as autoridades civis e militares. No comício do dia 31 de março de 1964, a Central Geral de Trabalhadores (CGT) havia dado um prazo para que o Congresso aprovasse as reformas de base do Presidente, sob pena de greve geral nas atividades essenciais. A CGT não teve pejo de em praça pública fazer estas ameaças. Depois da deposição de Jango vimos este horror de autoritarismo, com o Ato 5, que foi o maior erro político da história da Revolução, fonte inesgotável de arbitrio e de crimes com impunidade previamente assegurada. Minha análise na época foi publicada em vários jornais, depois que lhe retirei o carimbo de documento reservado.



A Imprensa derruba os segredos do Pentágono

A Suprema Corte decide que o povo norte-americano deve saber sobre a guerra do Vietnã

Em junho de 1971, um caso rumoroso levado aos tribunais empolgou a opinião pública norte-americana: poderiam The New York Times e The Washington Post — os dois maiores diários do país — publicar documentos sobre a guerra do Vietnã, classificados como secretos pelo Pentágono?

Naquele mês, os dois jornais iniciaram a publicação de parte das sete mil páginas de documentos sobre a guerra. Três dias depois o governo dos Estados Unidos entrou com uma ação contra The Times e o Post, no sentido de proibir a publicação dos demais documentos, considerada pelo executivo como prejudicial à segurança nacional.

Travou-se, então, uma rápida e fulminante batalha judicial. O governo conseguiu sustar temporariamente a publicação até que, em duas semanas, o caso chegava à Suprema Corte dos Estados Unidos. Esta, em decisão considerada histórica, deu ganho de causa aos dois jornais, por seis votos a três — e tanto The Times quanto o Post puderam publicar toda a relação de documentos no Pentágono.

O caso suscitado com a publicação, pelo Coojornal, de relatórios do Exército sobre as guerrilhas brasileiras, abriu debate semelhante em nosso país. Tanto que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pretende publicar, nos próximos dias, a íntegra da sentença lavrada na Suprema Corte norte-americana. A seguir, publicamos os principais trechos desta sentença, traduzida por Lêda Boechat Rodrigues:

Deve-se notar, de início, que a Primeira Emenda estabelece que "o Congresso não fará qualquer lei... restringindo a liberdade de palavra ou de imprensa". Estas palavras, a meu ver, não admitem de nenhuma maneira a censura governamental à imprensa.

Não existe, além disso, qualquer lei barrando a publicação pela imprensa do material que *The Times* e o *Post* procuram usar (...). A afirmativa do juiz Gurfein no caso do *The Times* (...) foi, portanto, plenamente válida. Além disso, a lei de 23 de setembro de 1950 (...) estabelece na Seção 1(b) que:

"Nada nesta lei será interpretado de modo a autorizar, requerer, ou estabelecer censura militar ou civil ou de qualquer maneira limitar ou infringir a liberdade de imprensa ou de palavras garantida pela Constituição dos Estados Unidos, e nenhum regulamento será promulgado visando tal efeito (...)."

O governo diz que tem poderes inerentes para vir à Corte e obter um interdito (*injunction*) para proteger o in-

teresse nacional, que neste caso alega-se ser a segurança nacional. O caso *Near v. Minnesota* repudiou esta doutrina expansiva em termos inequívocos.

O propósito dominante da Primeira Emenda foi proibir a prática generalizada da supressão governamental de informações embaraçosas. É do conhecimento geral que a Primeira Emenda foi aprovada contra o uso generalizado da regra do direito costumeiro (*common law*) relativa à calúnia e difamação para punir a disseminação de material embaraçoso para os poderes constituídos (...). Os atuais casos, penso, entrarão na história como a ilustração mais dramática desse princípio. Um debate de largas proporções se desenrola na nação sobre nossa posição no Vietnã. Este debate precedeu a divulgação do conteúdo dos documentos em questão. E estes são altamente relevantes para o debate que continua.

O segredo no governo é fundamentalmente antidemocrático, perpetuando os erros burocráticos. O debate e a discussão abertos dos fins públicos são vitais para a nossa saúde nacional. Sobre as questões públicas deveria haver "debate aberto e robusto" (...) (**Voto do ministro Douglas**).

Sem uma imprensa informada e livre não pode existir um povo esclarecido

Na estrutura governamental criada pela nossa Constituição, o Executivo goza de enorme poder nas duas áreas relativas à defesa nacional e às relações internacionais. Este poder, largamente não contrastado pelos ramos Legislativo e Judiciário, foi levado ao auge desde o advento da era dos mísseis nucleares. Para o bem ou para o mal, o simples fato é que o presidente dos Estados Unidos possui independência vastamente maior nestas duas áreas vitais de poder do que, por exemplo, um primeiro ministro de um país com a forma parlamentar de governo.

Na ausência dos pesos e contrapesos governamentais vigorantes em outras áreas da nossa vida nacional, a única restrição efetiva à política e ao poder Executivo na área da defesa nacional e dos negócios internacionais deve basear-se numa cidadania esclarecida — numa

opinião pública informada e crítica, que somente ela pode, aqui, proteger os valores do governo democrático. Por esta razão, é talvez aqui que uma imprensa alerta, consciente e livre serve ao propósito básico da Primeira Emenda. Pois sem uma imprensa informada e livre não pode existir um povo esclarecido (...).

No caso atual não nos pedem para interpretar latamente regulamentos específicos nem para aplicar leis específicas. Pedem-nos, em vez disso, para desempenhar uma função que a Constituição deu ao Executivo, não ao Judiciário (...). Pedem-nos, simplesmente, que impeçamos a publicação pelos dois jornais do material que o ramo Executivo insiste não deveria ser publicado em face do interesse nacional. Estou convencido que o Executivo tem razão em relação a alguns dos documentos. Mas não posso dizer que a revelação de qualquer deles certamente resultará em dano direto, imediato e irreparável à nossa nação ou seu povo. Assim sendo, de acordo com a Primeira Emenda, só pode haver uma resolução judicial da questão que nos foi submetida. Adiro ao julgamento da Corte (**Voto do ministro Stewart**).

O governo sustenta que a única questão neste caso é se numa ação pelos Estados Unidos, "a Primeira Emenda impede um tribunal de proibir um jornal de publicar material cuja revelação constituiria um grave e imediato perigo à segurança dos Estados Unidos" (...). Com todo o devido respeito creio que a questão mais importante neste caso é ainda mais básica do que a apresentada pelo Consultor Geral. A questão é saber se esta Corte ou o Congresso têm o poder de fazer leis.

Neste caso não existe qualquer problema relativo ao poder do presidente de classificar informação como "secreta" ou "secretíssima". O Congresso reconheceu especificamente a autoridade do presidente, que foi formalmente exercida no Decreto Executivo 10.501, para classificar documentos e informações (...). Nem se apresenta aqui qualquer questão relativa ao poder do presidente como chefe do Executivo e comandante-em-chefe para proteger a segurança nacional disciplinando empregados que revelam informações e tomam todas as precauções para evitar que a mesma transpire.

O problema aqui, consiste em saber se neste caso particular o ramo Executivo tem autoridade para invocar a jurisdição de equidade dos tribunais para proteger o que ele acredita ser o interesse nacional (...). O governo argumenta que em aditamento ao poder inerente de qualquer governo para proteger-se, o poder do presidente de conduzir os negócios estrangeiros e sua posição como coman-

dante-em-chefe lhe dão autoridade para impor censura à imprensa a fim de proteger sua faculdade de tratar eficazmente com as nações estrangeiras e conduzir os assuntos militares do país. De fato, além de qualquer sofisma, reconhecemos que o presidente tem amplos poderes em virtude sua responsabilidade primária para a condução de nossos negócios estrangeiros e sua posição como comandante-em-chefe (...).

Seria, entretanto, altamente incoerente com o conceito de separação de poderes esta Corte usar de seu poder de desacato (*contempt*) para impedir comportamento que o Congresso, especificamente, deixou de proibir.

(...) Pode ser mais conveniente para o Executivo, se ele apenas tem de convencer um juiz a proibir certa conduta, em vez de pedir ao Congresso que aprove uma lei, e pode ser mais conveniente executar uma ordem de desacato do que procurar uma obtenção criminal num julgamento pelo júri.

(...) Mesmo que se determine que o governo não poderia, de boa fé, agir criminalmente contra *The New York Times* e *The Washington Post*, é claro que o Congresso rejeitou especificamente a aprovação de legislação que pudesse claramente dar ao presidente o poder que ele aqui busca assegurar e tornasse ilegal a atual atividade dos jornais. Quando o Congresso especificamente se nega a tornar criminosa uma conduta não cabe a esta Corte decidir de novo essas questões — ou sobrepor-se ao Congresso (...).

A responsabilidade de uma imprensa livre é impedir que o governo engane o povo

O Congresso rejeitou essa proposta depois de ter sido declarada guerra contra a Alemanha, ainda que muitos acreditassem que a ameaça de vazamento de informações de segurança e espionagem fosse séria. O Executivo não foi ao Congresso pedir que a decisão de dar-lhe tal poder fosse reconsiderada. Ao contrário, o Executivo vem a essa Corte e pede que lhe conceda o poder que o Congresso se recusou a dar-lhe.

(...) Ou o governo tem o poder, mediante autorização legal, de usar o direito criminal tradicional para proteger o país, ou, se não existe tal base para sustentar que o Congresso tornou tal atividade um crime, é claro que o Congresso especificamente recusou conceder a autoridade que o governo busca nesta Corte (...).

Não compete a esta Corte arremessar-se em cada brecha percebida por algum funcionário do governo, nem cabe a esta Corte tomar a si o encargo de decretar leis, especialmente leis que o Congresso recusou aprovar (...). (**Voto do ministro Marshall**).

Adiro à opinião de que ao processo do governo contra *The Washington Post* deveria ter sido negado provimento, e que o interdito contra *The New York Times* deveria ter sido rejeitado sem debate oral, quando ambos foram

apresentados a esta Corte pela primeira vez. Acredito que cada momento de continuação do interdito contra esses jornais representa uma violação flagrante, indefensável e continuada da Primeira Emenda.(...). A meu ver é lamentável que alguns colegas queiram aparentemente sustentar que a publicação de notícias pode algumas vezes ser impedida. Tal opinião reduziria a pedações a Primeira Emenda.

(...) Ao pedir interditos contra esses jornais e ao apresentá-los a esta Corte, o ramo Executivo parece ter esquecido o propósito essencial e a história da Primeira Emenda.(...). As Emendas foram apresentadas para cortar e restringir os poderes gerais atribuídos ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário.(...). A Declaração de Direitos mudou a Constituição Original numa nova carta debaixo da qual nenhum ramo do governo poderia limitar as liberdades do povo, de imprensa, palavra, religião e reunião (...).

Na Primeira Emenda, os Fundadores da Pátria deram à liberdade de imprensa a proteção que deve ter para cumprir seu papel essencial em nossa democracia. A imprensa devia servir aos governados, não aos governantes. O poder do governo de censurar a imprensa foi abolido, de modo que a imprensa permanecesse para sempre livre para censurar o governo. A imprensa foi protegida de forma que poderia desvendar os segredos do governo e informar o povo. Somente uma imprensa livre e ilimitada pode efetivamente expor a fraude no governo. E mais que tudo, entre as responsabilidades de uma imprensa livre está o dever de impedir que qualquer parte do governo engane o povo e o mande para terras distantes para morrer de febres estranhas e armas estrangeiras.

A palavra "segurança" é uma generalidade ampla e vaga

No meu ponto de vista, longe de merecer condenação pela sua curiosa reportagem, *The New York Times*, *The Washington Post* e outros jornais deveriam ser elogiados por atenderem os propósitos que os Fundadores da Pátria viram tão claramente. Ao revelar as operações do governo que conduziram à guerra do Vietnã, os jornais nobremente fizeram precisamente aquilo que os Fundadores da Pátria esperavam e confiavam que eles fizessem.

(...) A palavra "segurança" é uma generalidade ampla e vaga cujos contornos não deveriam ser invocados para abrigar a lei fundamental incorporada na Primeira Emenda. A guarda de segredos militares e diplomáticos à custa de um governo representativo informado não assegura nenhuma segurança real para a nossa República. Os elaboradores da Primeira Emenda, totalmente conscientes da necessidade de defender uma jovem nação e impedir os abusos dos governos ingleses e coloniais, procuraram dar a esta nova sociedade força e segurança, assegurando que a liberdade de palavra, imprensa, religião e reunião não seria restringida.

Esté pensamento foi expresso de modo eloqüente em 1937 pelo presidente da Suprema Corte, Hughes — grande homem e grande presidente que foi — quando esta Corte sustentou que um homem não podia ser punido por participar de uma reunião dirigida por comunistas.

"Quanto maior for a importância de salvaguardar a comunidade de incitamento à derrubada de nossas instituições pela força e a violência, mais imperativa é a necessidade de preservar, inviolavelmente, os direitos constitucionais de livre palavra, livre imprensa e livre associação, a fim de manter a oportunidade de livre discussão política, a fim de que o governo possa responder à vontade do povo, e que as mudanças, se forem desejadas, possam ser obtidas por meios pacíficos. Aí repousa a segurança da República, a própria base do governo constitucional" (Voto do ministro White).

Manifestações pela liberdade de informar

Em função das duas notas do Ministério do Exército e da abertura de Inquérito Policial Militar contra jornalistas do **Coojornal**, várias entidades, sindicatos, associações e parlamentares manifestaram sua solidariedade à Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. "Não podemos admitir restrições ao jornalismo sério e responsável praticado pela imprensa no Brasil, do qual o **Coojornal** é um exemplo, assim como defenderemos sempre o direito de informar, por parte da imprensa, e o de ser informado, por parte de cada cidadão brasileiro", diz a nota assinada pelos sindicatos de jornalistas profissionais dos seguintes locais: Distrito Federal, Porto Alegre, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Pará, Juiz de Fora, Alagoas e Piauí. Além destes, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e o Sindicato dos Radialistas de Alagoas igualmente manifestaram apoio.

A direção da Associação Rio Grandense de Imprensa enviou mensagem ao presidente João Batista Figueiredo, solicitando providências para terminar com métodos de violência e intimidação contra jornalistas profissionais. Um dos trechos da nota diz: "A matéria, integral-

mente baseada em documentos oficiais constitui — por sua natureza e técnica — importante peça de jornalismo investigativo moderno e relata, com fidelidade, episódios da história nacional que todo o jornalista tem obrigação profissional de divulgar e todos os brasileiros têm o direito de conhecer".

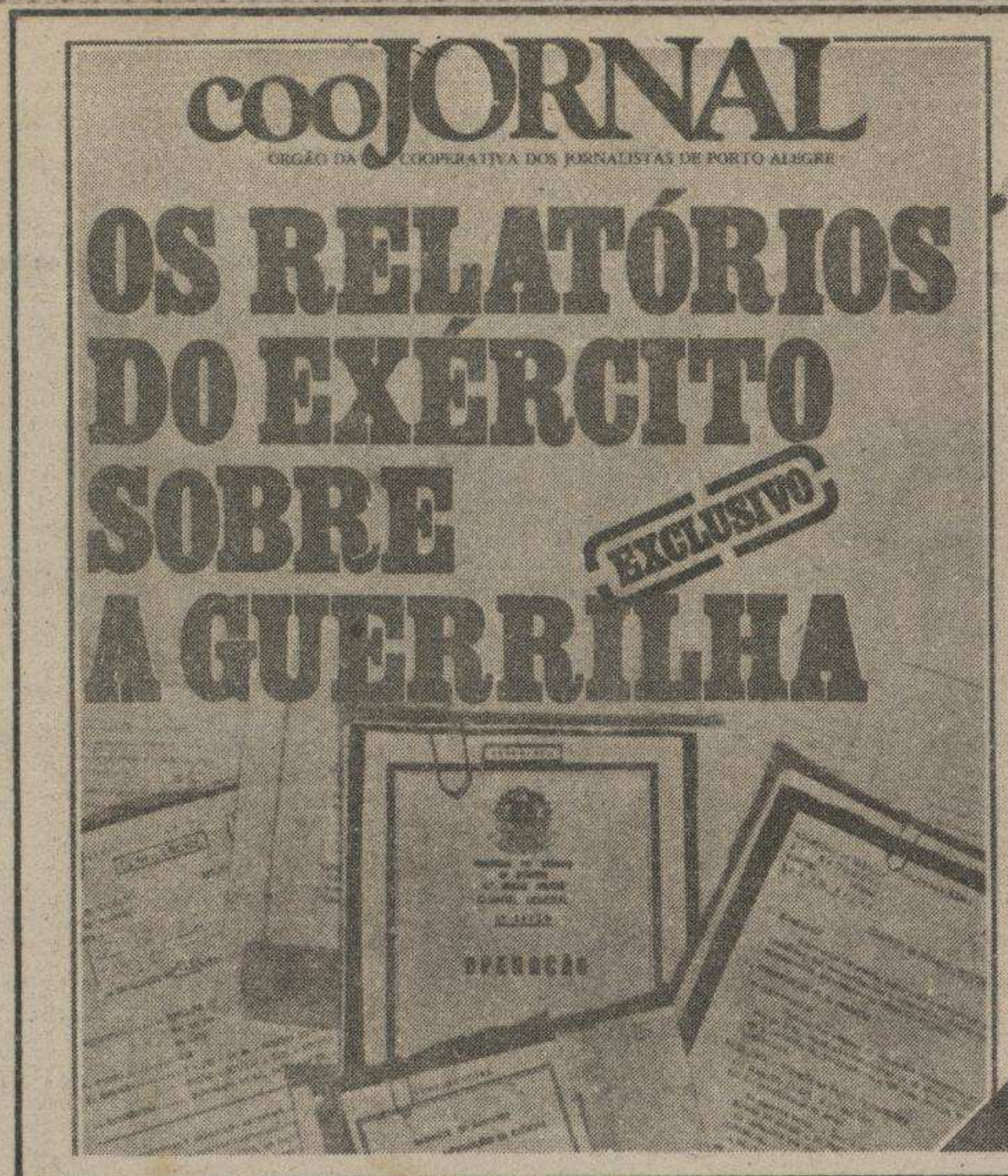
Com base na mensagem da ARI, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) emitiu uma nota na qual compara a divulgação dos documentos do **Coojornal** com a divulgação dos papéis do Pentágono, que "acabou decidida em acórdão da Corte Suprema daquele país, reconhecendo que a divulgação se integrava nos termos da liberdade de informação, assegurada lá, como aqui, pelos preceitos da Constituição vigente". A entidade reafirma que "não recusará seu apoio à divulgação de documentos que passaram a ter maior importância para a reconstituição histórica de que para pronunciamento político do momento".

Dia 17 de março, na abertura da assembleia semestral da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), em San Jose da Costa Rica, o jornalista José César Ferreira de Mesquita apresentou um relatório sobre a liberdade de imprensa no Brasil, no qual menciona o episódio

da divulgação de documentos do Exército pelo **Coojornal**, colocando-o entre os "abusos por parte de autoridades legais".

Na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, foi aprovada uma moção de apoio e solidariedade aos jornalistas indiciados no inquérito e à direção do **Coojornal**. A moção reproduz trechos do comentário assinado pelo jornalista Alberto Dines, publicado na edição de 27 de fevereiro da *Folha de São Paulo*, que classifica a reação do Ministério do Exército como "puro arbítrio". Os vereadores caxienses entendem que "somente com liberdade cada homem assume a responsabilidade de ação legal e efetiva, construtiva ou crítica".

A reportagem do **Coojornal** foi levada à Câmara Federal pelo deputado Audálio Dantas (PMDB/SP) que lhe dedicou um capítulo especial em seu extenso pronunciamento sobre a situação da imprensa no Brasil, feito dia 11 de abril. Na Assembleia Legislativa gaúcha, o deputado César Schirmer manifestou a solidariedade da bancada do PMDB "por mais esta violência que se comete contra a imprensa brasileira". Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o vereador Antônio Cândido, líder do PT, também deu seu apoio ao jornal.



Nós fizemos a cabeça de Gabeira



AMPIÃO começou a falar

de "translado do corpo" na época do Dr. Faleão

nunca mais parou.

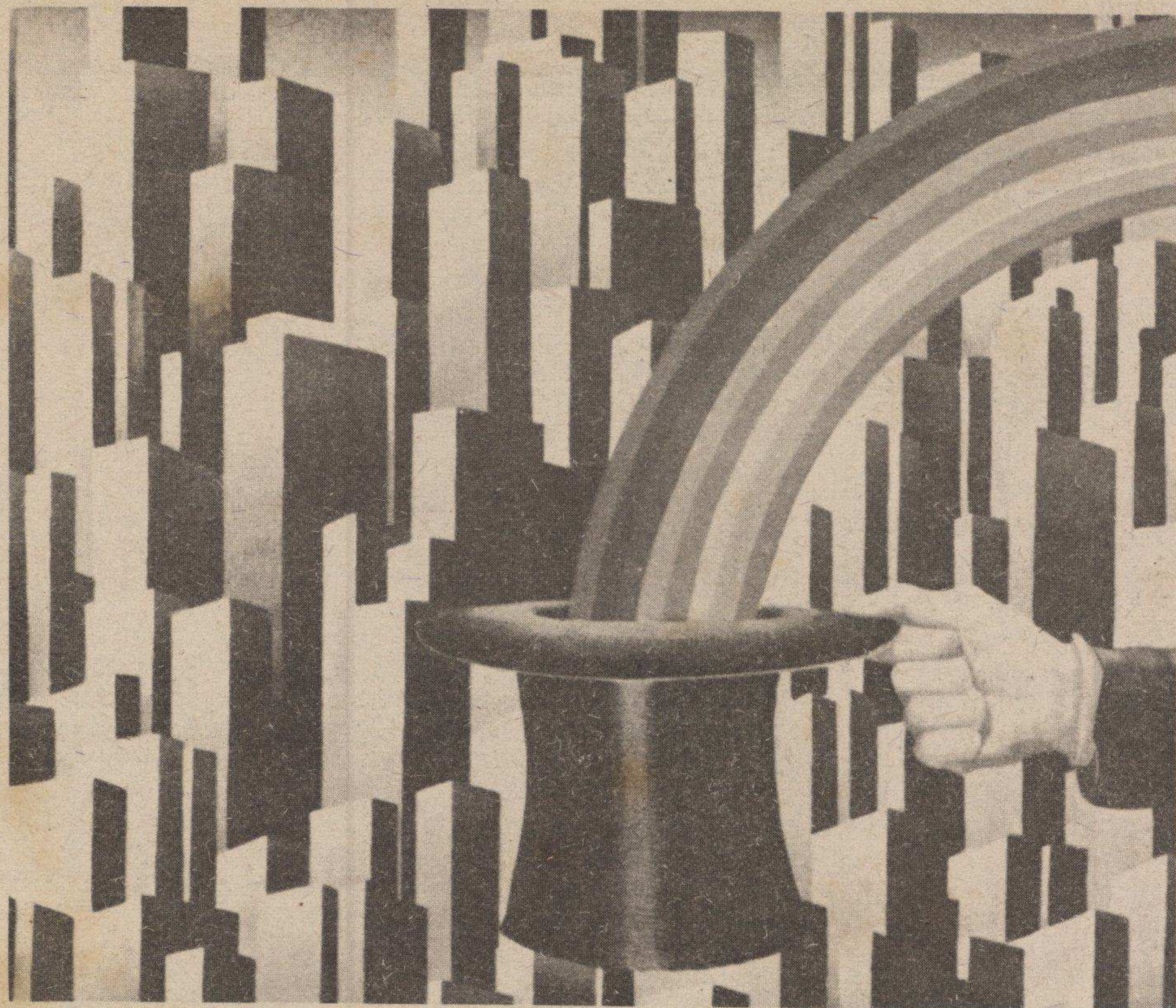
o jornal das minorias

Desejo receber uma assinatura anual de

LAMPIÃO da Esquina ao preço de Cr\$ 300,00

Envie cheque ou vale postal para a Esquina — Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. — Caixa Postal 41031 — Santa Teresa — Rio de Janeiro-RJ. CEP 20241

L Nome _____
 | Endereço _____
 | CEP _____ Cidade _____ Estado _____



PASSAGEIRO DOS ANOS SETENTA

NO MEIO DA RUA, Nei Duclós, L&PM Editora, 75 páginas, Cr\$ 120,00

Conheci Nei na distante e já quase perdida Uruguiana, em 1968. Ficamos irmãos. Não na poesia do poema que às vezes é frágil, mas na poesia da vida, que se levanta de manhã e trabalha, como operário comum, e brilha nos olhos da noite e dorme tarde e levanta no outro dia e volta a trabalhar. Falei que *No Meio da Rua* é um testemunho, porque incorpora-se ao pedaço histórico dos anos setenta; como um caminho, uma pedra de luz, o sentimento forte dos que seguiram adiante nos dias pesados e negros e conseguiram transparecer na grafia clara do outro dia a palavra que se salva para denunciar e ficar. É dessa carne o passageiro que nos fala seu livro. Enganam-se aqueles que o tratam como um caminhador de estrada. Ele é um sobrevivente dos pesadelos, temporais e agonias dos últimos anos e já se acha em um novo lugar, com as roupas da esperança, refazendo-se para prosseguir.

Desde a primeira vez, vi que Nei era poeta, não aquele que se junta à literatura para pertencer aos anuários da crítica ou aquele que se inscreve no *society literário* que devasta o país. Mas aquele que escreve para salvar-se e salvar na luz do seu verso os passageiros desta noite solene que atravessamos.

Quem tentar matriculá-lo em gerações não o leu com o coração, apanhou teorias nos gabinetes poéticos e tenta codificá-lo. O poeta não tem adjetivos ou tempo. Ele é o passageiro, no meio da rua, no meio da cidade, no meio da vida, no meio do mundo.

Nei, com seu livro, ocupa um espaço necessário, longe do carreirismo literário e dos escritores de gabinete. Com seu poema entrega o sentimento da vida por onde possamos respirar a pequena tranquilidade e enfrentarmos com esperança o tempo que também criamos. Esse livro ficará sem datas ou *ismos*, pois pertence à melhor poesia que testemunha o tempo sombrio dos anos setenta.

ROTINA Nei Duclós

Atravesso a rua dos assassinatos sem olhar para o lado preciso alcançar o ônibus, rápido e escapar das perguntas que me faço

Em direção ao meu quarto olho, indiferente, a cidade e vejo, desesperado o desfile de assaltos

No banco da solidão penso nos crimes

que voltarão amanhã e estico, com tensão meu corpo cansado

Como fica difícil escrever com poucas palavras

Como fica difícil viver sem responder nada

Como fica difícil calar enquanto passo

Luis de Miranda

A MINHA RESPOSTA É FOGO

POEMAS DO POVO DA NOITE, de Pedro Tierra, Editorial Livramento, Cr\$ 120,00.

Lançado em abril de 1979, somente no final do ano chegou a Porto Alegre o livro de Pedro Tierra *POEMAS DO POVO DA NOITE*. Menção honrosa no "prêmio Casa das Américas (La Habana, 1977) e com traduções em alemão, italiano e espanhol, o livro de Pedro Tierra, na palavra de Pedro Casaldáliga, que o prefaciou, é uma obra que "se lê e se passa

como um telegrama de urgência, como um grito de guerra, ou então se queima, covardemente, às escondidas", porque "o fogo do suplício queimou muitas vezes a carne do seu cantor". É ainda Pedro Casaldáliga quem pergunta: "Será que alguém já publicou, nestes dez últimos anos de poesia e de noite, no Brasil, um livro de poemas mais verdadeiros, versos mais comprometidos com a vida, com a morte, com o povo?"

Não é, pois, como se vê, mais um livro de poesia, apenas. Mais do que isso, é um livro terrível, uma obra de denúncia, uma crônica poética da inquisição política que se abateu sobre o país após 1964. Pedro Tierra (pseudônimo que o autor usou para conseguir ludibriar a polícia e enviar seus poemas para fora da prisão) sofreu diretamente os horrores da prisão, dos interrogatórios exaustivos, das torturas, do desespero de ver inúmeros companheiros serem duplicados e mortos. E justamente esta carga de vida sofrida, maltratada, mal-amada, humilhada é a força que faz explodir sua palavra como testemunho de um tempo mau: "Venho falar pela boca de meus mortos/ Sou poeta-testemunha/ poeta da geração de sonho/ e sangue/ sobre as ruas de meu país".

Se, em alguns momentos, movido pela ânsia da denúncia, levado pelo desespero da memória, o fluxo poético ameaça se perder no descritivo (até mesmo, às vezes, no jornalístico) — o que jamais, no entanto, chega a invalidar o poema, como tal — em outros o poeta atinge a dimensão dramática de um Neruda ou de um Maiakowski. É um poeta que não fala de flores e, até mesmo quando fala de amores, a amargura está presente nos olhos da companheira, "aprisionados como passarinhos". Seu povo percorre a noite do seu tempo, numa estrada vazia, "sem trânsito", porque "o inimigo é a noite". O poeta tem consciência de que "na marcha noturna/ difícil é distinguir a cor dos olhos/ a forma do rosto", eis que "o tempo exige olhos afeitos à escuridão/ e sapatos habituados à marcha". O universo poético de Pedro Tierra é uma sotrana geografia, onde não há espaço para os luminosos e onde um simples lâmpião serve apenas para contrastar as trevas. Neste território ele traça o rumo dos que buscam o dia, daquelas que, paciente e tenazmente, tentam tecer auroras na perpétua vigília, sabedor de que "não vem da rua aos teus ouvidos/ nenhuma canção de ninar". Em tempos tais, as portas não se abrem para o espaço livre, mas servem apenas de obstáculo e prisão: "Batidas as portas/ as chaves na sombra/ Esta é uma terra de crime". E nessa longa noite de terror, o sol, quando nasce, apenas "brilha sobre os fugitivos/ os acidentados/ os suicidas..."

Mas, por trás das portas, no meio da noite, na curva de um poema ainda brilha a esperança na afirmação do poeta:

"Recurvo no ventre/ em dor renasço/ na recusa/ de minha morte".

Poemas do povo da noite é um livro denso e amargo. Mas o poeta, cronista da dor, não se abate nem se permite qualquer desesperança no amanhã. Certo de que o dia ainda surgirá, escreve: "Chega com a manhã/ o rumor de multidões atarefadas/ são os filhos do povo a martelar/ o ferro livre das armas". Como diz Pedro Casaldáliga: "Poesia dura, duro material de resistência e de luta, nunca entretanto perdeu a ternura esta poesia simplesmente humana. Nunca este poeta — forjador do Dia — malhou na bigorna sem ternura".

Impossível não pensar em Brecht, ou Maiakowski ou Neruda ao ler o verso final de *Poemas do povo da noite*: "Recuei recuando/ aafiando as facas/ do desespero./ Esgotou-se o leite da renúncia./ Resta/ o bagaço de minerais exaustos./ Como quem retrocedeu/ à primitiva fúria/ amargo em meus braços/ a tensa muculatura/ dos fuzis./ MINHA RESPOSTA É FOGO!"

CARLOS CARVALHO

VIVENDO A PRÓPRIA VERDADE

PEDRO PÁRAMO, de Juan Rulfo. Editora Paz e Terra, 1979, Cr\$ 215,00.

A prosa fantástica latino-americana, cujos principais representantes são os argentinos Jorge Luis Borges e Júlio Cortázar, o colombiano Gabriel Garcia Marquez, os peruanos Manuel e Walter Scorza, os brasileiros Guimarães Rosa e Murilo Rubião, que fizeram a prosa do continente lida e respeitada em todo o mundo, assume proporções de igualdade no romance *Pedro Páramo*, do mexicano Juan Rulfo.

Lançado em 1955 no México, um ano antes do que viria a ser o carro-chefe da literatura brasileira *Grande Sertão, Veredas*, *Pedro Páramo*, pela sua força e beleza, compara-se em qualidade ao *Jogo da Amarelinhas*, de Cortázar. Certo crítico lembrou que nele "está contida toda a tragédia mexicana".

Romance verdadeiramente elegiaco, nele a terra natal (Comala) é habitada por pessoas vivas e mortas, todas porém, dominadas segundo as vontades do *terratiente* Pedro Páramo. Mostrando ainda aspectos negativos da revolução mexicana e o fim neste país do que entre nós seria o *coronelismo*, senhores donos das verdades e das terras, o personagem central, Pedro Páramo, tem tudo para ser feliz. Porém a sua única paixão, interrompida pela morte de Susana de San Juan, que, além de louca, nunca chegou a corresponder ao seu amor, faz com que este *terratiente* perca a vontade de viver. Padece com ele Comala, povoado que estava à sua mercê; restando somente *murmullöse* "ecos de vida extinta".

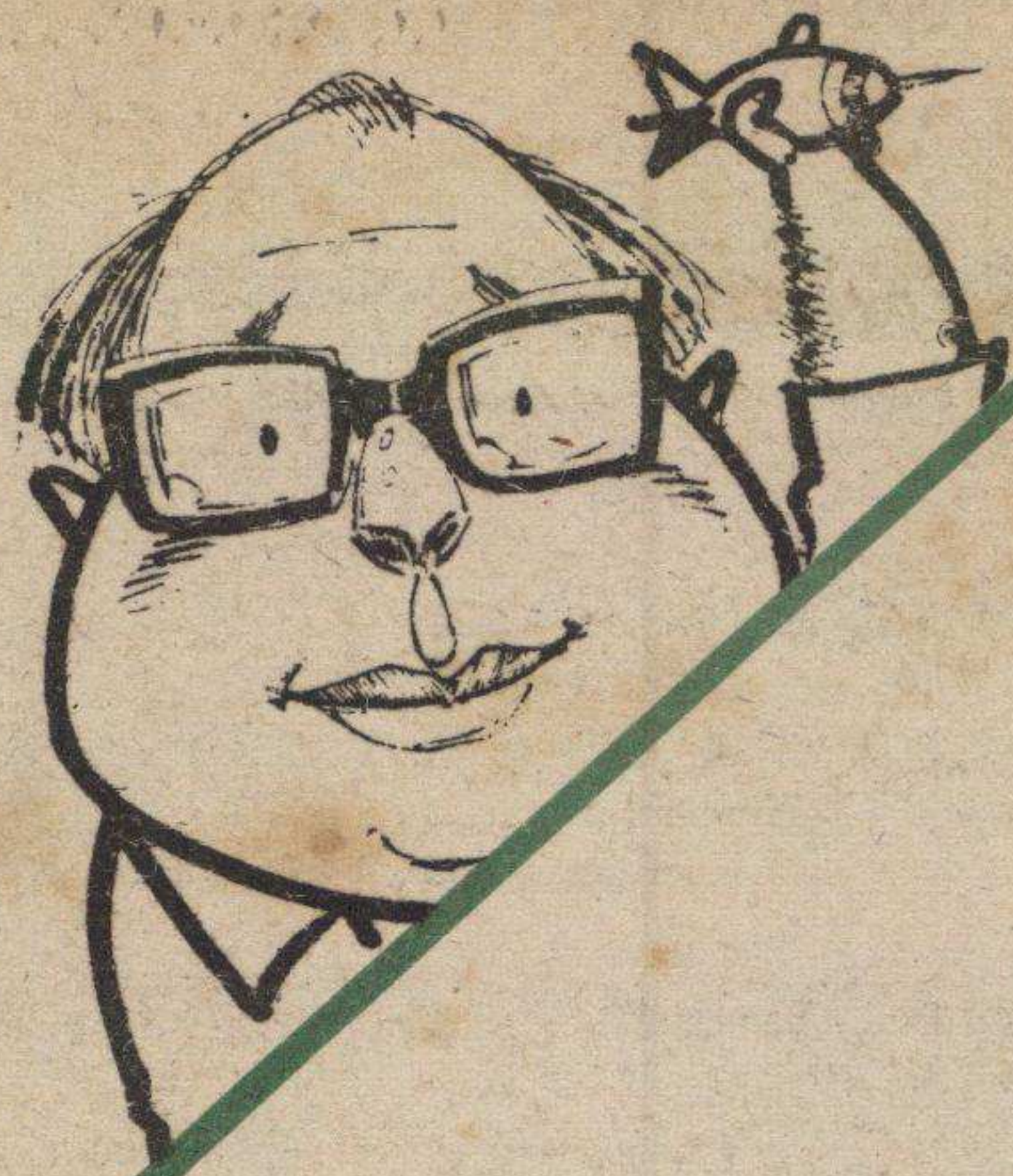
Enquanto Comala se transforma em um povoado de fantasmas, um filho de Pedro Páramo (um dos muitos), Juan Preciado, chega para procurá-lo e para cobrar, o que segundo sua mãe (abandonada por Páramo), "lhes é de direito". — Juan Preciado, no entanto, só encontra escombros, ruínas e misérias. "Aqui no vive nadie" — exclama boquiaberto.

A narrativa passa-se em planos diferentes, onde a fantasia, a lembrança dos sonhos e dos mortos, se mesclam ao realismo e as ilusões à verdade. O que existe são seres arrastados pela fatalidade, mortos e vivos em iguais condições, pois em Comala os mortos não diferem dos vivos, e vice-versa. Todos se encontram em estado de penúria, lamentações e sonhos. E em situações que hora divergem, todos são vítimas fatais do jugo dos Páramo. Pedro e Miguelito, seu filho.

Em uma linguagem concisa, com períodos curtos, onde o narrador ora é o autor, em terceira pessoa, ou Juan Preciado (simbolizando a desmistificação do machismo mexicano), Rulfo conseguiu dar a este romance, de pouco mais de 100 páginas, uma beleza raramente encontrada pois nelé cada personagem, dentro de sua individualidade, vive a própria verdade.

CARLOS HERCULANO LOPES





LUIS FERNANDO VERISSIMO

OS SETE GATOS

Senhor Secretário de Bocha, Bolão e Cultura, qual é sua opinião sobre o filme *Os 7 Gatos*?

— Adorei.

— O senhor não achou imoral?

— Imoral, por quê? Pelo contrário. Achei um filme edificante. Um retrato fiel do Brasil de hoje, esta realidade pujante que só os negativistas teimam em não ver.

— Mas aquela primeira parte?

— O que é que tem a primeira parte?

— Era um pouco forte, o senhor não achou?

— Como, forte? Não vi nada demais.

— Aquela história do protegido de um alto figurão da República que é nomeado para a direção de um banco oficial e faz tantas que quase consegue quebrar o banco. O senhor não acha que devia ser censurada?

— Mas por quê? É uma bela história de sucesso e realização pessoal. A história inspiradora de um jovem que saiu do nada e em pouco tempo, graças à perseverança, ao dono, à dedicação e ao fato de ser o protegido de um alto figurão da República, consegue vencer na vida, galgando uma posição invejável. Só numa sociedade em que há oportunidades iguais para todos isso seria possível. Censurar por quê? É uma história que devia servir de modelo para todos os jovens deste país.

— Mas ele andou infringindo algumas leis...

— A marca da criatividade. Ser criativo é ignorar as regras. E ver as coisas por outro ângulo e seguir o seu próprio caminho, mesmo que seja pouco ortodoxo. Ou ilegal.

— Mas o banco quase quebrou.

— E daí? Isso faz parte do jogo democrático, meu caro. O capitalismo é estimulante justamente porque envolve risco. Isto o torna excitante, vital.

— Mas ele não corria risco nenhum. Tanto que no fim da história acabou solto, quando o seu protetor se aposentou.

— Pois então? Um final feliz! Uma bela história...

— E a segunda história? Deviam proibir pelo menos até dezoito anos. O senhor não achou chocante?

— Proibir nada. Deviam passar nas escolas. Veja que país o nosso, em que os descendentes de humildes imigrantes, em poucas



gerações, chegam onde chegou o herói da segunda história. A um governo estadual. O que que há de chocante nisto?

— Mas a família envolvida em escândalo financeiro...

— O preço do pioneirismo, o ônus de ser um espírito empreendedor. Onde estaria o Brasil, hoje, se não fossem os seus empresários, os seus desbravadores, dispostos a tudo, até, à cadeia, para ganhar e manter o seu dinheiro? São os novos bandeirantes.

— O governo teve até que penhorar os bens da família...

— Mas veja que grande país o nosso. Que alma gentil, que generosidade. O valor dos bens foi reavaliado, mas o valor da dívida da família não. O governo vai pagar à família. Outro final feliz. Não sei onde você vê imoralidade neste filme.

— Mas o senhor vai concordar que a terceira história, francamente. Era para sair do cinema na metade.

— Mas a terceira história é a minha favorita! O governo prepara a maxidesvalorização do cruzeiro.

Avisa a alguns amigos que correm para comprar dólares e ganham milhões de um dia para o outro. Eu bati palmas dentro do cinema. Como nos filmes de caubói. Os mocinhos não ganham sempre? Pois então, quem ganha é mocinho.

— Mas foi um negócio meio imoral...

— Lá vem você com moralismo. Imoral é sexo, é mulher de peito de fora, é palavrão, é indecência. Estas são as coisas que ofendem os valores cristãos da nossa sociedade. O que é que tem de imoral num joguinho no mercado? A Bíblia não diz nada sobre ganhar dinheiro no *spread* do câmbio.

— A quarta história...

— A quarta história, eu não estou bem lembrado.

— Aquela história de uma empreiteira, contratada sem concorrência para as obras da usina atômica, ligada à gente do governo...

— Aquela, achei meio água com açúcar.

— Mas não lhe revoltou?

— Revoltar? Não. Só me deu um pouco de sono. Essas coisas são tão comuns...

— Mas a quinta história deve ter-lhe indignado.

— Pelo contrário. Não é a história das mordomias em Brasília? Achei fascinante. Minha mulher também gostou muito. Ela adora filme que tem bastante luxo.

— Mas todo aquele dinheiro público jogado fora...

— Não é uma maravilha? Eu não gosto de miséria. Gosto de filme com gente limpa, ambientes bonitos, todo mundo feliz e com mordomo. Esse negócio de ir a cinema para ver sofrimento não é comigo. Miséria basta a minha, que tenho só um jardineiro.

— Nesse episódio também aparece o ministro que nomeou quase toda a sua família para cargos públicos, depois foi obrigado a despedir todo mundo, mas continuou ministro como se nada tivesse acontecido.

— Esse eu achei engraçadíssimo. E o ministro é um grande cômico. O filme tem de tudo! Outra coisa. A mensagem é positiva. Amor à família. Achei ótimo.

— O sexto episódio é um *flash-back* para os tempos do *milagre econômico*, quando o governo manipulava os dados econômicos, tanto que os organismos internacionais não estavam mais aceitando os números oficiais brasileiros. Isso não é ofensivo?

— Em absoluto. Para governar é preciso usar a imaginação. Ofensivo eram os organismos internacionais, que não acreditavam em nós.

— E o sétimo episódio?

— O das ações da Vale do Rio Doce? Achei sensacional. Gosto de um bom mistério.

— O governo andou fazendo o que não devia...

— Por quê? Disse algum palavrão? Fornicou em público? Não houve nada demais. Viu só como a sua mente está conspurcada? De tanto ver bandalheira no cinema, você está vendo bandalheira em tudo. É por isso que a censura deve voltar a ser rigorosa como era antes. Temos que proteger a família brasileira. Nossos filhos e filhas não podem mais ir ao cinema. Perdem todo o respeito pelos mais velhos. Perdem o respeito pela autoridade. Abaixo a licenciosidade!

— Mas *Os 7 Gatos*...

— O que, vai passar outra vez? Não quero perder. Isso sim, é cinema para toda a família.